



RESISTÊNCIA E LUTA EM DEFESA DA DEMOCRACIA E CONTRA OS ATAQUES À EDUCAÇÃO

DEBATER O FUTURO DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS

JARAGUÁ DO SUL | 15 A 17 DE JUNHO DE 2017



TEMÁRIO

- Conjuntura Internacional, Nacional e Estadual
- Política Educacional
- Política Sindical
- Políticas Permanentes e de Gênero
- Balanço
- Plano de Lutas
- Estatuto

CONSOLIDAR NOSSAS BASES E FORTALECER LIDERANÇAS

VALORIZAR NOSSO SINDICATO PARA GARANTIR O FUTURO DA EDUCAÇÃO



SINTE-SC

Filado a



Federação Nacional de Trabalhadores em Educação



www.sinte-sc.org.br

RESOLUÇÕES INSCRITAS

CONTRIBUIÇÃO DA CORRENTE SINDICAL UNIDADE CLASSISTA AO XI CONGRESSO ESTADUAL DO SINTE – SC

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL, NACIONAL E ESTADUAL

O capital acelera a exploração e as expropriações

Numa conjuntura que aponta para uma provável nova crise cíclica do capital a atingir a economia de ponta do imperialismo, é possível identificarmos uma movimentação dos países centrais, em especial dos Estados Unidos (maior potência econômica e militar do planeta), no sentido de preparar o terreno para seguir afirmando-se enquanto potência na geopolítica mundial, bem como para manter em pé esse modo de produção que a cada dia que passa gera mais mortes - e, no máximo, sobrevivência à classe trabalhadora. Tudo isso para, em contrapartida, garantir as taxas de lucro do capital.

As mediações utilizadas pelo capital-imperialismo podem ser notadas no movimento livre de capital pelo mundo e, em contrapartida, nas ações, especialmente dos países centrais, de dificultar a entrada dos milhões de trabalhadores que seguem sendo expropriados de suas condições de vida em decorrência da necessidade do capital de ampliar sua dinâmica de exploração para todos os campos das relações sociais e para todos os espaços do planeta. O capital, com sua incessante corrida pela ampliação das taxas de lucro, impõe à classe trabalhadora, em nível mundial, retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, de maneira que cada nação deve apresentar-se como sendo a de melhor garantia de retorno de lucro ampliado aos investimentos dos monopólios. A assim chamada “condição de atração de investidores” no país nada mais é que uma tentativa de ocultar o que de fato é: a possibilidade de os capitalistas investirem seu capital sob condições de intensa exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, grandes lucros.

É com base nessa dinâmica que precisamos analisar tanto os processos que conduziram Trump à presidência dos EUA quanto a demonstração de força militar que observamos quando esse país utiliza do seu armamento mais potente, se excetuarmos o armamento atômico, em ataques recentes contra a Síria. Também é com base nessa dinâmica que devemos analisar as ações de milícias armadas e treinadas pelo imperialismo americano, as quais vêm atuando no Oriente Médio e no norte da África. Os processos de desestabilização de governos que se contrapuseram em maior ou menor grau a essa política, como é o caso do Chavismo na Venezuela, e também possuem sua base material nessa dinâmica. Certamente as contradições internas dos países também atuam desta maneira, ainda que, por razões óbvias, não haja possibilidade de desenvolvermos esse aspecto neste pequeno texto. Cabe lembrar que as manobras realizadas pelo Syriza na Grécia, diante da ofensiva do imperialismo que comanda a União Europeia, devem ser analisadas sob esse prisma.

Assim, a conjuntura brasileira não pode ser analisada de maneira deslocada desse conjunto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em esfera global. Tanto o significado da referência que Obama fez à Lula quando afirmou que este último era “o cara”, quanto o golpe parlamentar, jurídico e midiático e a intensificação dos ataques à classe trabalhadora no Brasil são também componentes dessa dinâmica global do capital-imperialismo.

No Brasil, os ataques à nossa classe se intensificam

Sob a justificativa de que há um suposto rombo na previdência, bem como, de que é necessário criar condições de atratividade para os grandes empresários investirem no país, estão sendo apresentadas e tramitadas à toque de caixa as reformas previdenciárias e trabalhistas, dentre outras medidas, como é o caso da reforma do Ensino Médio, realizada através de medida provisória. Todas “reformas” (pois são, na realidade, contrarreformas), que estão sendo realizadas pelo governo ilegítimo, que assumiu a presidência da república através de um golpe parlamentar, jurídico e midiático, vêm sendo realizadas para jogar sobre os ombros dos trabalhadores as contas de mais essa crise capitalista. Partimos do pressuposto de que o capitalismo é uma relação social de produção que constantemente produz crises cíclicas pela sua própria dinâmica e necessita, cada vez mais, avançar sobre as conquistas dos trabalhadores para recuperar e manter suas taxas de lucro. Portanto, se quisermos superar tais contradições, é necessário que lutemos pela superação desse modo de produção que não pode garantir a vida dos trabalhadores.

Os ataques que nossa classe vem sofrendo visam retirar conquistas trabalhistas e sociais que os trabalhadores conseguiram arrancar e foram inscritas na CLT, conquistas que foram duramente mantidas com sangue e muita luta de classes. São proposições de congelamento de gastos sociais por 20 anos, o que vai gerar sucateamento, sobretudo da saúde e educação, e que produzirão as condições para entregar à Organizações Sociais (OS's) a gestão dessas áreas. É uma suposta reforma política que visa fortalecer ainda mais os partidos da ordem e enfraquecer os partidos representativos da classe trabalhadora. É a proposta do acordado sobre o legislativo (proposição feita inicialmente por sindicatos ligados à CUT), além de significar a possibilidade de flexibilização das horas de trabalho semanais que, de fato, rasgam com a CLT e jogam os trabalhadores para uma condição de exploração ainda mais intensa. Afinal, num país assolado pelo desemprego e pela carestia, os trabalhadores acabarão por aceitar acordos cada vez mais rebaixados para manterem seus empregos. Quando o acordado é sobreposto ao legislativo, também as férias, licença maternidade e paternidade, salários e jornada de trabalho podem ser modificadas independente do que está estabelecido legalmente. Ainda, a considerar a proposta de reforma da previdência (que obrigará os trabalhadores a trabalharem até a morte), essas condições de negociação serão pioradas, uma vez que se ampliará a massa de superpopulação relativa, pois mais trabalhadores permanecerão mais tempo no mercado, disputando vagas de trabalho. Como é possível observar, os ataques à nossa classe são intensos e a situação será dramática, caso sejam

efetivados.

E a classe trabalhadora? Diante desses ataques, a classe vem reagindo, embora ainda não com a necessária organização e mobilização para barrar tais processos. Como já disse Marx, os fatos históricos não podem ser vistos como um raio em pleno céu azul. Eles são sempre decorrentes de um processo. Sendo assim, é desse modo, como um processo, que precisamos analisar a dificuldade de mobilizações radicalizadas e da realização de uma greve geral que de fato pare o Brasil diante de ataques de tamanha envergadura. Esse processo nos remete aos governos petistas, que ocuparam o posto do executivo federal nos últimos 14 anos; e também remete à relação estabelecida entre tais governos e a CUT, maior central sindical do país.

Tais governos petistas optaram por realizar um governo de coalização pelo alto, entrando no jogo do presidencialismo de coalizão, realizando alianças com os setores mais nefastos da política brasileira e cooptando dirigentes sindicais para atuarem junto ao governo, e realizarem o apassivamento da classe trabalhadora, com vistas a se perpetuarem num governo que buscou realizar a conciliação de classes. Na ocasião em que Lula assume a presidência e por quase uma década, esse foi um ótimo negócio para o capital, pois as condições do desenvolvimento do capitalismo permitiram que o governo apassivasse a classe trabalhadora por meio de incentivo ao crédito e programas de compensação à miséria absoluta, ao mesmo tempo em que propiciava condições de lucros nunca antes alcançados na história deste país por banqueiros e grandes empresas. Em outros termos, migalhas e crédito aos trabalhadores e lucros fartos ao capital.

Nenhuma reforma foi realizada pelos governos petistas para modificar o conteúdo da política econômica que já vinha sendo implementada nos governos FHC. Modificaram-se aspectos da forma, mas o conteúdo da macropolítica se manteve. Ademais, o apassivamento, papel desempenhado sobretudo pela CUT, mas também por outras centrais reconhecidas oficialmente pelo Estado, resultou em um processo de retrocesso organizativo da consciência de classes. Quando o capital impôs uma agenda mais “puro sangue” liberal para a então presidente Dilma, a mesma adotou a agenda que era de seu adversário no processo eleitoral. O conjunto desses elementos, somado a diversos outros, compõem o processo que nos conduz à conjuntura atual, onde o capital exige ataques mais intensos à classe trabalhadora e para isso coloca no posto da presidência um governo ilegítimo para acelerar estes ataques, inclusive, utilizando de elementos jurídicos criados pelo próprio governo do PT (como é o caso da Lei Antiterrorismo), para criminalizar as lutas sociais. Também é em decorrência desses elementos que passamos pela dificuldade de organizar a classe e radicalizar ações contra os ataques, pois a mesma vem de um processo de intenso apassivamento e retrocesso da consciência de classes, decorrente de anos de conciliação de classes levadas à cabo pelo PT e operacionalizadas junto às organizações sindicais pela CUT e demais centrais sindicais que de alguma forma se locupletaram nesse processo.

Portanto é necessário que a classe trabalhadora tenha clareza de que precisamos nos aliar a

quem esteja disposto a lutar contra os ataques do governo usurpador, construindo uma greve geral que pare os locais de trabalho. Desta forma, cabe às organizações que se proponham a lutar por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres, como já dizia Rosa Luxemburgo, e que construam no processo dessas lutas uma frente anticapitalista, antimonopolista e anti-imperialista, de modo que possamos construir as condições de uma organização da classe trabalhadora que não se deixe cair no canto da sereia da conciliação e de um suposto “salvador da pátria” nas próximas eleições. A construção da necessária greve geral e, para além dela, a construção de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) deve ser tomado como um processo de galvanização das lutas para um ciclo que se contraponha aos ataques da classe burguesa, que aponte os limites da estratégia democrático-popular e que construa uma alternativa organizativa junto à classe rumo ao socialismo.

FORA COLOMBO!

Derrotar o governo Colombo e construir a greve geral!

O ano de 2017 se inicia numa perspectiva nebulosa para os/as trabalhadores/as catarinenses. A crise econômica do capital se agrava e a conta vai sendo repassada de forma cada vez mais veloz e avassaladora para que a classe trabalhadora arque com os custos da crise. O governo de Raimundo Colombo procura passar a imagem de que Santa Catarina é uma ilha de prosperidade no Brasil, pois, segundo o oficialismo, aqui os salários dos servidores públicos ainda são pagos em dia e a dívida pública está “sob controle”.

Nada mais falso. O que a realidade mostra é que a economia catarinense está em grave recessão, com quedas consecutivas no PIB de -4,6% em 2015 e de -5,2% em 2016, o que na média apresenta dados econômicos ainda mais críticos que os expressos no PIB nacional, no mesmo período.

O desemprego aumentou 47,2% entre os anos de 2015 e 2016. A estatística tende a se agravar ainda mais com as denúncias das práticas criminosas impetradas pela “indústria da carne”, que na busca pelo lucro atenta contra a segurança alimentar da população. Este ramo, que desrespeita os direitos dos trabalhadores e que lidera o ranking em acidentes e doenças do trabalho, agora ameaça o emprego de 60 mil trabalhadores/as. Junto com o aumento do desemprego, a renda do trabalhador catarinense também caiu nos últimos anos.

A violência dispara. Além do crescimento e do controle do crime organizado de regiões inteiras das maiores cidades do estado, Santa Catarina conta com a sétima polícia que mais mata no Brasil. A criminalização da pobreza é uma política de estado do governo Colombo.

As escolas encontram-se em condições totalmente precárias. A estrutura física da maioria absoluta das escolas estaduais apresenta problemas da parte elétrica, estrutural, de luminosidade e questões que comprometem a segurança e a saúde tanto de alunos quanto de professores. Os docentes estão com seus salários congelados e tiveram a sua carreira destruída.

A saúde pública também foi desmontada no governo Colombo, que desde 2012 repassou a administração dos hospitais públicos para o controle privado das Organizações Sociais (OS's). Com este modelo, o repasse do estado aumentou para a área e os serviços diminuíram e pioraram consideravelmente. É o caso do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que a Organização Social SPDM, uma empresa de São Paulo, assumiu e desde então triplicou o custo do serviço para os cofres públicos.

O bloco conservador que sustenta o governo Colombo é formado por, entre outros partidos, o PSD, PMDB, PP, PSDB, PSB e o PCdoB, e tem buscado consolidar este projeto antipopular. Uma das medidas que mostra para quem Colombo governa se revela na proposta orçamentária de 2017, enviada pelo executivo ao legislativo no ano passado. Nesta proposta, os benefícios fiscais concedidos para as empresas correspondem ao equivalente a R\$ 5,4 bilhões de reais, valor superior à previsão de investimentos em saúde (R\$ 2,2 bilhões) e educação (R\$ 4,7 bilhões), e correspondem a 41% das despesas com a folha de pagamento do funcionalismo público.

Colombo conta com uma forte blindagem midiática gerenciada pelos grandes meios de comunicação do estado, que fazem com que suas pedaladas fiscais, a utilização irregular de cerca de R\$ 1 bilhão de recursos da CELESC - que acarretou em um pedido de impeachment que foi protocolado na ALESC por 29 entidades no final do ano passado - e a sua citação nas delações da Odebrecht, em um suposto esquema para privatização da CASAN, não se desdobrem em uma campanha de desestabilização do seu governo.

Nós, da Unidade Classista, sabemos que combater a hegemonia burguesa em Santa Catarina não é tarefa fácil. Não acreditamos em saídas pactuadas e/ou negociadas com o capital. Não será com mais capitalismo que serão resolvidos os problemas dos trabalhadores e do povo. Compreendemos que vivemos no Brasil, e em especial em Santa Catarina, um momento histórico importante para a organização e mobilização da classe trabalhadora. Para tanto, devemos seguir mobilizados e organizados junto aos movimentos de contestação à ordem capitalista.

Compreendemos que as transformações não ocorrerão dentro dos limites da democracia burguesa, mas pelo estabelecimento de um verdadeiro governo popular que se fundamente em formas de democracia direta e dê voz de fato à maioria da sociedade e, principalmente, aos/as trabalhadores/as.

Por isso, conclamamos os/as trabalhadores/as do setor público e privado, além dos movimentos, partidos e organizações de esquerda e populares de Santa Catarina, que não se alinharam ao canto da sereia do capital, a envidar esforços para a construção de uma **GREVE GERAL** que paralise diversos setores da economia, principalmente o setor produtivo, para atingir de forma contundente os interesses capitalistas. Não há outra saída que construir um programa comum, formalizar uma articulação unitária, privilegiando seus esforços de unidade nas ações no movimento de massas.

É hora de afirmar que a vida não pode ser garantida pelo mercado: saúde, educação, moradia, transporte e outros serviços essenciais não podem ser mercadorias, são direitos e devem ser garantidos pelo fundo público que está sendo utilizado prioritariamente para subsidiar e apoiar os grandes monopólios capitalistas e os grandes bancos. Sabemos, portanto, que a **GREVE GERAL** é necessária e as condições objetivas são evidentes. Trata-se agora de, em todos os espaços de trabalho, estudo, moradia e nos movimentos sociais, convencer a classe a movimentar-se para si. Vamos à luta!

NOSSAS BANDEIRAS:

- Abaixo o golpe da terceirização: pela anulação imediata do PL 4302!
- Não à criminalização dos movimentos populares!
- Desmilitarização da polícia!
- Pela estatização dos transportes públicos, da saúde e da educação, sob controle dos trabalhadores!
- Terra e teto para quem trabalha!
- Contra as políticas antipopulares e pró-capital do Governo Colombo!
- Em defesa da CASAN e da CELESC 100% estatal, sob o controle dos trabalhadores!
- Pela democratização da mídia! Abaixo o monopólio dos meios de comunicação!
- Contra as reformas da previdência e trabalhista!
- Pela construção do Poder Popular e do Comunismo!

FORA COLOMBO!

CONSTRUIR A GREVE GERAL!

NENHUM DIREITO A MENOS!

2. Política Educacional: o que pensamos sobre educação.

Toda instituição tem sua estrutura natural e inevitavelmente determinada pelo conteúdo de sua ação.
(V. Lenin in: Que fazer?)

O capitalismo é por sua natureza e, em qualquer dos seus estágios, excludente. No seu seio, as empresas, as indústrias e os aparelhos do Estado capitalista não precisam de trabalhadores qualificados e autônomos. Sendo assim, qualquer sistema nacional de educação é subestimando dentro dessa perspectiva. Os representantes políticos e sócios do capital patrocinam a exclusão e o descaso com política de cortes e com o sistemático sucateamento do sistema educacional público e estatal. Desta forma, a luta pela universalidade do acesso a educação, público e estatal, gratuito, garantia de representações sociais e culturais e de alta qualidade é central na luta da classe trabalhadora em contraponto à perspectiva dos donos do poder, dos gestores e representantes do capital.

Sendo esse o contexto de luta é necessário que os trabalhadores da educação capitaneiem a organização da classe trabalhadora na luta pela garantia de universalização do acesso a educação, definindo prioridades e metas para a construção e concretização de um sistema nacional de educação. Neste sentido, a representação sindical dos trabalhadores em educação é central no que concerne a promover os fóruns necessários para que sejam promovidos os debates para a esse enfrentamento. Este movimento, nascido no seio do movimento sindical dos trabalhadores em educação, é mister para a construção do caminho da emancipação da classe trabalhadora e da superação do capitalismo e suas mazelas.

Sendo assim, uma política educacional passa necessariamente pelo entendimento do papel da educação na emancipação da classe trabalhadora que sinaliza nos seguintes eixos:

1. Estruturação da carreira dos trabalhadores em educação básica;
2. Sistema nacional de educação;
3. Programa nacional de formação para trabalhadores em educação básica;

1. Estruturação da carreira dos trabalhadores em educação básica: É extremamente importante garantir que Lei 11.738 seja mantida e ampliada. Que o piso seja uma referência para o salário do profissional de educação e que garanta que este profissional possa atuar com segurança e com qualidade, e que seja corrigido com base em parâmetros econômicos e sociais. Essa lei deve extrapolar os ganhos materiais (salário, benefícios e aposentadorias) e garantir: uma carreira nacionalizada, formação continuada, qualificação profissional estruturada e equidade entre esferas (federal, estadual e municipal).

2. Sistema nacional de educação pública e estatal: Para enfrentar as demandas da classe trabalhadora, devemos priorizar um sistema que possibilite ampliar as bases de formação, garanta a emancipação do sujeito crítico e seja universal. Importante que tal sistema seja o fiel garantidor de uma formação crítica e reflexiva. Para tanto, precisamos retomar criticamente as metas do plano nacional de educação (2014 -2024). Retornar criticamente significa remontar suas bases sociais e ampliar as discussões com o conjunto dos trabalhadores e com a juventude. Neste ponto, chamamos a atenção para a questão do financiamento do sistema nacional de educação pública e estatal. Grandes grupos nacionais e estrangeiros buscam a sangria dos cofres públicos para seus interesses e objetivos. É necessário que o movimento sindical capitaneie a retomada das metas e que aponte que o financiamento do sistema nacional de educação pública e estatal seja amplo e irrestrito e, somente para as escolas e instituições públicas e estatais.

3. Programa nacional de formação para trabalhadores em educação: Entendemos que a compreensão

do atual estágio do flagelo educacional brasileiro se dá em função do esvaziamento do debate político na formação inicial. Além disso, formações sem o real dimensionamento dos problemas da classe trabalhadora, aprofundam o fosso entre trabalhadores e sua emancipação. Para tanto, apontamos que é necessária uma política de formação inicial e continuada centrada na questão política, entendendo que é a educação da classe trabalhadora a ponta de lança do processo de transformação econômico, social e cultural. Esta estratégia é fundamental para consolidar uma atuação dos trabalhadores em educação com um franco compromisso com a emancipação da classe trabalhadora. É vital que esse programa esteja articulado com a estruturação da carreira e a consolidação do sistema nacional de educação público e estatal. Para tanto, universidades, instituições de formação, escolas e sindicatos devem atuar de forma crítica e em consonâncias com as metas educacionais estabelecidas em fóruns democráticos, amplos e participativos (item 2). Além disso, é imperativo que o plano de carreira dos trabalhadores em educação seja uma garantia da livre participação dos trabalhadores, possibilitando recursos, tempo de estudo e planejamento e dedicação.

Para a concretização desses eixos, é fundamental que a representação sindical seja atuante, esteja vinculada com a base e com o cotidiano escolar. Com base nisso, pensamos que devemos ter como ação prática os seguintes pontos:

- A exclusão da área da educação da Lei de Responsabilidade Fiscal; Garantia de amplos e irrestritos recursos;
- Incentivar os dispositivos constitucionais que garantam investimentos na educação pública estatal.
- Contra qualquer forma de regulamentação de qualidade na e da educação que visem normatizar e padronizar as ações educacionais, para estudantes e professores. Como exemplo o PISA;
- Ampliar e consolidar a gestão democrática da educação em todos os níveis e de todas as formas;
- Estabelecer programas educacionais que eliminem as barreiras que impedem bons desempenhos e a plenitude do estudo. Exemplo: educação em tempo integral, com currículo e vivências diferenciadas;
- O espaço de educação deve primar pelo espaço de diversidade de ideias políticas e culturais. Não às leis que visem eliminar a liberdade intelectual dos docentes e estudantes;
- Opor-se aos processos de padronização da educação e de padronizações culturais;
- Contra o fechamento e a reorganização de escolas públicas nas comunidades urbanas e no campo;
- Espaço da educação livre e laico;

- Integração das redes de educação as redes de assistência social e da saúde, como forma de garantir o amplo atendimento, a assistência e permanência.

3. POLÍTICA SINDICAL

Organização e Movimento Sindical no Brasil

A política de conciliação de classes aplicada pelos governos petistas de 2003 até 2016 culminou com um dos maiores golpes contra a classe trabalhadora brasileira. A política de aliança com a burguesia custou caro à nossa classe e quem está pagando a conta são os milhares de trabalhadores e trabalhadoras que a cada dia têm seus direitos destruídos pelo governo usurpador. Não há nenhuma autocrítica feita pelas direções do Partido dos Trabalhadores que, diante dos brutais ataques do golpista Temer, aposta todas as fichas nas eleições de 2018. No movimento sindical algo correspondente acontece com a CUT, braço petista no sindicalismo. Apesar dos diversos chamados de Greve Geral, as direções cutistas pouco fazem para mobilizar seus sindicatos e suas bases. A principal força motriz que vem colocando a classe trabalhadora nas ruas são os ataques desferidos pelo governo Temer como a reforma trabalhista e a reforma da previdência. As paralisações pontuais chamadas pela CUT atuam, apenas, para aliviar a pressão de suas bases pois tal Central sabe que, se nada fizer, será atropelada pelo conjunto da classe trabalhadora - que já não confia em suas direções devido aos longos anos de apassivamento e colaboração com o patronato.

Para construir a greve geral é preciso muito mais do que panfletos nas redes sociais. É necessário que cada sindicato mobilize suas bases para uma política de enfrentamento direto com o governo em todas as esferas, sem nenhuma ilusão na democracia burguesa e em seus representantes na política. A CUT dificilmente fará esse papel histórico, pois se transformou em um grande aparelho burocrático ligado ao petismo e à ordem burguesa, funcionando como uma grande aliada do Capital.

Breve histórico da Central Única dos Trabalhadores

Desde a segunda metade dos anos 90, a CUT se consolidou como a principal central sindical do país. Essa hegemonia foi construída com base no prestígio adquirido desde a sua fundação, em 1983, quando, encabeçando as lutas e liderando oposições sindicais combativas, ganhou a direção de grandes sindicatos em todo o país. Bem antes da chegada do PT ao governo com a eleição de Lula, a Articulação Sindical, corrente política majoritária neste partido e na CUT, começa, ainda nos anos 90, um processo de acomodação e colaboração com o patronato. São desse período, iniciativas como o banco de horas, negociações de parcerias com as empresas e as câmaras setoriais, todas elas priorizando os acordos em detrimento de greves e mobilizações. Foi emblemática, nesse sentido, sua filiação à CIOLS¹, atual CSI², no quarto congresso da CUT em setembro de 1991.

¹ Confederação Internacional das Organizações dos Sindicatos Livres.

A partir de 2003, com o governo Lula, esse curso se modificou, muitos quadros oriundos do sindicalismo Cutista foram alçados a cargos na máquina administrativa e mandatos parlamentares, fenômeno que reforçou a estreita colaboração da Central com o governo, passando a funcionar quase como um departamento de RH das empresas ou do Ministério do Trabalho. É durante os governos petistas que a CUT lança propostas como o Acordo Coletivo Especial de Trabalho (ACE) em que o negociado prevaleça sobre o legislado e o Plano de Proteção ao Emprego (PPE) aprovado no congresso nacional da CUT de 2015 e implementado pelo governo Dilma em que permite a redução de jornada de trabalho com redução salarial, jogando fora a pauta histórica da classe trabalhadora de redução de jornada sem redução de salário.

A tendência desse sindicalismo de resultados, cujo pioneirismo pertence à Força Sindical, foi além da CUT. Diversas outras congêneres (UGT, Nova Central, CTB entre outras centrais reconhecidas pelo Estado) adotaram a mesma linha, alinhando-se a correntes burguesas dominantes nos estados e municípios. Por sua vez, a resistência à esquerda contra esse processo de adaptação e colaboração de classes, vem se dando de forma débil e fragmentada. As iniciativas, em sua maioria a partir do rompimento de correntes que atuavam no interior da CUT enfrentaram um período bastante adverso, mantendo-se organizadas em pequenas oposições, poucos sindicatos e entidades de servidores públicos.

Romper com a conciliação: por um sindicalismo construído com e pela classe

Todo o processo descrito anteriormente nos conduziu a atual conjuntura, onde sofremos o maior ataque aos direitos conquistados pela classe trabalhadora, desde o fim da ditadura empresarial-militar, simultaneamente ao fato de estarmos debilmente organizados até mesmo para a resistência à tais ataques.

A CUT, durante todo o período em que o PT esteve frente ao executivo federal, atuou para um operador político do projeto de governo, tanto por integrar estruturalmente o Estado, quanto por apassivar a luta política da classe trabalhadora, mantendo-a nos limites da luta que viesse a contribuir para a governabilidade de um governo de pacto com setores conservadores (caso do PMDB, entre outros). Colaborou, assim, para o recuo organizativo e combativo da classe diante dos intensos ataques que estamos sofrendo. Por isso, é necessário que o movimento sindical questione a possibilidade dessa central poder contribuir como instrumento de luta da nossa classe. Devemos considerar, ainda, que tal central não vem mobilizando suas bases, tanto por estar burocratizada e distante das mesmas, quanto por seguir a linha política de não-radicalidade de modo que o petismo possa se credenciar como um possível governo para atender às necessidades dos capitalistas nas eleições de 2018. Somando estes fatores a todos os elementos que já apresentamos neste texto, a nós não resta dúvidas de que, se a

² Confederação Sindical Internacional: fundada em 1949 pela social democracia com intuito de dividir o movimento operário e se contrapor aos sindicatos ligados ao movimento comunista.

classe trabalhadora quiser resistir aos ataques que vem sofrendo e se quiser produzir um novo ciclo de lutas, que se proponha a ser combativo, classista e independente de Estado e patrões (características imprescindíveis para os desafios colocados na luta de classes), é necessário um rompimento com esta Central. É necessário que se realize um debate sério no SINTE/SC sobre a necessidade de rompimento com a CUT e que se tome a decisão de desfiliação da mesma.

É sabido que a realidade de ataques contra a classe trabalhadora vem promovendo mobilizações em nosso país. Entretanto, entendemos que para além das manifestações de rua, como vem sendo propostas, devemos avançar na organização nos locais de trabalho. Um sindicalismo que consiga resistir à retirada de direitos e avançar rumo à novas conquistas, educando a classe, inclusive, para compreender os limites dessas conquistas nas relações sociais de produção do capital e apontando para a necessidade de rompimento com esse modo de produção, precisa ser construído desde a base, junto à classe e não, supostamente, em nome da classe. É urgente que os setores combativos do sindicalismo e demais movimentos sociais atuem para parar os locais de trabalho, junto aos locais de moradia e estudos, para que consigamos construir uma greve geral. Não podemos permitir que, mais uma vez, setores do sindicalismo se apresentem como salvadores da classe, dragando as energias do movimento para as eleições de 2018.

É certo que, para resistir aos ataques que estamos sofrendo, necessitamos atuar em conjunto com todas as forças políticas que resistam aos mesmos, embora mesmo neste ponto, com táticas diferentes. Entretanto, em termos estratégicos, devemos galvanizar as forças na construção de uma ação política anticapitalista, que construa a ação e a organização sindical a partir dos locais de trabalho, de forma autônoma em relação aos capitalistas e ao Estado. Defendemos que um passo importante para ampliarmos a organização dos setores que se proponham à essa luta é o necessário engajamento na construção do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) e apontamos para a necessidade dos trabalhadores da base do SINTE/SC realizarem esse debate em comitês e participarem da construção deste Encontro, bem como, de um novo ciclo de lutas do sindicalismo no Brasil, rumo à necessária e urgente construção de uma ruptura com o capital.

4. POLÍTICAS PERMANENTES DE GÊNERO

Historicamente, as mulheres viveram em opressão e submissão ao homem. Às mulheres eram atribuídos trabalhos como escravas, servas, prostitutas e, principalmente, funções relacionadas aos serviços domésticos. Somente com o avanço do modo de produção capitalista, durante a Revolução Industrial, as mulheres da classe trabalhadora passaram a ocupar espaços em fábricas, sendo compelidas a vender suas forças de trabalho, junto com seus filhos, vivendo um regime de intensa exploração.

Hoje em dia, as mulheres representam mais de 50% da força de trabalho do país, sendo que

40% deste universo trabalham em situação precária. Das que trabalham em situação precária, 70% são negras e 15% são trabalhadoras domésticas. A massa salarial das mulheres corresponde a 60% dos ganhos obtidos pelos homens.

Esta participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, tanto no setor formal quanto nas atividades informais, não representa uma melhora na situação das mulheres da classe trabalhadora já que a grande maioria está empregada no setor de comércio e serviços, sendo estes os mais precarizados. A maioria das mulheres ocupam profissões pouco qualificadas, com baixa remuneração e pouco valorizadas socialmente, sendo submetidas a aceitar condições de trabalho mais difíceis, mais penosas e com salários mais baixos.

Apesar das lutas constantes de mulheres em vários espaços, a divisão sexual do trabalho, mesmo ganhando novas características, ainda reflete socialmente as marcas do patriarcado. As mulheres continuam ganhando menos que os homens – sendo que as mulheres negras ganham menos que as brancas - realizando múltiplas jornadas, trabalham fora e ainda cuidam da casa, do marido e dos filhos. Quando estudam e se organizam politicamente essa jornada é ainda mais ampliada.

O trabalho em educação é visto, a partir de mudanças históricas, como uma atribuição das mulheres, por se assemelhar às tarefas que o patriarcado julga inerentemente femininas, supondo assim que as mulheres tem “por natureza” o jeito e o zelo para lidarem com as crianças. A princípio, a inserção da mulher na carreira docente, diante da sociedade patriarcal, não alteraria seu papel social, visto que cuidar de crianças e educá-las era o destino que se esperava que fosse cumprido por elas. Esta concepção da mulher atuar na área da educação como forma de doação ao cumprir sua missão, ajuda, em conjunto com outros fatores, a desvalorizar a profissão docente.

Atualmente, o volume de trabalho e a precariedade das condições existentes no sistema público de educação, a diversidade e a complexidade das questões presentes em sala de aula e, ainda, uma expectativa social de excelência podem gerar um número expressivo de adoecimento dessa categoria.

Além disso, as trabalhadoras da educação do ensino público enfrentam técnicas de gestão arbitrárias, sofrem com perda de autonomia pedagógica, transferência para outra escola distante de suas residências, salários rebaixados, falta de plano concreto de carreira e salário. O serviço público de educação, com a maioria esmagadora de mulheres, pena com baixos salários, planos de carreira defasados, com cerca de 1/3 da categoria indo já para a aposentadoria irreversivelmente doentes.

Dessa forma, é necessário encabeçarmos lutas pela garantia e ampliação dos direitos trabalhistas conquistados pelas trabalhadoras, bem como por medidas públicas que garantam a socialização dos trabalhos domésticos, como creches, lavanderias e restaurantes públicos para o acesso da classe trabalhadora, buscando diminuir assim as múltiplas jornadas de trabalho relegadas às mulheres. Faz-se necessário adotar políticas nacionais que garantam acesso às creches públicas de período integral e com um sistema educacional para as crianças que efetive a laicidade do Estado, formando, desde a primeira infância, seres sociais que respeitem a diversidade cultural do país, bem

como os mais diversos formatos de família.

A ampliação dos direitos trabalhistas perpassa por políticas afirmativas que melhorem as condições de vida das mulheres trabalhadoras. Uma importante medida a ser discutida é a licença maternidade, sendo esta uma forma de opressão e segregação da mulher do mundo do trabalho, atribuindo à mesma uma exclusividade nos cuidados com a criança nos primeiros meses de vida. Devemos pautar a equidade entre os dois responsáveis pela criança, tornando dessa forma a licença parental, como já ocorre em países com Canadá e Suécia, permitindo que o casal decida como se organiza a estrutura familiar com os cuidados com a criança.

A ofensiva de setores da burguesia capitalista, sob a tutela do golpista Michel Temer, acirra a luta de classes na conjuntura nacional. As políticas impostas pelo governo não eleito ataca principalmente as trabalhadoras, como por exemplo a que reduziu em mais de 50% as verbas de políticas para as mulheres

Com a PEC 55, que instituiu o Novo Regime Fiscal, a tendência é aprofundar as desigualdades de gênero, impactando diretamente as populações mais vulneráveis. Isto ocorre tanto pela revisão das regras para a previdência social e da lei de valorização do salário mínimo, onde mais de 30% de representantes dessa faixa salarial são mulheres, como também pelos impactos em setores que empregam majoritariamente força de trabalho feminina, como a saúde e a educação.

Da mesma maneira o PL 4302, desengavetado depois de quase 20 anos, que regulamenta e libera as terceirizações irrestritas no país, atinge diretamente as mulheres, no sentido de já serem essas a maioria entre os trabalhadores terceirizados. Isso traz um agravante histórico da construção do patriarcado, a naturalização da posição subalterna das mulheres no mercado de trabalho e a reserva às posições com piores rendimentos e mais desvalorizadas socialmente.

A Reforma da Previdência, mais um dos graves ataques à classe trabalhadora desferido pelo governo ilegítimo de Michel Temer, iguala a idade mínima para a aposentadoria entre homens e mulheres, ignorando as múltiplas jornadas de trabalho exercidas pelas trabalhadoras e a baixa participação dos homens nas tarefas domésticas e cuidados com familiares. Essa proposta, caso seja aprovada, irá reforçar a extrema desigualdade do mercado de trabalho, provocando o aumento da miséria feminina, aumentando a dependência financeira das mesmas e, conseqüentemente, a violência contra as mulheres.

Com o fim da aposentadoria especial, destinada aos profissionais de educação e outras áreas, as professoras terão que trabalhar até 400% a mais do que atualmente, considerando que haverá um aumento dos 25 anos atuais necessários para receber aposentadoria integral para 49 anos de contribuição. Essa medida aumentará o número de doenças e afastamentos nessa categoria, considerando que um terço já sofre com doenças do trabalho.

É fundamental a unificação da luta das mulheres num processo de transformação radical das relações sociais em sua totalidade, a partir do enfrentamento anticapitalista e anti-imperialista. Se faz

necessário ampliar a luta por creches, restaurantes e lavanderias populares, pela libertação das mulheres das múltiplas jornadas de trabalho e por promover uma formação política com perspectiva feminista classista, que aponte as contradições do capitalismo e como ele se serve do machismo, buscando assim a construção do socialismo.

5. BALANÇO DO PERÍODO 2013-2017

Desde 2013, quando ocorreu o último Congresso do SINTE-SC vivemos uma intensa modificação no quadro geral da luta de classes em nosso país, já que esse ano foi marcado pelas jornadas de junho de 2013, que restabeleceram as ruas como espaço prioritário da política. Nesse período tivemos a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff e o seu posterior impedimento, que colocou no governo o seu então vice, Michel Temer.

O ano de 2014, por ser um ano eleitoral, e por ser o Governador Colombo um apoiador da Chapa Dilma-Temer, não teve grandes mobilizações do sindicato, visando proteger o aliado da presidente durante o processo eleitoral. Isso tudo está colocado, haja vista a direção na época majoritária ser da CUT, central umbilicalmente vinculada ao PT e seus consortes. Assim, o sindicato não preparou a base para os ataques que viriam no ano seguinte. Neste período, conseguiu se distanciar fragorosamente de suas bases, como podemos perceber pela greve em 2015, que durou 71 dias e que teve no máximo 30% de toda a categoria envolvida.

Em 2015, o ano começa com um brutal ataque aos professores ACT's, que foi a edição da Medida Provisória 186 pelo governador, que transformou o professor ACT em horista, deixando a situação extremamente precária. O movimento grevista se iniciou somente no final de março, e mesmo contando com uma baixa mobilização no estado, conseguiu reverter a MP naquele momento. Mas, como se tratava de um movimento defensivo, não conseguiu se construir para apresentar uma pauta propositiva maior. Dado o conjunto de ataques sofridos naquele momento, acabou sendo destruído pelo cansaço. A greve foi muito longa e desgastante para quem dela participou, haja vista que o grande contingente de quem dela participou estava concentrado no litoral do estado.

Essa greve conseguiu apenas abrir a mesa de negociação com o governo, e teve um resultado catastrófico para a categoria. No final do ano, com a categoria toda cansada devido a longa greve e ao longo ciclo de reposições de aula, não houveram condições de resistir ao pacote apresentado pelo governo (pacote do plano de carreira e da constituição da previdência complementar). Ou seja, quando mais se precisava de mobilização e resistência, a categoria estava destrozada, sem forças para resistir. Isso se deve, sempre, à política conciliatória da direção sindical, que não mobiliza para a greve, aplica golpes nas assembleias e consegue ir desarticulando qualquer política de resistência.

Em 2016, o sindicato esteve às voltas apenas para mobilizar para as eleições da entidade, em que foram vitoriosos os mesmos que há quase 3 décadas o dirigem. Não foi possível articular uma

resistência a um conjunto poderoso de ataques que caíram sobre nossas cabeças. Vejamos: foram aprovadas a reforma do ensino médio e a PEC do teto de gastos; e sequer se conseguiu realizar uma paralisação geral dos trabalhadores em educação do estado.

Na maior parte das vezes, participava somente a burocracia sindical dessas atividades. O sindicato não conseguiu produzir materiais que ajudassem a informar a base, como jornais explicativos das medidas aplicadas e o que elas significam na prática para os trabalhadores em educação, dessa forma permitindo que os trabalhadores em educação fossem informados somente pela mídia burguesa.

Essa letargia comunicativa com a base continua, pois o estado continua fechando escolas, continua atacando nossos direitos, apontando uma profunda reforma da previdência e trabalhista que nos afeta profundamente, e o sindicato continua não produzindo materiais que cheguem nas bases.

O principal elemento do balanço, é que esse ciclo implica em intensas derrotas para os trabalhadores em educação de SC, pois perdemos muitos direitos, entre eles a regência de classe e a transformação dos ACT's em horistas. O resultado maior disso está no fato de que o sindicato não consegue construir uma greve, diante da total desconfiança da base para com esses setores.

6. ESTATUTO DO SINTE-SC

Art. 19. O Congresso Estadual é convocado pelo(a) coordenador(a) estadual do SINTE/SC e organizado pelo Conselho Deliberativo.

Alteração: incluir a expressão “respeitando o art. 18 do presente estatuto”.

Justificativa: ocorre que atualmente o sindicato não cumpre os prazos para a realização do congresso da entidade.

Art. 20. O Congresso Estadual é composto por delegados(as) eleitos(as) na base, proporcional ao número de filiados(as). A eleição de delegados(as) é realizada, com discussão do temário, em Assembleia.

Parágrafo único. São delegados(as) natos(as) ao Congresso Estadual a Diretoria Executiva e a Coordenação Regional que sedia o Congresso.

Alteração: retirar a parte final “a Coordenação Regional que sedia o Congresso”.

Justificativa: superrepresentação da respectiva regional no congresso.

Art. 22. A Assembleia Geral é a instância deliberativa para encaminhamentos das campanhas reivindicatórias em defesa dos interesses dos(as) trabalhadores(as) em educação e dos(as) trabalhadores(as) em geral, bem como de decisões sobre as formas de luta da categoria.

[...]

§ 3. Nas Assembleias Gerais terão direito a voz e voto todos(as) os(as) trabalhadores em educação com

a devida confirmação por meio de seu contracheque.

Alteração: retirar a parte sobre a confirmação por meio de contracheque.

Justificativa: é um elemento burocratizador para a participação dos trabalhadores em educação do espaço de luta comum.

Art. 31. A Diretoria Executiva é o principal órgão executivo do SINTE/SC e é composta por 17 (dezesete) membros efetivos e igual número de suplentes, numerados em ordem crescente.

[...]

§ 2. As chapas deverão possuir, na sua composição, representantes de pelo menos 10 (dez) regionais.

Alteração: suprimir esse parágrafo.

Justificativa: não existem categorias diversas de trabalhadores que compõe a base do sindicato, esse dispositivo visa apenas dificultar a formação de chapas para a eleição do sindicato.

7. PLANO DE LUTAS

- Concurso Público PARA TODAS AS ÁREAS DO MAGISTÉRIO, imediato!
- Por uma carreira nacionalizada e garantia DA APLICAÇÃO do piso nacional!
- Pela ampliação da cobertura do plano de saúde aos ACT's!
- Eleições DEMOCRÁTICAS, LIVRES para direção e ASSESSORES em todas as escolas!
- Fortalecer a autonomia das entidades de representação da comunidade escolar!
- Contra a reforma do Ensino Médio do GOVERNO GOLPISTA!
- Lutar contra a privatização e militarização das escolas!
- Derrotar as reformas da previdência e trabalhista!
- Lutar contra toda tentativa de amordaçar as/os trabalhadoras/os da educação!
- Pela universalização do acesso à educação PÚBLICA eESTATAL!
- Educação pública, estatal, gratuita e popular!
- Solidariedade a todos os povos em luta contra o capitalismo!
- Desfiliação do SINTE/SC da CUT: por um sindicato combativo e de luta!
- Construir o ENCLAT (Encontro Nacional da Classe Trabalhadora): unir para emancipar a classe trabalhadora!
- Construção da greve geral e construção do socialismo!

A quem interessa a divisão da categoria?

Quem divide a classe multiplica suas chances de derrota.

Por um SINTE-SC combativo e plural, onde as disputas político partidárias dê a voz, o voto e a vez aos interesses da categoria.

Assinam esta tese:

Joselina Ferreira- professora ACT,

Rosane de Souza- professora aposentada,

Vanessa Fernandes de Souza- professora efetiva.

“E ter que demonstrar sua coragem, à margem do que possa parecer, e ver que toda essa engrenagem, já sente a ferrugem lhe comer”...(Admirável Gado novo- Zé Ramalho)

Conjuntura Internacional: O neoliberalismo mundial tem avançado sobre os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras através de planos de austeridade devastando a classe numa escala sem precedentes, reduzindo salários, demitindo, precarizando as condições de trabalho, aumentando a miséria deteriorando as condições de vida e obrigando os trabalhadores e trabalhadoras a pagarem pela crise.

Em diversos países da Europa, como Grécia, Portugal e Espanha a instabilidade econômica e política e o alto índice de desemprego retratam o lado perverso destas políticas neoliberais.

A guerra que devasta o Oriente Médio e a África expulsa milhares de pessoas de suas casas, aprofunda a onda migratória e aponta os cenários mais dramáticos e cruéis da atualidade.

Os EUA que seguem sendo hoje a principal potência imperialista, controla as principais multinacionais e possui o aparato militar mais forte. A nova administração Trump está se apresentando como uma das mais reacionárias, racista, misóginas, anti operárias e agressivamente imperialistas que os EUA elegeram em décadas. O impacto desta eleição está sendo sentido no mundo inteiro.

Porém esta conjuntura tem levado os trabalhadores e trabalhadoras a construírem resistência, muitos processos de lutas tem surgido e a classe não tem se entregue e está ocupando ruas, praças, escolas e prédios públicos.

Milhares de franceses foram as ruas contra a reforma trabalhista, milhares de mulheres em diversos países, foram as ruas contra o discurso opressor de Trump. Lutas radicais foram travadas na Grecia. Destaca-se na luta de resistência, o povo Curdo, maior etnia sem estado do mundo nos conflitos do Oriente Médio.

A América Latina destaca-se pelas grandiosas manifestações em busca da manutenção de direitos.

Na Argentina os dias 6, 7 e 8 de março teve milhares de trabalhadores nas ruas para protestar contra o governo de Mauricio Macri e seu plano de ajustes econômicos impulsionando o grandioso 6 de abril, dia da greve geral massiva.

No Chile, mais de um milhão de pessoas foram para as ruas protestar contra a reforma da previdência que Bachelet propôs, deixando sua popularidade a mais baixa de um governo desde o fim da ditadura no país em 1990.

No México, o governo de Peña Nieto vem exterminando pessoas que ameaçam e se colocam contra seu governo mas que mesmo assim não abaixam a cabeça para Nieto.

A Guiana Francesa está em greve geral desde 27 de março e vem pressionando o presidente da França, François Hollande a tomar atitudes em relação a alta taxa de criminalidade e desemprego na região.

Na Venezuela, o governo de Nicolás Maduro mergulhado na crise, vem ignorando as mortes de crianças por desnutrição e de famílias inteiras intoxicadas por alimentos estragados. O bloqueio de estradas pela população tornou-se comum para a exigência de água, segurança e comida. A unificação

da luta e organização de uma greve geral na Venezuela é de extrema urgência para que consigam enfrentar as medidas deste governo autoritário e demagogo.

No Paraguai, milhares de pessoas, ocuparam e queimaram o Congresso Nacional em protesto contra o decreto que possibilita a reeleição do presidente Cartes e de Fernando Lugo. A população que já foi enganada na ditadura por 35 anos reelegendo sete vezes seguidas o mesmo ditador, repudia violentamente a reeleição e continuará lutando para que isto não aconteça.

No Haiti a ocupação por treze anos de tropas brasileiras que apesar de uma falsa propaganda no Brasil de que foram para uma missão humanitária, na verdade foram com a missão de ajudar as multinacionais a explorar brutalmente mão-de-obra barata. O objetivo nunca foi resolver a pobreza, mas produzir para o mercado norte-americano a custos mínimos. Relatos de estupros coletivos, repressão brutal, e pedidos de socorro vêm sendo feito por todos estes anos pela população do Haiti.

Conjuntura Nacional: O aumento do custo de vida, a alta taxa de desempregos, a deterioração dos serviços públicos e o aumento exorbitante das passagens do transporte público em 2013 fizeram com que um movimento começado no Rio de Janeiro, se expandisse para diversas cidades do país fazendo com que milhares de pessoas fossem para as ruas protestar, no Rio foram milhões de pessoas. Um movimento massivo com grande peso na juventude e que não contou com a direção do PT, que se mostrou ineficaz para conter o movimento tornando-se menos útil para a burguesia brasileira.

Desde então há um aumento do número de greves no país e uma participação ativa da juventude, tendo um ápice nas ocupações de escolas por secundaristas em 2015 e em 2016.

A crise política do Governo Dilma se deu pela ruptura massiva da classe trabalhadora com o Governo do PT e após meses de manifestações de “Fica Dilma” ou “Sai Dilma”, o Congresso e o Senado votaram pelo impeachment de Dilma.

A grande polarização entre se houve ou não golpe, fez com que os ataques do governo do PT à classe trabalhadora ficassem despercebidos, como o PLP 257/16, o maior ataque aos serviços públicos propondo a reforma fiscal com cortes de concursos públicos, congelamento de salários e de repasses de verbas, bem como a demissão voluntária de servidores públicos. Também é do PT a lei antiterrorismo que criminaliza os movimentos sociais e o veto da auditoria da dívida pública, barrando a possibilidade de rever mais de 40% do PIB do país, tramita no congresso o PLS 710/11 e o PLS 327/2104 que propõem a retirada do direito de greve. Com todos estes ataques não tem como afirmar que o PT governou para a classe trabalhadora, porém também é irresponsabilidade dizer que Dilma e Temer se equivalem numa mesma balança, pois apesar de ambos servirem a burguesia, Temer é mais voraz para implementar os ajustes fiscais e foi a saída que a classe dominante encontrou para aumentar os lucros das grandes empresas. Temer não perdeu tempo na aplicação dos ajustes, aprovou o PEC 55/16 que corta investimentos na saúde e educação por 20 anos, aprovou a MP 746/16(reforma do ensino médio) que abre as portas para a privatização do Ensino Médio, desqualifica o trabalho do professor, oferece um empobrecimento curricular, fomenta o ensino a distância e a exploração do trabalho dos

estudantes, aprova as principais reformas educacionais propostas pelo movimento Todos Pela Educação e projetos como o o PL 4302/98 que regulamenta a terceirização irrestrita para qualquer tipo de atividade, inclusive nos serviços públicos. Temer ainda quer aprovar o PL 6.787/2016(reforma trabalhista) que altera 100 artigos da CLT dentre eles, flexibiliza a jornada de trabalho, fatia as férias e sobrepõe o acordado sobre o legislado e a PEC 287/16(reforma da previdência) que em tese acaba com o direito da aposentadoria, igualando a idade mínima para homens e mulheres de 65 anos, acabando com a aposentadoria especial estipulando um mínimo de 25 anos de contribuição para ganhar 76% da média que ganhou na vida ou de 49 anos de contribuição para obter a média de 100% de tudo que trabalhou desde o primeiro salário.

A classe trabalhadora resiste e a esquerda chegou enfim num consenso do que a unifica e está chamando uma grande greve geral para o dia 28/04 e assim parar o Brasil.

Conjuntura Estadual: O panorama do Estado de Santa Catarina não é diferente de outros estados que governam para a burguesia e praticam as políticas neoliberais.

O governo de Raimundo Colombo, nome também denunciado na operação Lava Jato, tem levado a população a condições cada vez maiores de precariedade no que se refere ao acesso a serviços e direitos básicos. O descaso com as políticas de segurança pública está vitimando pessoas diariamente. Na saúde atrasos de repasses aos municípios, hospitais e os cortes tem provocado verdadeiro caos. No que se refere à rede estadual de ensino, o repasse de verbas para manutenção e merenda na escola estão permanentemente atrasados, o salário dos educadores está defasado e a inflação, aumentou a carga de trabalho dos professores, estipulou a contratação pela hora aula, cortou os triênios dos ACTs, quer implementar a lei da mordça nas escolas, aplica processos administrativos e exonera professores que ousam lutar, acabou com muitos turnos noturnos, superlota salas de aulas sem estrutura, não paga o adicional noturno para os professores que ficam depois das 22h, não paga a hora atividade, o vale alimentação que está congelado a anos, não retirou da ficha funcional as 72 faltas de greve, todas já repostas. Faltam professores e funcionários nas escolas, joga nos ombros dos trabalhadores e trabalhadoras o custo da crise. Os profissionais estão cada vez mais desestimulados e doentes. Escolas são fechadas por não terem estruturas físicas e humanas para atenderam à população.

É um governo que conta com ampla maioria dos deputados da assembleia legislativa, da mídia e da burguesia e com um secretário de educação, Eduardo Deschamps, que visa chegar ao Ministério da Educação. Um governo que não possui nenhuma preocupação com a manutenção dos serviços públicos, seu projeto é o de: sucatear, privatizar, terceirizar, flexibilizar e promover o desmonte destes serviços. Deschamps é um dos principais articuladores da reforma do ensino médio e trouxe para dentro de nossas escolas o Instituto Airton Sena. O FORA COLOMBO e FORA DESCHAMPS precisa ser um grito de guerra e não pode ser mais abafado por nosso sindicato. FORA COLOMBO E FORA TODOS QUE RETIRAM DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA E DA POPULAÇÃO!

Política Sindical:

“ De muito usada a faca já não corta...” (Cálice- Chico Buarque)

A burocratização sindical é um fenômeno relacionado ao processo histórico e as peculiaridades da estrutura de organização sindical na legislação brasileira.

Essas peculiaridades não podem ser secundarizadas já que tem origem na institucionalização legal (Constituição Federal) objetivos claros de controlar e disciplinar as trabalhadoras e trabalhadores. As legislações sobre organização sindical que beneficiam as trabalhadoras e trabalhadores que atuam nos sindicatos os separam da base e aproximam os dirigentes das estruturas governistas e patronais. A natureza contraditória desse trânsito ora entre as trabalhadoras e trabalhadores ora entre os opressores da classe tende a conduzir e transformar os sindicatos em instrumentos analgésicos do regime burguês, onde os ataques não encontram mais forte resistência. O SINTE-SC, filiado a CUT e majoritariamente formado por militantes do PT de diferentes correntes não escapa dessa análise. As permanentes contradições tem produzido ao longo da última década, descrédito da base em relação a direção. A direção do SINTE-SC nas regionais que não são coordenadas pelo PT ou pela ala majoritária do PT é pouco confiável devido a forte alinhamento ao governo onde as coligações partidárias tem sido mantidas para acordos eleitorais. Esse comportamento político tem imprimido grande impacto na organização da classe para enfrentamento aos ataques dos governos. A categoria tem pouca participação na vida política do sindicato. As eleições de 2013 e 2016 apresentaram baixo quórum de votação. As assembleias gerais e atos públicos são construídos com muita dificuldade pois a categoria amarga a destruição da carreira, a extrema precarização do trabalho docente, o fechamento das unidades escolares, mudanças dramáticas na legislação do setor de professores ACTs e efetivos, o fechamento de laboratórios de informática, riscos de violência permanente, perda da autonomia avaliativa pedagógica, reforma do EM, além da ameaça eminente do fim das aposentadorias, reforma trabalhista e precarização entre outros. Esses ataques aplicados a outras penalidades criminosas como perda de progressão, licença prêmio devido as faltas de greve que demoraram muito tempo para serem abonadas, geram grande desgaste e desestímulo no magistério catarinense. As lutas da educação pública nacional nos últimos anos em todos os Estados e em inúmeros municípios brasileiros, não foram suficientes para comover e atrair a maior central da América Latina e a quinta maior central do mundo, (a CUT) que dirige a maioria dos sindicatos no Brasil e que tem em sua base milhares de trabalhadoras e trabalhadores, para uma unificação nacional da Educação e assim derrotar de vez projetos tão nefastos. Cada categoria lutou sozinha dentro de seu próprio estado e todas elas lutaram pelo mesmo fim. Não há algo de muito errado nisto? Somente em 2017 com a saída através do impeachment da presidente Dilma Rousseff o PT e a CUT retomam o processo das ruas, organizando as massas. Com a contribuição do próprio governo do PT que desconfigurou sua natureza de classe e com a aceleração no bombardeio as trabalhadoras e aos trabalhadores pelo governo Temer, o monstro se agigantou e hoje os desafios são potencialmente muito mais complexos. O governo do PT preparou o terreno para o PMDB e seus aliados ocupar. A burocratização da 5ª maior central do mundo torna-a

incompatível com o projeto político da classe trabalhadora que necessita superar as discussões econômicas e promover a luta contra o sistema capitalista que a destrói. É necessário que SINTE-SC rompa com a CUT. Enquanto as trabalhadoras e trabalhadores perdem a aposentadoria e tem seus salários congelados por mais de 20 anos, em 2016 a arrecadação dessa central (CUT) somou 51 bilhões recolhidos do imposto sindical e 50 milhões transferidos do ministério do trabalho, entre outros. Verbas do FAT foram utilizadas para financiar projetos das centrais e dos sindicatos. Há uma permissão legal para as centrais e os sindicatos buscarem apoio financeiro com empresários para financiar atividades. A CUT usou muito esse financiamento de empresários para as famosas festas de 1º de maio, deixando de promover espaços de discussão política, transformando o 1º de maio em comemoração. Ao invés de organizar a classe, a CUT a iludiu.

Com tantos financiamento externos é impossível defender a classe trabalhadora. Perde-se a autonomia e independência classista por isso defendemos:

- Desfiliação do SINTE-SC á CUT;
- Sindicato plural, independente a governos partidos e instituições governamentais;
- Controle da direção pela base e soberania da base sobre as decisões da entidade
- Preservação da Independência financeira, administrativa e política;
- Fim do imposto sindical;
- Assembleias gerais como instância máxima deliberativa com autodeterminação de classe;
- Coibição de qualquer privilégio sobre a classe;
- Direito a voz e voto de todas as trabalhadoras e trabalhadores em educação, independente a filiação a entidade;
- Controle do uso do recurso do sindicato;
- Mandatos revogáveis;
- Devolução das horas de liberação para as regionais;
- Proibição de dirigentes sindicais ocuparem cargos indicados junto ao governo e instituições;
- Fim das 60 horas;
- Calendário anual de assembleias ordinárias e reunião do conselho deliberativo do SINTE;
- Um plebiscito para a categoria decidir sobre a aplicação da proporcionalidade nas direções do SINTE-SC;
- Controle das trabalhadoras e trabalhadores da Educação sobre o patrimônio do sindicato deliberando em assembleias gerais sobre a venda, compra ou reforma de bens imóveis;
- Abrir processo de edital de concurso público para contratação de vagas de funcionários;
- Organizar calendário de expediente em acordo com o calendário do ano letivo;

Políticas Permanentes e de Gênero:

“Brasil, mostra tua cara, quero ver quem paga pra gente ficar assim” (Brasil, Cazusa)

A luta da classe trabalhadora por uma sociedade sem exploração é a luta das mulheres e homens contra a burguesia. Porém para que esta luta seja vitoriosa, é necessário que não exista a divisão da classe trabalhadora provocada pelo machismo, o racismo, a lgbtphobia e a invisibilidade do povo Indígena e dos Quilombolas. Defendemos que este Congresso do SINTE avance no debate de um programa classista avançando na organização destes setores em conjunto com as reivindicações da categoria.

Mulheres- Nossa categoria é majoritariamente feminina, no entanto esta representação não se apresenta da mesma forma na direção deste sindicato. Porque isto acontece? Há de fato, iguais oportunidades para homens e mulheres estarem nas direções sindicais?

O mito da igualdade de oportunidades ignora a realidade empírica e todos os obstáculos aos quais as mulheres estão submetidas, especialmente se considerarmos as distinções entre raça, classe econômica, orientação sexual e identidade de gênero. A baixa representatividade de mulheres na direção do sindicato e em outras instituições é efeito de uma cultura social machista, não fornecendo condições para receberem mulheres. O capitalismo em suas mais variadas instâncias fragiliza a mulher trabalhadora, objetifica e oprime. Pensar a igualdade de gêneros é também pensar em políticas que tornem eficazes a mudança institucional. Defendemos um número mínimo de representatividade na direção sindical de 60% pois se somos à maioria nas escolas, como seremos a minoria nas direções sindicais? Como este sindicato poderá defender as necessidades de uma categoria majoritariamente feminina, tendo em sua direção uma representante ínfima de mulheres?

Dentro dos muros das escolas e também nas instâncias deste sindicato, trabalhadoras convivem cotidianamente com a violência, o assédio, a opressão e a exploração. É necessária uma ampla campanha de combate à violência contra a mulher envolvendo as trabalhadoras da educação.

A representatividade feminina é necessária para potencializar pautas de interesse das educadoras e estas pautas não se restringem em lutas por melhores salários, estamos defasadas em diversas outras pautas que nos atingem cotidianamente. É inadmissível usar a desculpa de que não temos mulheres preparadas o suficiente para assumir cargos de direção sindical, este argumento é simplista, e esconde o problema real, que é estrutural, cultural e machista. Precisamos de ações institucionais e não somente simbólicas, precisamos de ações que contemplem a luta da trabalhadora de educação. Defendemos também a criação de uma secretaria de mulheres que terá como tarefa ser multiplicadora na luta contra o machismo dentro e fora do sindicato e das escolas, organizando seminários, conferências, espaços formativos para que o debate e o combate ao machismo seja uma constante.

Negras e Negros- Vivemos no mito da Democracia Racial que nada mais é do que um processo de ideologia elaborada para garantir a dominação material e cultural de uma pequena burguesia branca contra uma grande quantidade de trabalhadoras e trabalhadores negros. Temos a importante tarefa de desconstruir esta ideologia. Atualmente uma pessoa morre de forma violenta no Brasil a cada 9

minutos, destas, 54% são jovens entre 15 e 24 anos e entre eles 74% são negras e negros correspondendo a um total de 43.602 vidas, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016, com dados de 2015. A juventude negra e parda, em torno dos 21 anos de idade, possuía em 2014, 147% a mais chances de ser vitimada por homicídio em relação aos brancos. É evidente que não existe igualdade entre negros e brancos mesmo que 54% da população brasileira se declare negra, segundo dados do IBGE. A promoção de ações deliberativas na desconstrução dos preconceitos historicamente estabelecidos e reparações históricas ao povo negro é urgente. Defendemos que as direções deste sindicato tenha a representatividade do/a trabalhador/a negro/a, tendo na composição de suas direções uma representação de no mínimo 20% de negros/as. Defendemos também que seja criado um grupo de Combate ao Racismo, esta instância seria a responsável por aglutinar as lutas e demandas da categoria deste segmento racial com reuniões ordinárias que garantam uma integração com os demais movimentos negros da classe trabalhadora que combatem o racismo no país.

LGBTs: Atitudes LGBTfóbicas são constantes nas escolas e nas instâncias deste sindicato, expondo a população LGBT de todas as idades a tenebrosas violações de direitos humanos. De acordo com os últimos dados divulgados pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, uma pessoa LGBT é violentada a cada hora no Brasil e o número de denúncias relativas à agressão e às violações de direitos aumentou 460% entre 2011 e 2014. Devido ao preconceito, a taxa de evasão escolar de pessoas LGBTs é bastante alta. Tal situação, aliada ao fato de que grande parte desta população é expulsa de casa ainda adolescente, coloca essas pessoas em posição de vulnerabilidade econômica e social. Precisamos criar ações de combate a LGBTfobia, bem como trabalhar pelo enfrentamento da violência física e da discriminação. Precisamos garantir nos currículos escolares a discussão de gênero e denunciar a violência cotidiana que este setor está sujeito. Defendemos a realização de seminários estaduais deliberativos que possam tirar propostas para o enfrentamento dos problemas enfrentados por este setor.

Indígenas: O povo indígena que primeiro foi vítima de um genocídio, escravizado, considerado seres inferiores, obrigados a conviver com a violência a renunciar às próprias culturas e religiões e humilhados de todas as maneiras inimagináveis, depois vítimas de um "progresso" que para eles só significou extermínio, espoliação das terras e dos recursos dos quais viviam e exclusão de todos os benefícios da sociedade ocidental, são esquecidos da sociedade brasileira. Não podemos permitir que isto continue acontecendo no país e em nosso estado, um estado considerado um dos que mais extermina a população indígena. É preciso que se estabeleça uma política educacional voltada para a história, a cultura e a tradição, reconhecendo os povos indígenas no estado. Precisamos garantir que a lei 11.645/2008 seja aplicada. Defendemos que este sindicato realize seu primeiro seminário sobre os povos indígenas e traga para a realização do evento, lideranças indígenas e entidades ligadas à luta indígena, assim como representantes das aldeias existentes aqui em Santa Catarina.

Balanço da atuação sindical do período de 2013 a 2017

“eu quero é que este canto torto feito faca, corte a carne de vocês”(Palo Seco- Belchior)

Muitas vezes a classe trabalhadora protagoniza mobilizações e greves grandiosas e vê tudo perdido por causa de ações conciliadoras e cooperativistas das direções sindicais com governos. À existência de direções sindicais governistas constituem o maior obstáculo para as lutas da classe trabalhadora. Infelizmente essa é a realidade vivida pelas/os trabalhadoras/es da educação em SC. Começaremos o balanço por 2013, ano em que ocorreu o congresso do SINTE em Fraiburgo e historicamente toda a oposição se retirou devido a várias quebras do regulamento, manipulações e tendenciosidades. As forças de oposição à maioria cutista protestaram reconhecendo que a direção do SINTE engessava a participação democrática da base e comprometia o plano de lutas da categoria. O congresso seguiu unicamente com a CUT decidindo por milhares de trabalhadoras/es em educação. Em 2014 em assembleia estadual, para que não fosse aprovado que tivéssemos luta na Copa contra os gastos com futilidades no país, o coordenador do SINTE deu por cancelada a assembleia estadual e se retirou da mesa provocando a ira e indignação das trabalhadoras/es que foram penalizadas/os com faltas em suas escolas. Ainda no mesmo ano, tivemos a exoneração do professor Eduardo Perondi e a executiva do SINTE simplesmente aceitou que um professor que lutava por melhores condições de trabalho em sua escola junto com a comunidade escolar fosse exonerado. O ano de 2015 começou com a apresentação de Raimundo Colombo, representado por seu Secretário de Educação Eduardo Deschamps da medida provisória-MP198, que acabava com a carreira, estipulava chegar à última letra da tabela salarial trabalhando-se por 30 anos, desprezando as múltiplas jornadas de trabalho da mulher, trazia a contratação de horista, implantava a meritocracia, não valorizava a formação, tirava triênios, acabava com aula excedente e estipulava uma gorda gratificação aos diretores de escola. Por incrível que pareça, a direção executiva não queria fazer assembleia estadual no começo do ano. Foi através da exigência e pressão das/os trabalhadoras/es em educação num dos atos que lideravam na ALESC, que o SINTE marcou assembleia. Começamos a greve e no desenrolar desta, mais erros surgiram. Um deles foi à executiva achar que uma das propostas apresentadas por Deschamps era boa e valeria a pena aceitar. Tivemos que provar matematicamente que estavam errados e que precisavam parar de defender a proposta do governo. Outro erro foi o acordo feito com os deputados da ALESC que ocuparíamos a ALESC por apenas 3 dias, isto não aconteceu porque a base não aceitou e ocupou a ALESC por mais de 30 dias. Houve recusa da direção quando em assembleia aprovamos o empréstimo aos grevistas, quiseram passar por cima da deliberação feita e só foram convencidos com muita pressão da base. Para finalizar, levaram a assembleia para Chapecó, onde há denúncias de que escolas que não estavam em greve tiveram liberação do ponto para votarem pelo fim da greve. E conseguiram o fim de uma greve de resistência de 72 dias e para piorar, negociaram direitos com o Secretário de Educação, propondo um termo de compromisso que os/as grevistas teriam que assinar comprometendo-se em repor aulas sob pena de não receberem a devolução do desconto e saíam da

mesa de negociação sem a garantia escrita da retirada das faltas da ficha funcional do/a professor/a. Começou-se uma verdadeira caça aos grevistas nas escolas das regionais que mais lutaram, assédios e humilhações de todos os tipos. Com o fim do ano, o governo conseguiu, sobre forte aparato da polícia, aprovar a lei 668/15 que congela a remuneração por anos e destrói a carreira e a lei dos ACTs 16.861/15 que transforma o ACT em horista e retira triênios. Inicia-se 2016 sem movimentação sindical, entretanto as ameaças prosseguem e as escolas perdem os professores das salas informatizadas, mas nada de contundente foi feito pela executiva para que isto não ocorresse. A direção cutista priorizou a agenda das eleições sindicais que ocorreram em 22/23 de junho, deixando de lado qualquer calendário de luta. Apesar das tentativas para unificar as forças de oposição para a construção de uma chapa única de oposição à CUT, isto não aconteceu. A conjuntura nacional que impôs o impeachment da presidente Dilma balizou as eleições do SINTE em 2016. As forças de oposição se polarizaram entre o apoio ao governo no discurso do golpe/fica Dilma e entre fora todos eles/eleições gerais. Com a oposição dividida, a CUT se fortaleceu e venceu as eleições sindicais e agora sem a proporcionalidade, extinta no X congresso. Consideramos equivocada a posição dos companheiros do Movimento Sinte Pela Base que decidiram não compor em chapa única contra a maior central governista da América Latina. Quem perdeu com esta falta de união foi à categoria que mais uma vez ficou a mercê de uma direção burocratizada que afunila cada vez mais a participação democrática em suas instâncias e protela as lutas. A assembleia estadual foi chamada para o segundo semestre de 2016 e marcada nacionalmente pela apresentação da MP746(reforma do EM). Infelizmente a assembleia foi planejada pela executiva em ser de apenas 2 horas, assumindo compromisso com outras entidades em compor um ato de FORA TEMER, nada contra o ato, porém, a categoria precisava discutir e deliberar plano de lutas já que desde a aprovação da 668/15 e da 16.861/15, a executiva não havia reunido a categoria. Para piorar, a executiva levou a comemoração dos 50 anos do SINTE para ALESC, palco onde as/os trabalhadoras/es apanharam e foram detidos por forte aparato policial e hostilizadas/os pela grande maioria dos deputados. A reforma do EM foi aprovada e Deschamps tentou aplica-la em 2017 em 20 escolas, mas não conseguiu porque as/os trabalhadoras/es e comunidade escolar reagiram, resistiram e houve recuo do estado. Novamente a executiva não tirou política estadualizada para o combate à reforma do EM. Começamos 2017 e a CNTE/CUT finalmente convocou a educação do país para uma greve geral por tempo indeterminado. Infelizmente a CNTE não fez isto em 2015, ano de grandes greves da educação no país ou em 2016, ano em que vivenciamos a ocupação das escolas por secundaristas. Recém tivemos a aprovação da lei das terceirizações e estamos na eminência da aprovação da reforma trabalhista e da previdência. Via rede social à executiva cancelou a assembleia do dia 28/04, dia da greve geral. Consideramos um grave erro, pois o magistério é a maior categoria de lutas do país e consideramos que a organização via assembleias impacta as forças do governo. Definitivamente esta direção executiva não nos representa, precisamos ver meios de mudar este sindicato, mudar as regras e estruturas pois as que temos não

refletem o que a classe pensa e quer! Por um SINTE democrático, classista e independente de governos e partidos políticos.

Política Educacional:

“...*Como eu queria, gostaria de um discurso bem mais feliz...*” (Anjos da Guarda- Leci Brandão)

Para falar de política educacional é indispensável fazer um link com política econômica. Dentro do sistema capitalista a economia do mercado é a que determina os projetos para os setores públicos e os investimentos com saúde, educação, segurança entre outros serviços de primeira necessidade. Portanto não existe e nunca existiu neutralidade nas políticas para a educação pública nacional. Essas políticas são carregadas de intencionalidade e todas elas procuram atender os interesses do mercado. As etapas históricas de ascenso das trabalhadoras e trabalhadores, tem impedido ataques e garantido direitos. Esses ascensos constituem métodos de lutas necessários a defesa das trabalhadoras e trabalhadores perante as investidas neo reformistas do novo século. Com as trabalhadoras e trabalhadores do setor educacional não é diferente. Os processos de lutas tem marcado a história do magistério público e evitado que desastres maiores sejam aprovados no jogo de interesse do capital.

Atualmente no Brasil vivenciamos uma situação bastante articulada internacionalmente no campo da educação pública. Há uma plataforma de reformas na legislação do magistério público e nas políticas educacionais em andamento. Os autores desse projeto educacional são conhecidos como os “Reformadores Empresariais da Educação Pública” que propõem um modelo já utilizado em muitos países, como o Chile e os EUA, que experimenta esse projeto a mais de 20 anos, sem conquistar melhorias no sistema educacional americano . Esse grupo de reformadores reúne as grandes corporações financeiras, parlamentares, associações/ fundações empresariais, associações de governos, associações de secretários de Estado, setores de mídia, institutos de pesquisas e laboratórios de ensinos técnicos, ligados a iniciativa privada entre outros. Formam uma rede interligada com organismos próprios de intervenção, deliberação, fiscalização e controle das políticas educacionais. Podemos afirmar que há uma internacionalização rigorosamente articulada onde esses organismos de controle são peças chave para o sucesso do projeto. A organização empresarial que é responsável por fazer esses esforços de internacionalização mundial da educação é a OCDE, organização da cooperação e desenvolvimento econômico, sediada na Europa. Essa organização conduz várias outras, capazes de manter o controle avaliativo administrativo e pedagógico para o conjunto dos países envolvidos. No Brasil, os reformadores empresariais de educação pública são conhecidos como “ Movimento Todos Pela Educação” e atuam desde a década de 90 com muita influência por dentro dos governos. O movimento Todos Pela Educação teve como presidente o megaempresários Jorge Gerdeau (do grupo Gerdau), ele também foi assessor da ex presidente Dilma Rousseff; outro mega empresário , Cesar Callegari estava no comando do MEC. Esses e outros nomes transitam livremente por dentro dos

governos, das cooperações financeiras, da mídia, das instituições de pesquisas. São elas que ditam as regras para a Educação Pública do Brasil. O PNE é um produto desse grupo empresarial que precisava garantir portas de entrada para a educação resolver os problemas da produtividade industrial e da mão de obra do mercado, precisava desmontar as matrizes referencia de carreira, currículo e avaliação, bem como acabar com a estabilidade. Esse controle visa desmoralizar o trabalho docente para privatizar o ensino público. Sabendo quem são os autores, tentaremos entender a base de sua obra (o projeto).

Os reformadores empresariais da educação (coalização de forças capitalistas dos liberais conservadores, leia-se aqui no Brasil: Todos pela Educação) querem resolver o problema da produtividade e da baixa rentabilidade dos últimos anos(0,5% a 1%) resultado da crise econômica mundial, assim aceleram a agenda de reformas e projetos para a Educação Pública brasileira.

Essa agenda vem se construindo em cima de três conceitos fundamentais: RESPONSABILIZAÇÃO ou seja a visão empresarial passa a nortear o serviço público. Esse conceito transfere para as escolas e para os professores a responsabilidade pelo fracasso escolar. Com esse conceito, surgem outros, como “preservar o direito de aprendizagem” e aí se anula o conceito defendido pela classe trabalhadora que é o “direito a educação”. Com a responsabilização se cria o segundo conceito, onde de acordo com o resultado se pune ou se premia a escola e os professores: é a MERITOCRACIA. Este conceito transfere para o profissional o mérito sem considerar a questão sistêmica. Se a qualidade do resultado não acontece conforme o padrão das metas previstas que é medido pelos testes padronizados de grande escala, um processo externo controlado pelo PISA, (programa internacional de mediação dos estudantes), essa escola será fechada ou privatizada, então se cria o terceiro conceito base desse projeto: a PRIVATIZAÇÃO. Este é o tripé que norteará toda política educacional nacional e internacional. Esse projeto destruiu a educação pública dos EUA e do Chile, entre outros países. No ano 2000, o grupo reformador americano conseguiu convencer as assembleias legislativas de 17 estados americanos, usando pesquisas fraudadas e uma mídia corrompida. As assembleias legislativas desses 17 estados americanos aprovaram as três primeiras componentes dessa agenda o que resultou nesses vinte anos de implantação do projeto no desmonte da carreira, desmonte da instabilidade e privatização de muitas escolas. Esse projeto seria impossível de ser aplicado se não fosse possível mudar a legislação. Para isso a exigência em mudanças urgentes:

- na matriz de carreira: para se fragilizar a categoria, tirando sua estabilidade financeira;
- na matriz curricular: é preciso ter controle sobre o que se ensina e a quem se ensina;
- a matriz de formação do professor: é preciso dizer como se ensina e o professor não ter formação e sim apenas ser treinado;
- a matriz avaliativa: se padroniza o controle do saber para melhor medir e deliberar sobre o destino das escolas e professores, assim as provas Brasil, o ENEM e outras são todas avaliações externas, controladas pelo PISA que controlam com uma mão para tirar com a outra.

É o OCDE e o PISA, financiado milionariamente pelos governos, que recomendam a quantidade e o valor a investir junto as agências de risco. No Brasil as assembleias legislativas dos Estados e as câmaras municipais seguem rigorosamente esses comandos, representados pelos liberais conservadores que conseguem grande adesão popular via mídia, responsável pela desmoralização do serviço público e a adesão também das demais parlamentares sujeitos ao pagamento de propinas. Todos os recursos, mesmo os mais criminosos, são utilizados para garantir a aprovação das leis que sustentarão esse projeto.

Não é por acaso que a Assembleia Legislativa de SC e Colombo destruíram a carreira do magistério catarinense e outros estados e municípios fazem o mesmo. Não é a toa que há mudanças drásticas nos parâmetros curriculares nacionais e que todo sistema de avaliação esta completamente atrelado ao PISA e que há esforços para treinamento de professores via apostilamentos. E o golpe de mestre que atingirá todas as trabalhadoras e trabalhadores e não poupará a educação, é o projeto que acaba com as aposentadorias. É preciso dizer que o PNE é de Jorge Gerdau, de Cesar Callegari e demais corporações financeiras. O IDEB contido no PNE é a chave de entrada da meritocracia, portanto contribui com a privatização, com a avaliação padronizada em larga escala com o fim das carreiras. É o plano da política liberal conservadora e não atende aos anseios da classe trabalhadora. Esse projeto é um instrumento de transpor recursos públicos para a iniciativa privada e tem movimentado a indústria das apostilas, dos livros e de todos os materiais didáticos utilizados nas escolas em função do trabalho docente.

Essas indústrias movimentam lucros altíssimos. Nos EUA chegou a cifra de 1 trilhão de dólares e quase 1 trilhão no Brasil. Esse sistema cria novos milionários a cada ano com a ampliação lucrativa dessa rede.

Na outra ponta, os educadores continuam com sua agenda de lutas e de resistência. Em todos os países e no Brasil, educadores se movimentam para barrar esses projetos, mas é preciso que as entidades que dirigem a classe assumam essa defesa e parem de criar equívocos que só confundem as trabalhadoras e trabalhadores. Para barrar essas políticas é necessário fortalecer a nossa agenda de lutas.

É preciso promover formação política educacional em todas as regionais e instâncias sindicais ampliando as discussões em seminários regionais e estaduais. Não é viável emendar projetos que atacam. Precisamos apresentar o projeto educacional construído pela classe e rechaçar todos os ataques. Por isso defendemos:

- Lutar pela aplicação de 10% do PIB na educação pública;
- Lutar por um PNE construído pelas trabalhadoras e trabalhadores;
- Lutar por um amplo debate de política educacional;
- Lutar pela revogação da lei 668/2015 e da lei do ACT 16.861/15;
- Lutar pela inclusão do setor de ACTs no plano de saúde oferecido aos efetivos;

- Lutar pelo cumprimento da Lei do piso 11.738/08 em todos os níveis e referências;
- Lutar pelo fim da meritocracia (provas padronizadas, avaliações de desempenho);
- Lutar pela paridade entre ativos e inativos;
- Política pedagógica para atendimento educacional à imigrantes e refugiados;
- Lutar pela revogação da MP 746/16 (reforma do ensino médio) e pela revogação do PL 4302/98 (lei da terceirização);
- Lutar pela autonomia curricular e avaliativa, conforme prevê a LDB 9394/96;
- Lutar por concursos públicos em todos os níveis para todos os cargos do magistério;
- Lutar por estruturas adequadas para a escolhas de vagas de professoras e professores ACTs com o acompanhamento do SINTE-SC com sua assessoria jurídica;
- Lutar pela aplicação da Lei 11.645/2008;
- Lutar pela volta da contratação de professores e professoras das salas informatizadas das escolas;
- Lutar contra o fechamento e municipalização das escolas;
- Lutar pelo cumprimento da legislação de segurança (transportes escolares, estrutura das escolas, acidentes de trabalho que estamos expostos diariamente)
- Lutar por políticas de combate à violência escolar;
- Lutar pela garantia da discussão de gêneros nos currículos escolares;
- Campanha permanente contra os assédios (moral e sexual) nas escolas e nas instâncias deste sindicato;
- Lutar pelo cumprimento da Lei do Vale Transporte;
- Lutar por gestão democrática nas escolas com critérios construídos pelas comunidades escolares/movimentos das trabalhadoras e trabalhadores;
- Exigir que CNTE/CUT chamem greve geral da educação para barrar todas as reformas e ataques dos governos.

TESE DO MOVIMENTO SINTE PELA BASE

Conjuntura Internacional: O objetivo central do capital de se expandir e se acumular através da apropriação privada dos meios de produção e da exploração da força de trabalho, do uso irracional da natureza, e da superprodução de mercadorias desvinculada das reais necessidades da humanidade, está transformando o mundo em barbárie em um ritmo cada vez mais acelerado. As crises cíclicas do capitalismo se acentuam em função dos limites sistêmicos encontrados pelo próprio capital de deslocar o efeito das crises, e como efeitos deste processo, vemos o aumento da intensidade das crises, a amplitude e duração de seus efeitos, além do encurtamento entre uma crise e outra.

A longa estagnação das economias centrais reflete de forma acentuada a dimensão da crise capitalista. A contradição se estende a Estados Nacionais, seja na imposição da política imperialista norte americana e de seus consortes aos países periféricos, à disputa entre países imperialistas, além de reconfigurações em países do mesmo bloco. Também vemos blocos que destoam da hegemonia ortodoxa do imperialismo, como a ALBA e o BRICS. Os EUA vêm utilizando os mais distintos meios – econômicos, financeiros, políticos, diplomáticos, militares e ideológicos – , para garantir seus interesses, mas sua hegemonia tem se mantido principalmente por meio do reforço e da ampliação da aliança de agressão militar representada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. No continente europeu é preocupante para a paz e a autodeterminação dos povos a busca de ampliação da OTAN com a incorporação de nações do leste e a busca de sitiar militarmente a Rússia. O apoio ao golpe fascista na Ucrânia e a adoção de sanções contra a Rússia se inscreve em uma estratégia econômica de bloquear o mercado europeu de energia para a Rússia. Há também uma ofensiva ao comércio chinês. O lançamento de 59 mísseis na Síria, e a aproximação de navios de guerra na península coreana, indicam como o imperialismo pretende lidar com o aprofundamento da crise que está por vir. No coração do império, as contradições se acentuam com a eleição de Donald Trump, que apesar de não compor tradicionalmente o “establishment” do pentágono, não vê dificuldades de assumir o trono de Senhor da Guerra. É preocupante que Trump tenha vencido as eleições com um discurso xenofóbico, machista, racista e misógino, mas vem sofrendo pressão por parte daqueles que discordam deste tom fascizante, além de ser combatido pela tentativa de retirada de garantias sociais, como o recém conquistado sistema de saúde público que, embora bastante inferior em qualidade e abrangência ao nosso SUS, é um respiro em uma das nações mais medicalizadas do mundo. Na América Latina. A ingerência dos Estados Unidos é uma constante, e vemos que o que ocorre no Brasil é a continuidade de uma série de intervenções do imperialismo em países como Honduras, Paraguai, e as tentativas na Bolívia, Venezuela e Equador. Na contramão da ofensiva belicista do Imperialismo, vemos a resistência dos povos, com destaque ao Acordo de Paz na Colômbia, conquistado pelas FARC, as manifestações no Chile contra as Reformas no sistema Educacional, os protestos dos mexicanos contra as medidas impopulares de Enrique Peña Nieto, e no

próprio Brasil, que vive sob o governo ilegítimo de Michel Temer, as manifestações em diversas esferas, datas e setores da sociedade.

1.2) CONJUNTURA NACIONAL: A camarilha incrustada no parlamento e dentro de diversas esferas do poder executivo e judiciário – além do Ministério Público, Polícia Federal junto aos meios de comunicação, usou um processo de impeachment sem fundamento legal, mas ancorado no senso comum de que a simples queda daquele governo contornaria a crise, atuando de forma seletiva e sem observância dos procedimentos jurídicos legais, para encaminhar o desmonte dos direitos sociais e das poucas conquistas trabalhistas e democráticas efetivas (como a lei das domésticas e a lei do piso nacional). O programa de governo apresentado antes do impeachment por Michel Temer, denominado “Uma Ponte para o Futuro”, registra todo o receituário utilizado pelo imperialismo para a subjugação dos povos pelo mundo, e reflete uma agenda conservadora que golpeia o conjunto dos trabalhadores no Brasil e que, neste curto espaço de tempo já conseguiu com que: o Pré-sal já possa ser explorado sem a presença da Petrobrás; já tenha sido aprovada a lei de renegociação das dívidas dos estados, ampliando o tamanho da bola de neve a nos oprimir no futuro não muito distante; já tenha sido aprovada a lei que cria as empresas estatais não dependentes, para fazer explodir o tamanho da dívida pública sem nenhuma contrapartida dos rentistas; já tenha sido aprovado o congelamento dos gastos públicos com os serviços essenciais por vinte anos; já tenha sido aprovada a mutilação do currículo do ensino médio; os editais para leilões de aeroportos, estradas, portos foi acelerado; se intensifica o processo de privatizações na saúde e na educação, por transferência de infraestrutura, dinheiro público e servidores para entes privados chamados de organizações sociais; o salário mínimo já está archoado, pois seu incremento para o próximo ano ficou abaixo da inflação.

Não obstante tudo isso, é preciso considerar que o “programa” não conseguiu andar na velocidade que pretendiam seus protagonistas na sua execução. A rebeldia juvenil ocupando escolas não estava nos planos dos (des)governos. Estas duas ofensivas reacionárias ficaram para 2017, a saber, a Reforma Previdenciária e Trabalhista. Quanto à primeira, não tem como omitir e nem disfarçar o ataque. Ter 65 anos de idade e pelo menos 25 de contribuição para aposentar com 70% da média salarial são fatos objetivos. Ter 49 anos de contribuição para ter direito a aposentadoria integral, até o limite do teto do atual regime geral, é outro elemento contundente, pois praticamente nenhuma pessoa cumpre esse critério hoje. O fim do acúmulo de aposentadoria e pensões; a redução destas a 50% do seu valor, a desvinculação de benefícios como salário mínimo, fim da aposentadoria especial por categoria, fim da aposentadoria por invalidez. A chamada reforma trabalhista “flexibiliza” partes da CLT, como tempo de trabalho/descanso, sobrepondo os acordos sobre os próprios direitos (o que só pode trazer prejuízo à classe trabalhadora), prevê a possibilidade de aumento de carga horária de oito para 12 horas diárias, com redução do período de intervalo de 1h para 30 minutos, e permite a manutenção do contrato de trabalho sem pagar o salário. O ponto alto do enfrentamento em 2016

foram as ocupações de escolas, institutos tecnológicos e universidades, movimentos conduzidos principalmente por estudantes. Este fato deu novo ânimo à luta que, por parte do movimento sindical e dos principais movimentos sociais, mantinham uma postura derrotista, antes mesmo da aprovação das contrarreformas. As forças populares organizadas, apesar de majoritariamente entenderem que existe um golpe no país, agem sob os pressupostos de normalidade institucional. Os setores que participavam ou defendiam os governos encabeçados pelo PT estão cada dia mais ansiosos por uma eleição para tentar eleger Lula novamente, e as posturas de setores esquerdistas equacionam sua prática quase que unicamente na denúncia da tentativa de uma nova eleição de Lula.

3) CONJUNTURA ESTADUAL: Raimundo Colombo, ainda no final de 2015 se adiantou em relação ao governo federal, e encaminhou as medidas de contrarreformas previdenciárias, com o aumento do valor da contribuição previdenciária dos servidores públicos, e com a instituição do SCPREV - fundo previdenciário complementar a ser administrado pela iniciativa privada. De lá pra cá, a política do governo tem sido a de arrocho, sem realização de concursos, sem aumentos salariais e sem cumprir os compromissos assumidos com os trabalhadores³. Além do histórico desvio de verbas do Fundeb, que vêm sendo realizado sistematicamente desde 2001, e chega a cerca de 450 milhões de reais por ano, veio a público o escândalo do governo com os recursos da Celesc que foram repassadas indevidamente para o Fundo Social na forma de doação, um montante que chegou a quase 01 (um) bilhão de reais. Tal recurso deixou de contar para cálculo dos duodécimos dos municípios e dos três poderes, retirando dinheiro da saúde, educação e segurança. Colombo construiu um “acordão” como forma de “quitar” esse débito, aumentando o duodécimo da Alesc, Tribunal de Justiça e Ministério Público, além de parcelar a reposição dos valores para os municípios, em 60 vezes – um verdadeiro suborno para se livrar de uma condenação por crime tributário. Cerca de 30 (trinta) movimentos populares, mandatos e sindicatos deram entrada em um pedido de impeachment contra Colombo, antes mesmo de vir à tona as delações de Edson Fachin e Marcelo Odebrecht, que denunciam Raimundo Colombo pela proposta de, em troca de 17 milhões de reais para seu partido, colocar a CASAN à venda. - além do governador, membros do alto escalão, como Gelson Merísio, também foram denunciados. Na política educacional, Eduardo Deschamps quer fazer de Santa Catarina um estado vitrine das políticas privatistas, com o ensino médio piloto dirigido pela Natura e Instituto Ayrton Senna, em 16 escolas do Estado.

2) POLÍTICA EDUCACIONAL: Temer encaminhou uma série de medidas que representam um verdadeiro desmonte das políticas educacionais. Dentre elas, a lei de renegociação das dívidas dos Estados, a Emenda Constitucional que prevê o congelamento dos gastos públicos com os serviços essenciais por vinte anos; a mutilação do currículo do ensino médio, através da Reforma do Ensino

³ Basta para isso lembrar que era para recebermos 4% de aumento em janeiro, fato que não ocorreu devido ao congelamento dos gastos do Estado. (<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/governo-do-estado-anuncia-congelamento-dos-salarios-dos-servidores-publicos-ate-dezembro>)

Médio, e a lei de terceirização. Este processo de desmantelamento das políticas educacionais teve início com alteração da composição do Conselho Nacional de Educação (CNE), levando à sua presidência ninguém mais do que Eduardo Deschamps. A Lei Complementar 156 de 2016, e a Emenda Constitucional 95, inviabilizam de imediato mesmo as metas limitadas contidas no Plano Nacional de Educação. Serão 19 anos de congelamento do orçamento, que ficará restrito à inflação do ano anterior. A Lei Nacional do Piso deixa de ter efeitos, pois não há mais vinculação constitucional que garanta ganho real acima da inflação (nem mesmo para o salário mínimo). A Lei 13.415, conhecida como a Reforma do Ensino Médio foi sancionada no começo de 2017 e, dentre as inúmeras mudanças, está prevista a substituição das disciplinas e dos conteúdos curriculares previstos na LDB por uma base comum, que se resume às disciplinas de Português, Matemática e Inglês, além da escolha de uma das cinco áreas, que inclui o ensino profissionalizante. O inciso relacionado à obrigatoriedade do ensino de Sociologia é excluído da LDB, e na prática todas as outras disciplinas deixam de ser obrigatórias. O ensino médio integral não vem acompanhado por uma política que financie sua implementação, outorgando-se à iniciativa privada a oferta das disciplinas profissionalizantes, além da própria gestão pedagógica e administrativa. Em SC, após a aprovação da MP do Ensino Médio, o governo destinou para o Instituto Ayrton Senna e Natura o controle de uma série de escolas, como a EEB Dom Jaime de Barros Camara, e em Florianópolis. A lei ainda prevê a eliminação do ensino fundamental e do ensino noturno para jovens, nas escolas em tempo integral. Na prática, a contrarreforma se pauta numa visão pragmática de que a educação da classe trabalhadora serve somente para a formação para o trabalho simples, e acentua as diferenças entre o ensino público e privado. A formação da escola pública, nas palavras da própria coordenadoria de Educação da Grande Florianópolis, não é para o vestibular ou universidades. Não é este o objetivo da educação pública, e estas medidas excludentes só vem reforçando o papel da escola enquanto formadora de quadro raso e técnico, sem senso crítico nem capacidade de leitura aguçada de sua realidade social. O PLS 193 de 2016, do Senador Magno Malta, denominado de “Escola Sem Partido” parte de uma suposta neutralidade da qual os próprios proponentes não possuem, e legitima a hostilização da prática docente a ponto de não só restringir a possibilidade do professor se posicionar sobre assuntos acerca do seu próprio campo de conhecimento, mas responsabilizá-lo caso os “pressupostos” desta lei “sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula”. A lei trata o estudante como “público cativo”, “elo frágil”, e proíbe a “aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero” que se oponha a “respectiva identidade biológica de sexo”, denotando um caráter excludente e fascistizante. O documento defende o “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções”, mesmo que essas convicções afrontem os valores de uma sociedade democrática, e trata como “incitação” a menção de atos públicos reivindicatórios no espaço escolar. Curioso que, apesar de querer regulamentar a “Educação Nacional”, o projeto de lei permite que as escolas privadas possam veicular qualquer tipo de valores, desde que obtenham “dos pais ou

responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções”. Trata-se de forma diferente os cidadãos, na garantia de seus direitos, priorizando o direito dos últimos, na medida que possam pagar por isso. POLÍTICA EDUCACIONAL EM SC: NOVO GOLPE NA CARREIRA: Eduardo Deschamps quer que Santa Catarina vire a vitrine da privatização da rede pública de ensino. As terceirizações, a municipalização da educação, o sucateamento, o fechamento de escolas, a enturmação, a superlotação das salas de aula, a meritocracia como a institucionalização da violência e da barbárie, a transformação dos ACTs em horistas, a ausência de concurso público, a política repressiva que vem junto com o diário online, a não garantia de eleições democráticas para direção escolar, são só alguns exemplos. O PROGRAMA EDUCACIONAL QUE O SINTE DEVE DEFENDER: - Desmercantilizar e reformar profundamente a educação. - Construir as condições para a formação de uma educação universal, pública, gratuita, laica, crítica, criadora e voltada à transformação e emancipação social. - Construir um Congresso Nacional de Educação, envolvendo a comunidade escolar, sociedade e movimentos sociais, para debater e formular uma proposta nacional de reforma da educação básica, para a qual propomos alguns elementos: implantar, emergencialmente, o Sistema Nacional de Educação, com vistas a garantir a possibilidade de a criança ingressar e prosseguir na escola até a conclusão do ensino médio. Assim como o SUS, o Sistema Nacional de Educação deve ser previsto em lei, como uma política de Estado e não de governos conjunturais, pondo fim a descontinuidade das políticas educacionais. - Financiamento: imediato investimento de, no mínimo, 10% do PIB na educação e ampliação do percentual para a educação dos entes federados; fim da aplicação de recursos públicos e estatais em medidas de capitalização das indústrias privadas de ensino, com destinação exclusiva de verbas orçamentárias às instituições de educação pública; fim de qualquer forma de privatização e terceirização da escola; fim da desresponsabilização do Estado para com a Escola Pública. - Contra municipalização da educação. - Ampliação imediata das vagas na educação infantil, com vistas a universalizá-la. - Erradicação imediata do analfabetismo. - Garantia, com qualidade, da Educação de Jovens e Adultos, como modalidade, enquanto existir sua necessidade social, na rede oficial de ensino estatal, e a permissão a todo e qualquer profissional capacitado – efetivo ou ACT, de lecionar no CEJA. - Garantia da educação pública nas comunidades de povos originários (como indígenas e quilombolas) e nos assentamentos. - Articular a educação profissional com a educação básica, com vistas a formação crítica, criadora e voltada a formação de um trabalho emancipador. - Implantação da educação básica integral, ocupando-se uma parte do tempo com reforço do processo de aprendizagem realizado no turno e outra parte em atividades de vivência integral entre os educandos, com garantia de alimentação, acompanhamento médico-odontológico e psicológico, cultura, esporte e recreação. - Reforma da estrutura física das escolas, adequando-as às necessidades da educação integral, tornando-as salubres, acessíveis e com uma estrutura completa de biblioteca, laboratórios, salas informatizadas e ambientes apropriados para a alimentação, esporte e confraternização entre toda

a comunidade escolar. - Ampliação do número de escolas, com vistas a universalização da educação básica⁴. - Fornecimento gratuito de todo o material básico necessário para o desenvolvimento do ensino e produção de conhecimentos na escola. - Fornecimento de alimentação orgânica e gratuita para toda comunidade escolar, fornecido por produtores locais e regionais, com vistas à alimentação saudável e ao incentivo da produção dos pequenos agricultores e maricultores. 2. Lutas por piso na carreira, efetivação dos trabalhadores em educação e cumprimento da lei do FUNDEB:- Pela reconstrução da carreira! Pela efetivação da lei do piso! Pelo respeito ao limite máximo de ACTs de 10%! Por concursos periódicos! -Imediato cumprimento da lei do FUNDEB! - Debater e encaminhar a construção de leis e PECs de iniciativa popular, com vistas a transformar o ensino público em serviço essencial e valorizar os trabalhadores em educação. 3. Lutas por condições dignas de trabalho e valorização profissional com: - Redução da jornada de trabalho, sem perda salarial; - Implantação imediata de 1/3 de hora atividade (tendo como referência a hora-aula); - Implantação de 50% de hora atividade; - Garantia da aposentadoria especial no magistério; - Concurso público permanente para repor o quadro efetivo e combater a todas as formas de precarização do trabalho, entre elas, o trabalho temporário; - Estabilidade para o ACT durante o ano; - Formação teórica e didático-pedagógica permanente, garantida pelo Estado em instituições públicas. - Formação de professores especializados para o atendimento de estudantes portadores de necessidades especiais (2º professor) Valorização destes profissionais e regularização dos seus contratos de trabalho; - Limitação do número de alunos por sala, de acordo com condições didático-pedagógicas e estruturais de cada UE. - Política de prevenção e atenção da saúde dos trabalhadores em educação. - Garantir o recesso escolar no mês de julho. 4. Lutas por gestão democrática nas escolas: - Eleição direta (com voto universal) para diretores de escola, Associação de Pais e Mestres, e Conselhos Escolares; a formação de grêmios estudantis livres e autônomos; livre organização e acesso dos sindicatos de trabalhadores em educação nos espaços de trabalho; autonomia das instituições educacionais, contra a ingerência do Estado. - Articulação com os movimentos sociais do campo e da cidade para construir a gestão democrática nas escolas.

3) POLÍTICA SINDICAL: A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi criada em 1983 numa conjuntura marcada pela reorganização do movimento operário que lutava por direitos sociais e pela redemocratização do Brasil. Na época, muito diferente dos tempos atuais, a CUT trilhava um caminho anticapitalista e defendia a ruptura com a estrutura sindical vigente, ou seja, era contra a conciliação de classes entre trabalhadores e burguesia/Estado. Assim, entre seus princípios de origem constavam, por exemplo: sindicalismo classista, enraizado na base e livre da interferência do Estado; autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos; democracia interna; internacionalismo sem alinhamentos e

⁴ Hoje Santa Catarina conta com mais de sessenta mil jovens em idade escolar fora das salas de aula. Fonte: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/04/santa-catarina-tem-64-mil-criancas-e-jovens-fora-da-escola-9764333.html>.

socialismo como objetivo final da luta sindical. Não por acaso, a palavra de ordem dos que criaram a CUT era: “Construir a CUT pela base”. Assim, a CUT viria a representar o chamado “novo sindicalismo”, cuja concepção se resumia, nas palavras de Lula (então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo) já em 1978, quando as lutas operárias ascendiam com muita força: A estrutura sindical brasileira (...) é totalmente inadequada. Não se adapta à realidade, foi feita de cima para baixo (...). É preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado. A estrutura e a legislação sindical deveriam ser reformuladas como resultado das necessidades. O sindicato ideal é que aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista (Lula: entrevistas e discursos, p. 45. In: MATOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. - 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008).

A estrutura sindical brasileira, à qual se referia Lula, foi construída gradativamente na década de 30. Trata-se de um conjunto de leis amarradas entre si que pressupõe a colaboração de classes (trabalhadores e burguesia) entre si e com o Estado (histórico representante das classes dominantes). O objetivo é garantir um sindicalismo dócil e manso, no qual a colaboração entre as classes garante a reprodução e a acumulação do capital. Esta estrutura herdada da era Vargas concebeu um sindicalismo castrado, controlado e dirigido ideologicamente pela burguesia e inspirada na Carta Del Lavoro decretada por Mussolini em 1927, ou seja, de origem fascista. As principais formas encontradas pelo Estado (transformadas em leis) para atingir tais objetivos e que perduram até hoje são: a carta sindical; a unicidade sindical e o imposto sindical. A carta sindical é a concessão outorgada pelo Estado ao sindicato para que o mesmo exista legalmente e possa representar a sua categoria. Sem esta representação sindical, o Estado não aceita a existência do sindicato. Desta maneira, o Estado passou a controlar a organização dos trabalhadores que antes era livre e autônoma. Casada à carta sindical, existe a lei da unicidade sindical, que garante ao sindicato o monopólio de representação da sua categoria, também concedido pelo Estado. Há uma grande diferença entre unidade e unicidade. A unidade se conquista através do debate de programa, da luta e de princípios condizentes com os objetivos dos trabalhadores. Já a unicidade, tal como concebida e praticada, trata-se de uma imposição feita pelo Estado aos sindicatos brasileiros com o objetivo de controlar quem representa e quem não representa. Assim, busca-se impedir legalmente o surgimento de sindicatos de luta que venham a fazer frente a outros sindicatos pelegos e cartoriais. Porém, o mais grave é a essência desta lei: o Estado que dita a forma como os trabalhadores devem se organizar, tolhendo-lhes a liberdade e a autonomia de classe. Por último, o imposto sindical. Em invés de permitir a livre contribuição direta dos associados aos seus sindicatos, o Estado criou o imposto sindical que é cobrado compulsoriamente de todos os trabalhadores e depois redistribuído às centrais e aos sindicatos que, por sua vez, ficam dependentes de tais verbas. As respostas à estas perguntas levam à questão essencial: por que enfrentar o Estado e as classes dominantes que o mesmo representa, se isso pode nos levar a perder o que ele “concede”? Foi,

então, se contrapondo a toda esta estrutura e ao peleguismo dela decorrente que a CUT nasceu. Hoje, a CUT não representa mais nada do “novo sindicalismo”. Tornou-se tão velha quanto aquilo que combatia. Evidentemente que esse processo de peleguismo não se deu do dia para a noite. A seguir citamos alguns exemplos que demonstram esta realidade: - Em 1992 a CUT se filiou à CIOSL – Central sindical internacional, ligada ao sindicalismo estadunidense e social-democrata europeu. Trata-se, enfim, de uma central com clara ligação aos objetivos imperialistas. - No 6º Concut, em 1997, a tradição das teses por tendência foi substituída por um caderno com uma tese única de Direção Nacional da CUT. Em meados de 1990, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista fez acordos com as grandes montadoras de automóveis, sob o peso das ameaças de demissões, que permitiam: ampliação do controle empresarial sobre a jornada de trabalho (via ampliação das horas extras não remuneradas - “banco de horas”); redução de salários e política de incentivo às demissões voluntárias. Em 1999, a grande bandeira dos líderes sindicais do ABC foi a diminuição do IPI. - Em 1996, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva (Vicentinho) apoiou a contrarreforma da previdência do governo de Fernando Henrique Cardoso. Também na década de 90, a CUT passou a receber dinheiro do Fundo de Amparo aos Trabalhadores, atrelando-se ainda mais à estrutura do Estado. Abandonou a formação política e passou a fazer formação profissional, ocupando o papel dos patrões. - Contudo, o mais grave veio com a chegada de Lula à Presidência da República, em 2003. O governo Lula aprovou uma nova contrarreforma da previdência, apresentada a partir de uma proposta referendada por um fórum “tripartite”. A CUT se posicionou contrária à greve dos 70 mil servidores, e embora apresentasse críticas pontuais à proposta, apoiou sua concepção geral de instituir um teto dos proventos e criar o espaço das “aposentadorias complementares” para fundos de pensão privados, em substituição ao direito à aposentadoria integral. - Em 2004 a CUT também participou da elaboração do projeto de “reforma” sindical, através do Fórum Nacional do Trabalho. - Cada vez mais distante da luta que inspirou o seu nascimento, em 2007 a CUT boicotou a realização do Plebiscito Popular pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce. No seu 12º Congresso, realizado em 2015, a CUT aprova o apoio ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que prevê redução de carga horária e de salários para salvar as indústrias e “manter o emprego” dos trabalhadores.

4) POLÍTICAS PERMANENTES E DE GÊNERO

É preciso entender a importância e a urgência de se falar de gênero em sala de aula, enquanto discussão parte de uma política educacional que defenda esse tema como parte de um amplo debate social, com o objetivo de dar espaço às mais variadas formas de identificação do sujeito com o mundo a partir de seus afetos e sua sexualidade. Discutir gênero em sala de aula é algo essencial a uma formação emancipadora e cidadã, especialmente em se tratando de um país que registra em média uma morte de pessoas transexuais a cada 28h. Debater gênero, a fim de mostrar que as diferenças em direitos e condições precisam ser desnaturalizadas, para que todos possam exercer amplamente suas

capacidades e vontades, sem impedimentos de ordem moral ou política, é uma necessidade urgente ao nosso país, e é a educação o principal meio para isso. No país em que a lei Maria da Penha é uma necessidade para coibir os casos de agressão e morte de mulheres por seus companheiros, em números que chegaram a 5700 agressões diárias no Brasil, destas ao menos 12 resultando em mortes, é a sala de aula o lugar para, por excelência, se debater as diferenças de querer, existir e gostar, concebendo-as como igualmente livres, justas e humanas, sem distinções de nenhuma ordem.

Entender a condição das mulheres, tanto das cis quanto das trans, dos homens cis e trans enquanto sujeitos com especificidades políticas, sociais e econômicas, e entender que são questões sociais – visto que pertinentes a todos os membros da sociedade, que merecem espaço permanente e integral em sala de aula é ponto que defendemos integralmente. Ignorar essa pauta, atendendo a interesses religiosos e conservadores vai contra os princípios da laicidade e da democracia, assegurados pela CF1988.

5) BALANÇO POLÍTICO DA ENTIDADE : Apesar da renovação de parte da direção, ela reflete uma continuidade – de fato, há na gestão quem não tenha participado dos eventos recentes, como a greve de 2015. Ao falar do “desgaste da categoria”, membros da atual gestão apontam unicamente para a habilidade do governo de dividi-la. Se por um lado é verdade que o governo atua no sentido apontado, por outro, elide-se elementos concretos que tem a ver com a condução política do sindicato a partir de suas direções, que ficaram claras nas últimas greves. Como exemplo, basta lembrar que nosso último Congresso foi em 2013, sendo que sua previsão é bianual. Sendo o mesmo grupo político que dirige total ou majoritariamente a direção sindical, o balanço político da gestão não pode descontextualizar eventos mais remotos, mas deve se fiar nos eventos recentes, como a greve de 2015. Percebe-se um distanciamento da base por parte do sindicato já faz algum tempo. A greve de 2011 foi o caso mais emblemático. Com o encerramento precoce de uma greve com 90% de adesão, antecipada nos meios de comunicação por membros da direção cutista, e sem um contraponto consistente das lideranças da oposição interna da direção, para frear essa definição da direção majoritária. Naquele momento havia disposição e força da categoria para impor uma derrota ao governo e conquistar o piso na carreira. Mas a base do magistério é quem foi derrotada, com o achatamento da tabela salarial. A crônica dessa derrota anunciada começou a ser escrita quando houve um acordo nos bastidores entre os partidos do governo e a dita “oposição” petista. O fato do PSD ter se tornado base do governo Dilma influenciou no desfecho da greve. Em mais de uma assembléia geral, a posição majoritária da direção pelo fim da greve foi recusada pela base. Mesmo assim, tal objetivo foi construído nas regionais. Isso provocou uma divisão tão grande entre as mesmas, que já não importavam os encaminhamentos da assembléia geral. Mesmo sob forte protesto, o projeto de lei que

destruiu a carreira do magistério foi aprovado na ALESC. Foi necessário o BOPE para tanto. Os professores saíram arrasados da “casa do povo”. Mas, em 2013, o novo presidente da ALESC, na época (Deputado Joares Ponticelli), relator do projeto de lei que destruiu nossa carreira, foi eleito com o voto do PT e do PC do B. A justificativa: O PP e o PSD eram base do governo Dilma. A partir do desfecho da greve de 2015, com a aprovação do Plano de Carreiras e na Lei do ACT, o clima é de terra arrasada. Os compromissos assumidos pelo governo como a anistia e abono de faltas e paralisações, contidos no Termo de Acordo aprovado na Assembléia, foram descumpridos por este, como a garantia de não transformar os ACT’s em horistas, e de não prejudicar os aposentados com o congelamento nas referências. Já naquela assembléia o Movimento Sinte pela Base avisou que este não cumpriria aquilo que foi prometido se não estivéssemos permanentemente mobilizados. A direção majoritária pagou pra ver, assumindo o ônus de dirigir o sindicato no ano de sua maior derrota. Ainda em Março de 2014, a CUT chamou a categoria para uma greve contra o parcelamento dos 8,5% em três vezes, estendendo a “greve de três dias” da CNTE/CUT, cujas pautas se restringiam ao Plano Nacional de Educação e o pagamento de 10% do PIB para educação até 2023 – a partir desse momento já se abria mão do reajuste dos 19%, baseado no índice custo/aluno. Naquele momento, o MSPB denunciava que o pior viria no início do ano seguinte (2015), e que deveria se construir um amplo movimento de resistência, se opondo aquela greve de faz de conta. Essa posição, que se via refletida na base, fez a direção mudar a posição. A greve de 2015 tem início no dia 24/03 e é resposta ao projeto genérico de carreira, que começou a ser veiculado nas escolas no início de fevereiro, na forma de um “estudo da carreira”. De todos os ataques, os mais centrais e que sinalizavam a perda de direitos era a incorporação da regência e a supressão da carreira de “magistério” do PCCS. Junto a isso, previa-se a implantação da meritocracia, fim da progressão automática, do restante da paridade (já comprometida) entre aposentados e ativos, da isonomia salarial, dentre outros. Desde o início, o MSPB defendeu a deflagração desta como forma de combater a MP 198 já em vigor. Em nível estadual, seguiram-se três assembléias até a deflagração, ambas com quórum representativo. A segunda Assembléia Estadual, que definiria a greve, foi postergada, por avaliação de parte dos dirigentes CUT/Conlutas de que não havia “quadro” para deflagração desta. A tática utilizada pela direção sindical foi cansar a categoria com informes de cada uma das 31 regionais, iniciando pela de Florianópolis que, ao invés de informar a deliberação unânime pela greve, afirmou que não haveria este “quadro”. A votação que se seguiu dividiu os professores espacialmente em duas partes: os que queriam a greve imediatamente e os que deixariam para uma assembléia no dia 24 – com a MP 198 podendo ser aprovada a qualquer momento. Dia 07 de maio ocorre primeira negociação, e uma virada de posição da direção cutista, que até então vinha construindo a greve nas suas bases, virada que culminou na defesa do fim da greve, e a assinatura do termo rebaixado do governo, na Assembléia Estadual realizada no dia 14 de maio, em Biguaçu. Na prática, a CNTE e a CUT consideravam a incorporação da regência de classe como algo dado, e que não deveria ser empecilho para o fim da greve. A resposta da categoria foi retumbante,

votando pela continuidade da greve e a criação do Fundo de apoio aos grevistas. A assembléia foi convocada para Chapecó de segunda para quarta. Assim, no dia 03, decidiu-se aceitar os termos do governo e encerrou-se a greve. Um dos resultados do encerramento da greve foi a portaria dezoito, que se configurou num ataque frontal aos princípios de autonomia e gestão democrática da escola. As regras aí contidas dificultaram a reposição e não levaram em conta a especificidade e a diversidade escolar. O Sindicato Estadual, ao invés de denunciar a manobra, aceitou o argumento do governo e deu como resolvida a questão, legitimando o instrumento. Vemos que, para resistir às políticas de destruição da escola pública e dos direitos do magistério, os trabalhadores necessitam ter um sindicato combativo, autônomo e independente em relação ao Estado, ao governo e aos partidos políticos. No entanto, hoje, a direção do Sinte, tem se conformado como um sindicato de conciliação, que negocia direitos históricos e que não valoriza a formação, a organização e a vontade da categoria. Não se trata de negar a participação, no sindicato, de pessoas ligadas às organizações políticas. Ao contrário, é importante que os trabalhadores se organizem politicamente.

6) PLANO DE LUTAS: O plano de lutas é um instrumento importante da categoria para alcançar seus objetivos estratégicos e, para isso, é importante definir com clareza qual é o horizonte defendido pelo nosso sindicato que, a nosso ver, passa pela defesa de uma educação pública e gratuita, a serviço da transformação social para além do capital. À estratégia, corresponde um programa tático que deve ser definido com clareza, para garantir a solidez na definição do plano de lutas da entidade. Constatamos que, historicamente, a maior parte dos planos de luta do SINTE estão associados à pauta da valorização do magistério. De fato tais pautas precisam ser elencadas, pois sem elas não é possível vislumbrar uma política educacional de qualidade. No entanto, esta é apenas uma das pautas que se referem à luta por uma educação de qualidade e pública, e a condição de sucesso destas pautas está intimamente associada à capacidade da categoria de convencer o conjunto da sociedade da justiça destas mesmas pautas. Por sua vez, a legitimidade da categoria em defender suas pautas não justifica a postura corporativa e, constatamos que tal postura tem levado o SINTE a um isolamento, e que isto tem fragilizado nossas lutas. Por outro lado, como mencionamos acima, as pautas relacionadas à valorização salarial são legítimas e mobilizam a nossa categoria classe, favorecendo o avanço da consciência. Desse modo, interessa ao sindicato que se encaminhe tais lutas, dando conta da diversidade da realidade de nossa categoria, o que muitas vezes não é feito. Mas que seja também capaz de ir além das particularidades de cada segmento da categoria, e não só como tal, mas como classe trabalhadora – como as pautas que atendem os direitos trabalhistas e previdenciários, dentre outros. A conjuntura tem nos mostrado que, mesmo sendo uma categoria estadualizada, a luta pela sobrevivência implica em unificar os trabalhadores em torno da luta nacional pela manutenção dos direitos – e que isto inclusive tem mobilizado segmentos que historicamente não vêm se sentido contemplados pela política que vem sendo encaminhada pelas sucessivas direções do SINTE. Desta

forma, sugerimos: **Campanha contra os desvios da Educação:**O Sinte deve encampar a luta pelo cumprimento do gasto constitucional para educação, a condenação das práticas de desvio do FUNDEB por parte do governo, e um plano emergencial de reposição dos prejuízos acumulados desde 2001. Tal campanha deve culminar com um grande ato em frente ao TCE no dia da aprovação das contas do governo. Fazer também a denúncia do aumento dos gastos com terceirização; **Mobilização em prol da Valorização do Magistério:** Defende-se que seja construída a tática de não iniciar o ano letivo – não obstante as dificuldades oriundas da não contratação de profissionais temporários neste período. Garantir pelo menos, aquilo que prevê a lei do Piso (garantindo pelo menos 1/3 de hora atividade), além dos ganhos reais e da recuperação de todas as perdas salariais. Judicializar a perda da paridade dos profissionais que estacionaram na letra G e não foram enquadrados naquela que correspondente; **Estudo e Denúncias:** O Sinte deve fazer estudos meticolosos sobre a situação estrutural das escolas apresentando em audiência pública para os órgãos competentes, para que sejam tomadas as medidas cabíveis; **Campanha contra Diário Online:** O diário online tem se configurado como um instrumento de pressão e responsabilização dos professores acerca dos problemas da educação causados pela política educacional dos sucessivos governos em SC. O Sinte deve contestar judicialmente perante os órgãos competentes a mudança do Estatuto do Magistério, no que tange à mudança de atribuição da função do professor, de “ensinar” para “preencher sistemas informatizados”. O Sinte deve promover estudos sobre a infraestrutura informatizada nas escolas, denunciando ainda a não contratação de profissionais para cuidar dos laboratórios de informática; **Denúncia sobre o cumprimento de mais de 200 dias letivos:** Historicamente SC não segue a orientação nacional acerca dos dias letivos, conforme a LDB e o Parecer CNE/CEB nº 10/2005, e o SINTE vem secundarizando esta questão. De modo geral, isto resulta na sobrecarga de professores e alunos, e é utilizado para castigar os professores na reposição de greves, tendo também um impacto negativo quando se antecipa o ano letivo, castigando professores e alunos que não contam com uma estrutura adequada de ventilação nas escolas; **Orientação Política contra a retaliação dos movimentos grevistas:** O governo se utiliza de um mecanismo ilegal para inibir a participação das greves, computando-as como injustificadas. Apesar de estarmos respaldados juridicamente, devemos garantir politicamente esta questão no encerramento da greve, como acontece com outras categorias. Não sendo cumprida, devemos insistir em táticas de pressão ao governo; **Campanha por uma gestão democrática nas escolas:**Rechaço à pseudo gestão democrática do Colombo. Campanha de esclarecimento sobre o que é democracia na escola, respaldo aos movimentos escolares, como conselho deliberativo, grêmios e APP. Elaboração de material informativo, realização de seminários e audiências públicas. O SINTE deve realizar o estudo sob a situação da gestão anti-democrática nas escolas. **Campanha em defesa de Concurso Público:** Promessa feita após o encerramento da greve de 2015, até o momento o governo Colombo não acenou com concurso público. A campanha por concurso deve ser realizada junto à outras categorias do serviço público estadual. **Adoecimento docente:**Estreitar relação com profissionais da saúde para

denunciar a política que leva ao adoecimento de profissionais da educação. É alarmante o caso das AE's que aumentaram a sobrecarga de trabalho e que tem passado por situações dramáticas. Também é necessário fazer denúncia ao Ministério Público em relação à determinação que impede as Act's mães de levarem seus filhos ao médico. **Campanha de cerco ao CEE:** O Conselho Estadual, órgão nada autônomo privatista tem passado ao largo das denúncias do Sindicato. Em parte, porque este compõe o mesmo, apesar de não haver nenhum repasse para a categoria do que se vem travando nesta instância. O Sinte deve apresentar o que fez de contraponto até o momento, a partir das atas do CEE e relato escrito, para avaliar a permanência deste conselho, em assembléia estadual. **Secretaria de Formação** deve Realizar Cursos de formação sobre o funcionamento da sociedade capitalista, sindicalismo brasileiro; teoria da educação para além do capital; **Debater:** a necessidade de construção de uma “central das classes trabalhadoras” autônoma, independente e classista no Brasil, - Desfiliação do Sinte da CUT;

7) ESTATUTO : **TÍTULO I – Art 7 - Onde se lê: X – lutar em defesa da criança e do adolescente** conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação equivalente. *Passa a vigorar com a seguinte redação:*X – lutar em defesa da criança e do adolescente;

TÍTULO II - Capítulo 2 - Art. 10, parágrafo 2:Supressão; **TÍTULO II - Capítulo 2 - Art. 10, adicionar parágrafo:**Será garantido cuidadores/as para mães e pais deixarem seus filhos, enquanto participam de atividades do sindicato.

TÍTULO II- Capítulo 2 Art. 14- Supressão; **TÍTULO III – Art. 19- adicionar incisos com a seguinte redação:**II - não observância deste prazo deverá ser justificada pela direção em exercício ao conjunto da categoria, com proposta de data de prorrogação, que não poderá ultrapassar o primeiro semestre do ano subsequente.III – o desrespeito à realização do Congresso nos prazos previstos importa em destituição do Coordenador Estadual do SINTE/SC de suas atribuições, e convocação de Assembléia Estadual.

TÍTULO III - Seção IV - Art 49 - Parágrafo 2.Passa a vigorar com a seguinte redação:I - Para as estruturas regionais com o número de filiados até 1000 (mil), haverá 40(quarenta) horas de liberação para a Coordenação Regional. II - Para as estruturas regionais com o número de filiados entre 1001 (mil e um) e 2000 (dois mil) haverá 60(sessenta) horas de liberação para a Coordenação Regional.III - Para as estruturas regionais com o número de filiados acima de 2000 (mil), haverá 80(oitenta) horas de liberação para a Coordenação Regional;

TÍTULO V - Art. 61 - Parágrafo 2 Onde se lê: A comissão eleitoral regional será eleita pelo Conselho de Representantes Regional, e na omissão deste, em Assembléia Regional.*Passa a vigorar com a seguinte redação:*A comissão eleitoral regional será eleita pelo Conselho de Representantes

Regional, e na omissão deste, em Assembléia Regional. Tais instâncias deverão ser amplamente divulgadas, em cartazes e veículos oficiais com antecedência de no mínimo 72 horas, e comunicadas à Comissão Eleitoral Estadual.

TITULO VII - Art. 70 – Supressão.

Tese: Alternativa Sinte

Corrente Sindical Esquerda Marxista

1 - A instabilidade mundial e a resistência da classe trabalhadora

O mundo é meu país

O traço predominante da situação política mundial segue sendo a instabilidade do regime capitalista. A economia internacional continua mergulhada numa crise que não tem data para acabar. A explosão da crise em 2008 tem significado a intensificação dos ataques a direitos e conquistas por parte de governos de diferentes colorações políticas, através das chamadas medidas de austeridade. Ao mesmo tempo, os povos resistem. O conjunto da situação produz fenômenos que há poucos anos eram imprevisíveis, que abalam as estruturas do decadente capitalismo.

Marx e Engels já explicaram, em 1848, no Manifesto Comunista: “O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las”.

No atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, essas “maneiras de vencer a crise” que os governantes e dirigentes da burguesia têm traduzem-se basicamente em: destruir forças produtivas (fechamento de postos de trabalho e guerras) e explorar com mais intensidade antigos mercados, através do aumento da exploração (destruição das conquistas, dos serviços públicos, diminuição de salários e intensificação da exploração direta). Os trabalhadores resistem em demonstrações impressionantes que têm provocado verdadeiros terremotos políticos, um atrás do outro, em países onde muitos reformistas tinham cantado que a luta de classes acabara ou que os operários haviam se “aburguesado”.

Os acontecimentos recentes na Grã-Bretanha são um claro exemplo desta situação. Até pouco tempo atrás, aparentemente este era o país mais estável da Europa. Mas a vitória do voto pela saída da União Europeia, o “Brexit”, no referendo realizado em junho, sacudiu tudo. O então primeiro-ministro, David Cameron, derrotado, foi obrigado a renunciar. As divisões internas no Partido Trabalhista e no Partido Conservador se aprofundaram. Em apenas dois dias, 185 mil novas filiações ao Partido Trabalhista foram realizadas para dar suporte a Corbyn. Ele foi reeleito em setembro para presidir o partido batendo Owen Smith, o candidato apoiado por toda a direita trabalhista.

O mesmo pode ser dito dos EUA, onde a vitória de Donald Trump desanimou ainda mais os reformistas. Na realidade, a eleição deste demagogo foi fruto do rechaço da população à política tradicional. Quase 47% dos eleitores não votaram em nenhum candidato, recusando-se a escolher entre as duas faces da burguesia imperialista: democratas e republicanos. Outra parcela foi levada pelo discurso de Trump de reavivar a economia norte-americana com ações protecionistas, trazendo de volta os postos de trabalho perdidos.

Durante as eleições, a situação convulsiva do país se expressou também no grande apoio conquistado por Bernie Sanders, candidato que se apresentava como “socialista” nas primárias do Partido Democrata, defendendo uma “revolução política contra a classe dos bilionários”. Sanders capitulou, seguindo o caminho típico dos reformistas, inclusive os de esquerda.

Aceitou o resultado fraudulento das primárias do Partido Democrata e, vergonhosamente, declarou apoio à Hillary Clinton, frustrando milhões de apoiadores.

No entanto, este fato ressalta o acirramento da luta de classes no país e a vitória de Trump jogou mais lenha na fogueira. Logo após a confirmação do resultado, manifestações massivas, com forte participação da juventude, tomaram as principais cidades do país. Em algumas delas, uma das palavras de ordem mais ouvidas era “Nossa solução, revolução!”.

Hoje, menos de 100 dias após assumir a presidência, Trump já foi derrotado em uma de suas principais propostas, a revogação do Obamacare, e nas medidas contra muçulmanos estrangeiros. O movimento de massas se cresce nos EUA e Trump vê uma crise política se aprofundando em sua própria cúpula. Ele tem agora apenas 35% de aprovação e age com desespero. Abandonou suas próprias propostas de política externa e lançou um ataque à Síria sob o pretexto de retaliar um atentado com armas químicas de Assad contra seu próprio povo. Seja verdadeira ou não esta afirmação, não há como não recordar o ataque contra Saddam Hussein, que também foi acusado de ter armas de destruição de massa. Hoje, sabe-se que isso foi uma invenção para justificar a guerra no Iraque. A bomba no Afeganistão e retórica de ameaças à Coreia do Norte têm o mesmo motivo. Em nenhum destes locais, justifica-se o hipócrita fomento norte-americano à guerra. Sem o apoio do imperialismo, Assad, jihadistas e muitas das ditaduras do Oriente Médio não se sustentariam.

Os que olham apenas a superfície da situação política, os impressionistas, avaliam que a esquerda está sendo derrotada e que o conservadorismo está dominando o mundo. Nós dizemos que se aprofunda a falência do reformismo, dos partidos tradicionais de esquerda que se venderam ao capital, bem como um descontentamento com a ordem capitalista. O que à primeira vista parece “crescimento da direita” é, na verdade, um aumento da polarização social, que destaca os extremos, tanto à direita quanto à esquerda. Em que pese as vitórias eleitorais à direita e os freios impostos pelas velhas direções do

movimento operário, é preciso observar as seguidas demonstrações de disposição de luta da juventude e dos trabalhadores. A busca das massas por novas alternativas à esquerda, como Syriza e PODEMOS, na Grécia e Espanha, ou Corbyn e Sanders, na Grã Bretanha e EUA, expressam o que se desenvolve na base da sociedade. Pequenas fagulhas podem desatar explosões revolucionárias em nível global. O “processo molecular da revolução” está em pleno desenvolvimento.

É sob a base desta análise política internacional que o Sinte precisa discutir o internacionalismo da classe operária em suas bases. Defendemos que o sindicato precisa posicionar-se contra as guerras e a favor da bandeira "O mundo é meu país"; que é necessário existirem professores de francês em todas as escolas de Santa Catarina, para que os haitianos, que chegam aos milhares em território catarinense, sejam atendidos nas escolas com direito à igualdade no que diz respeito à educação.

2. Brasil, do impeachment ao governo Temer

Defender os serviços públicos, os direitos e preparar a Greve Geral

A crise econômica segue se aprofundando no país. Após a retração de 3,8% no ano passado, a recessão continua. O PIB de 2016 deve fechar em queda de 3,4% (Boletim Focus Nov/2016). O consumo das famílias segue em forte queda, assim como a produção industrial. Já são mais de 12 milhões de trabalhadores em busca de trabalho, com a taxa de desemprego chegando a 11,8%, segundo o IBGE. A dívida pública aumenta e aproxima-se de chegar a 70% do PIB. Estados e municípios estão "falidos", servidores são pagos com atraso e o 13º salário está em risco. Bibliotecas, hospitais, postos de saúde fechados, falta de medicamentos etc.

A burguesia nacional, pressionada por seus representantes políticos no interior do parlamento, contrariando as recomendações da burguesia imperialista que conhecia os riscos do processo, acabou por aderir ao caminho do impeachment de Dilma, pondo em marcha a retomada do controle direto do aparelho de Estado. Para a burguesia, o governo Dilma/Lula não tinha a capacidade de imprimir com suficiente velocidade e profundidade todas as medidas que julgava necessárias para enfrentar a atual crise internacional. Os dirigentes petistas também já não controlavam as massas, como ficou demonstrado em junho de 2013, o que os tornava inúteis para a classe dominante. Isso tudo se concretizou no impeachment e na constituição do governo bastardo de Temer/PMDB/PSDB.

O governo Temer conta com uma equipe econômica composta por executivos saídos diretamente do mercado financeiro internacional e um ministério quase todo acusado, ou já réu, em casos de corrupção. Mal começou a governar e teve que demitir vários ministros por isso.

Este é um governo extremamente frágil e sem base social real de massa, cujo principal objetivo é rebaixar o custo da força do trabalho (aumentar a produtividade da economia brasileira ampliando a

exploração). Ou seja, atacar direitos e conquistas da classe trabalhadora e abrir mais o mercado para entregar riquezas nacionais ao grande capital financeiro internacional. Isso porque a burguesia nativa brasileira está prensada entre as conquistas obtidas pelos trabalhadores nos últimos anos, a baixa produtividade brasileira e a pressão do mercado internacional.

Assim, o central para o governo Temer é fazer as contrarreformas da Previdência e Trabalhista, privatizar o patrimônio público, desmontar os serviços públicos (especialmente a educação e a saúde), ampliar o desvio de recursos públicos para o pagamento de juros da dívida (com o capital financeiro internacional). Parte desta política já está oficialmente aprovada, como as inúmeras privatizações, o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos e a Reforma do Ensino. Porém, estas medidas ainda não foram implementadas até o fim na vida real, o que significa dizer que a luta está só começando.

A aplicação integral da política exigida pela burguesia é de tal magnitude que provocaria um choque de classe que este governo não tem condições de controlar. Ele não pode aplicar os ataques integralmente sem correr o risco de ser derrubado. O empresariado e as altas finanças nacionais olham para o governo Temer entre consternadas com o que têm nas mãos e um sopro de esperança de que ele consiga sobreviver e imponha as contrarreformas que desejam.

A revolta dos jovens e trabalhadores cresce. No entanto, o aparelho sindical, com suas direções deformadas, não dá uma clara orientação para o conjunto dos trabalhadores, de que é possível vencer. Oscilam entre negociar com esse governo e colocar as eleições de 2018 como a solução aos nossos problemas. Um bom exemplo do que é possível fazer foi o dia 15 de março, onde milhares de trabalhadores e jovens foram às ruas, ainda que as entidades sindicais tenha feito pouco ou quase nenhum esforço. Em Florianópolis, os servidores municipais realizaram este ano uma greve massiva, que fez o prefeito Gean Loureiro recuar na aplicação de um pacote de maldades aparentemente irrevogável. Isto foi possível pela extrema resistência dos trabalhadores e pela correta linha política aplicada pela direção do sindicato.

No momento em que discutiremos esse documento no Congresso do Sinte, muita coisa já terá acontecido, teremos visto o dia 28 de abril e as contrarreformas estarão em outro patamar. A Corrente Sindical Esquerda Marxista (Alternativa Sinte) defende que a única maneira de chegar a vitória é garantir um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, que abranja todo o movimento e que organize a greve geral no país. Essa é a principal tarefa do momento. O Sinte precisa ser parte ativa na organização desta greve geral. Não podemos ser meros expectadores da luta.

3 – Santa Catarina

O governo de Raimundo Colombo tem sido marcado por um verdadeiro desmonte de todo o serviço público catarinense, atingindo a educação pública de forma ainda mais séria. Todos os ataques que o governo do Estado tem aplicado nas costas dos servidores e da sociedade em geral representam o interesse da burguesia em colocar nas costas dos trabalhadores e da juventude o peso de uma crise que não é nossa.

O ano de 2015 feriu de morte a condição de trabalho de todos os trabalhadores em educação do Estado de Santa Catarina, que hoje se encontram numa situação precária de exercer sua função de forma digna. O novo plano de carreira do magistério (Lei 668/2015) e a Lei do ACT (Lei 16.861/2015) cortaram direitos historicamente conquistados, como regência de classe, triênio aos professores contratados, mudanças na ampliação de carga horária para professores efetivos, transformação do professor contratado em horista, possibilidade de redução de carga horária para o professor efetivo, dentre outros, além precarizar ainda mais a questão da isonomia entre os trabalhadores em educação, dividindo-os entre efetivos e ACTs.

Nesse mesmo ano, o governo do Estado também aprovou a Lei 662/2015, que além de mexer no fundo previdenciário dos servidores públicos de Santa Catarina destinando um montante de mais de R\$ 800 milhões para os cofres do governo, aumentou as alíquotas de contribuição previdenciária de 11% para 14%.

Não bastasse a destruição da condição de trabalho dos professores e trabalhadores em educação de forma geral, o governo de Colombo aplica medidas que vão no caminho contrário ao da ampliação do direito à educação pública, gratuita e para todos, fechando inúmeras escolas, turmas e turnos ao implementar o POE (Plano de Ofertas Escolares) em 2016. Em todo o Estado o governo diminui gradativamente a oferta do ensino fundamental, desrespeita a Lei 170/98 que garante o número máximo de alunos em sala de aula ao superlotá-las para evitar abertura de novas turmas, e mais recentemente começa a sinalizar a intenção de fechamentos do turno noturno o que prejudica diretamente os estudantes trabalhadores. Tudo isso levou ao enxugamento da oferta do ensino, fechamento de escolas, turnos e turmas, na tentativa de economizar as receitas do estado para garantir o pagamento das dívidas com a burguesia.

O governo de Raimundo Colombo (PSD) aprofunda ainda mais a precarização do ensino público em Santa Catarina ao fazer do Estado piloto na implementação da Reforma do Ensino Médio aprovada pelo Governo Federal. Voltada para a produção massiva da mão de obra através da flexibilização da grade curricular, a Reforma do Ensino Médio abre as portas para a privatização e, através da flexibilização da grade que limita o acesso ao conjunto dos saberes acumulados, empurra os jovens para "cursinhos" de formação específica, sem necessidade de formação básica universal, seja ele qual for e onde for. Também pretende reorganizar as disciplinas escolares em grandes áreas, fragmentando

o conhecimento em “áreas de interesse” individual do aluno através de um enxugamento dos conteúdos programáticos. Além disso, prevê a flexibilização na contratação de professores de acordo com a demanda em cada grande área, que ficam à mercê das “aptidões” individuais dos alunos e do empresariado local.

A Reforma do Ensino Médio abre, ainda, as portas para uma velha fórmula meritocrática ao promover a contratação de professores com “saber notório”, sem formação, algo que não se via desde a implementação da OSPB e EMC, posteriormente condenadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ademais, a proposta de reformulação aparece avalada por conselheiros do Ministro da Educação, como Alexandre Frota e, recentemente, pela aproximação de Temer com o Movimento Brasil Livre (MBL). A comunidade de trabalhadores em educação e a juventude, no entanto, foram colocadas à margem do debate.

Além disso, a progressão parcial, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), significa uma deterioração na qualidade do ensino estadual. Ao legitimar a possibilidade de reprovação em disciplinas, jogando nas costas do professor uma carga maior de trabalho que torna sua jornada ainda mais exaustiva, o governo usa manobras com cara de progressismos para evitar a contratação de novos professores, abertura de concurso público e aberturas de novas turmas e unidades escolares.

E os ataques não param por aí: fim da oferta do Ensino Fundamental I na rede estadual; fim do cargo de professor-orientador da sala de tecnologia; congelamento de licença-prêmio; municipalização e inúmeras unidades escolares correndo risco de fechamento. Tudo isso sem estabelecer o mínimo diálogo com os trabalhadores em educação e estudantes.

Apesar da aparência “modernizadora” e “inovadora” que todos esses projetos de reformulação na educação tentam forjar, uma análise profunda escancara o desmonte da educação pública, gratuita e universal que será colocada em curso pelos atuais governos federal e estadual. Seja no governo anterior ou no atual, a preocupação com a qualidade da educação pública está nas mãos de uma camarilha a serviço de seus interesses econômicos e eleitorais.

Frente a todos esses ataques, o que vemos por parte da direção estadual do Sinte/SC é um completo imobilismo e incapacidade de organizar efetivamente a luta dos trabalhadores em educação do estado de Santa Catarina. A greve de 2015 é representativa da desconfiança da base em relação ao sindicato: os professores saíram da greve com inúmeras faltas, descontos e uma incapacidade – legítima – de confiar nessa atual direção estadual do Sinte/SC. Os balanços de filiação no estado não deixam dúvidas: houve um decréscimo gigantesco no número de professores filiados, embora a regional de Joinville não expresse essa realidade, o que certamente é fruto da sua política e crítica à política levada a cabo estadualmente.

Recentemente, em nota divulgada no dia 19/4, a executiva estadual do Sinte/SC cancelou unilateralmente a assembleia estadual marcada pela categoria para acontecer no dia 28/4, data em que estava deliberado o início da greve do magistério catarinense por tempo indeterminado, passando por cima das decisões votadas e aprovadas por sua base em assembleia estadual. Além disso, a nota “modificava” a decisão da assembleia anterior de deflagrar Greve Geral por tempo indeterminado, ao orientar apenas UM DIA de paralisação no dia 28/04.

Tudo isso é reflexo de uma direção sindical fortemente adaptada ao aparelho. Distante da base, sem vivenciar as angústias e as necessidades dos trabalhadores, vai tirando decisões nos gabinetes, “ordens” para que os trabalhadores em educação cumpram. A Alternativa Sinte denuncia essas manobras e convoca todos a organizar um movimento estadual para superar a letargia da atual direção burocrática do Sinte.

4. A luta pela Liberdade, Unidade e Independência Sindical

A adaptação à estrutura sindical brasileira tutelada pelo Estado gera uma concepção de que a instituição sindical, seja qual for sua estrutura organizacional, pode comportar qualquer linha política. Tudo dependeria, única e tão somente, de quem ocupa a direção do sindicato. Essa não é, certamente, a posição teórica histórica dos sindicatos de trabalhadores. A independência total da entidade sindical da estrutura de Estado e a luta pela construção de outra sociedade é o que dá fundamento à história dos grandes sindicatos de trabalhadores do mundo.

Por isso, precisamos refletir e agir diante da forma atual da organização sindical CLT, imposta à força pela ditadura Vargas nos anos 30 e que, passando por modificações, persiste, no essencial, até os dias de hoje. Esta estrutura está baseada na Carta del Lavoro de Mussolini e tem três pilares básicos: o reconhecimento pelo Estado da representatividade do sindicato; a unicidade sindical, ou seja, só um sindicato legal por região; e pela representação compulsória de todos os trabalhadores do ramo ou profissão, que são obrigados a sustentar o sindicato mesmo se não forem filiados ou não concordam com ele.

Esta estrutura é a negação do princípio da liberdade sindical e um dos principais pilares de sustentação do Estado Burguês. Esse pilar foi abalado com a criação da CUT e o surgimento dos sindicatos de servidores públicos que não tinham nenhum tipo de imposto sindical, mas persiste.

A integração ao Estado possibilita que o sindicato possa viver distante dos trabalhadores ou – em casos extremos, que são muitos – até separado da sua base. Assim, a luta pela sindicalização ou para ganhar politicamente os trabalhadores é abandonada e o sindicato se contenta em ter bons resultados a cada convênio coletivo. Acaba virando um “sindicato de resultados”, mesmo se a intenção dos dirigentes

não é conscientemente esta. Integrado ao Estado e com esta concepção, o sindicato, obviamente, não pode ser um instrumento de luta pela emancipação da classe trabalhadora.

A Corrente Sindical Esquerda Marxista (Alternativa Sinte) defende que o dinheiro do sindicato deve vir única e exclusivamente das contribuições voluntária dos trabalhadores e de suas entidades irmãs sob a base da solidariedade de classe. Só assim esta ferramenta poderá servir, de fato, como um instrumento dos trabalhadores para a sua vitória enquanto classe.

Um exemplo importante para ilustrar a necessidade de independência e o "esquecimento" teórico por parte da maioria dos sindicatos é o que ocorre em relação às eleições: no Brasil, os sindicatos estão proibidos de repassar fundos financeiros para candidaturas ou partidos que queiram apoiar. Ou seja, se o Sinte fizer uma assembleia com milhares de trabalhadores e quiser apoiar algum candidato nas eleições e, portanto, doar recursos, está proibido por lei. Que democracia é essa? Isso faz parte da estrutura CLT fascista, anti-operária, de Mussolini e Vargas. Uma interferência direta na vida interna dos sindicatos. O contrário disso nós vemos no Reino Unido, por exemplo, onde os sindicatos criaram o LabourParty, um partido operário, e até hoje contribuem com a maior parte dos fundos eleitorais para o partido. Ou nos EUA, ou na França ou na Espanha ou Alemanha. Isso é liberdade sindical.

Aqui no Brasil, tanto reformistas quanto "revolucionários" aceitam esta proibição da Justiça. Assim como aceitam, em muitos casos, que uma greve seja dita "ilegal". Que liberdade sindical é esta?

O Estado pode tutelar porque é ele que garante esses fundos e os sindicalistas são "realistas": sabem que se não se curvarem, poderão perder os fundos financeiros propiciados pelo Estado. Não só por meio do imposto sindical, mas também de taxas negociais, assistenciais, de custeio, ou retributivas, além dos generosos recursos do FAT e de outras fontes estatais de financiamento. É a cara sindical do Fundo Partidário que busca tutelar os partidos e mantê-los no campo da lei e da ardem.

Por trás de cada intervenção autoritária do Estado sempre se encontra a investidura, a unicidade sindical e as contribuições compulsórias: esses elementos são a base de tudo.

Um sindicalismo livre tem que ter um sindicato de outro tipo, ligado às massas trabalhadoras, dependente apenas dela para se legitimar como órgão representativo e para se sustentar financeiramente. Numa estrutura sindical livre não pode haver unicidade sindical e não será o Estado quem decide (em regime de monopólio) se o sindicato representa tal ou qual trabalhador. E não poderá haver, tampouco, contribuições sindicais obrigatórias, impostas por lei, e que se impõem a todos os trabalhadores independentemente da vontade desses.

Os argumentos de que estas contribuições compulsórias para os não sindicalizados são decisões tomadas em assembleias de trabalhadores e de que é porque os não sindicalizados também se

beneficiam do Acordo Coletivo, incluem uma manobra escusa e um abandono do princípio da liberdade sindical. Um sindicalismo livre defende que o convenio é de seus filiados e logo luta para estendê-lo para o máximo de sua base e assim fortalecendo o sindicato de verdade.

A Corrente Sindical Esquerda Marxista (Alternativa Sinte) defende o direito dos sindicatos pedirem contribuição aos sócios e a toda categoria de forma voluntária, para sua sustentação e das lutas decididas pelo sindicato.

O Sinte precisa ser exemplo nesse sentido, defender a liberdade sindical como política da entidade. Devolver a todos os trabalhadores o Imposto Sindical e combater em nível nacional, dentro da CUT, a necessidade de total independência. Ou seja, que também a Central se livre de todo e qualquer relação de dependência estatal em seus sindicatos de base e, ao mesmo tempo, defenda a mais ampla unidade dos trabalhadores em uma mesma entidade.

5 – Nosso plano de lutas

A política de austeridade e os ataques ao magistério de forma generalizada nacionalmente, juntamente com a política do governador Colombo (PSD) e seu secretário de educação, Eduardo Deschamps (PSD), deve ser enfrentada com a organização e mobilização da categoria, mas esse não foi o papel exercido pela direção estadual do Sinte nas últimas lutas. O desgaste dessa atual direção estadual ficou explícito na ocasião da aprovação do novo plano de carreira do magistério, em Dezembro. A categoria não confia que essa direção tenha condições de organizar as bases frente aos ataques do governo. Nas direções sindicais, verifica-se pelo menos dois “fenômenos”: a burocracia sindical e a doença infantil do esquerdismo. É preciso explicar, dialogar com a base de nossa categoria, e essa é a disposição que temos. Por isso, apresentamos um plano de lutas audacioso e que necessita do ampla adesão da categoria para que nos coloquemos em movimento. Junte-se a nós!

Plano de lutas Nacional

Contra qualquer projeto governamental que ataca o direito dos trabalhadores

Contra a Reforma da Previdência

Contra a Reforma Trabalhista

Pela reestatização de todas as empresas privatizadas no país

Pela Revogação da Reforma do Ensino Médio

Pela Revogação do congelamento dos gastos públicos

Luta pela independência sindical

O Mundo é meu país

Fora Temer e o Congresso Nacional

Plano Específico

Implementação integral da lei do Piso Nacional, com 33% de hora-atividade sobre hora-aula

Igualdade de direitos entre professores efetivos e contratados

Extensão do plano de saúde aos professores contratados ACTs

Revogação da Lei da ACT 16.861

Concurso Público anual

Garantir a aplicação da Lei 170/98

Intensificar o combate ao assédio moral

Tese: Alternativa Sinte

Corrente Sindical Esquerda Marxista

Responsável: Thaís Aparecida Domenes Tolentino

Resolução Grupo Resistir e Conquistar

Conjuntura Internacional

Em uma aula sobre economia popular, como o professor Ladislau Dowbor gosta de trabalhar, ele faz uma análise da fase atual da economia mundial, que merece aqui ser sintetizada.

É cada vez mais difícil distinguir a economia real da economia financeira, ambas estão fortemente associados através da chamada ‘financeirização’ da economia global e a crescente importância dos mercados e instituições financeiras no controle da economia e das suas instituições de governo, com o crescimento tanto dos ativos financeiros como da parte da produção econômica apropriada pelo setor financeiro.

O PIB mundial em 2016 foi da ordem de 75 trilhões de dólares para se dar conta do poder dos grandes bancos com ativos de mais de 300 trilhões. Os americanos qualificam esta situação como “o rabo está abanando o cachorro”. Em vez dos intermediários financeiros estarem a serviço dos processos produtivos, produziu-se o inverso.

O dreno sobre as atividades produtivas, restringindo tanto o consumo como o investimento empresarial e as políticas públicas, é planetário, como tem-se visto a partir da crise de 2008.

Dados, apresentados inclusive em Davos, demonstram a concentração de riqueza, onde 1% dos mais afortunados possui mais do que os 99% restantes. Um grupo de 8 homens possui um patrimônio superior ao de 3,6 bilhões de habitantes mais pobres do planeta.

As chamadas agências de avaliação de risco, que concedem notas de confiabilidade a países e corporações, vendem nota melhor por dinheiro. Martin Wolf é economista-chefe do Financial Times, declara: “Aumentos amplamente compartilhados de renda real jogaram um papel vital na legitimação do capitalismo e na estabilização da democracia. Hoje, no entanto, o capitalismo está encontrando muito mais dificuldades em gerar tais avanços na prosperidade. Pelo contrário, os dados mostram uma crescente desigualdade e aumento mais lento da produtividade. Esta mistura venenosa torna a democracia intolerante e o capitalismo ilegítimo.”

Temos assim um sistema planetário deformado, e o Brasil é apenas uma peça na alimentação do processo mundial de concentração de capital acumulado por intermediários financeiros e comerciais. Assim, o Brasil não está isolado nesse sistema planetário, nem é particularmente corrupto. Os dados são de que o Brasil tem 519,5 bilhões de dólares de capital em paraísos fiscais, o que equivale a mais

de 25% do PIB brasileiro, ocupamos o quarto lugar no mundo. Não há economia que possa funcionar com este tipo de sangria, torneiras permanentemente abertas, um novo tipo, ou nova escala, de capitalismo improdutivo.

A dinâmica estrutural do Brasil

O agravamento recente da dinâmica econômica no Brasil se dá num quadro mais amplo de mudanças estruturais dos últimos 25 anos, e que é preciso entender. O ponto de partida dos novos rumos é a constituição de 1988, quando ultrapassamos os tempos do arbítrio e começamos a ter regras do jogo razoavelmente definidas e um mínimo de estabilidade institucional, sem a qual o desenvolvimento não existe, ou apenas favorece grupos minoritários. Observando as duas décadas seguintes com uma interpretação isenta em termos políticos, dois fatores são fundamentais, a quebra da hiperinflação permitiram começar um processo que se fortaleceu a partir do governo Lula, e continuou com o governo Dilma, basicamente até 2013 e um inédito ciclo de crescimento e distribuição de renda, baseados no aumento real do poder de compra do salário mínimo, nas políticas sociais compensatórias, nos investimentos públicos em infraestrutura e especialmente na educação. Os resultados podem ser observados de maneira concreta nos dados mais Globalmente, nas duas décadas, o IDH Municipal passou de 0,493, ou seja, “Muito Baixo”, para 0,727, “Alto”. Isto representa um salto de 48% no período. Em 1991 o Brasil contava com 85,8% de municípios brasileiros no grupo Muito Baixo, portanto abaixo de 0,50, e em 2010 apenas 231 municípios.

Na educação, passamos de 30,1% de adultos com mais de 18 anos que tinham concluído o ensino fundamental, para 54,9%. Em termos de fluxo escolar da população jovem, segundo indicador do item educação, passamos do indicador 0,268 em 1991 para 0,686 em 2010, o que representa um avanço de 128%. A área de educação é a que mais avançou, mas também continua a mais atrasada, pelo patamar de partida particularmente baixo que tínhamos. A população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo: 13,0% em 1991, 41,0% em 2010. Grande avanço, e imenso campo pela frente.

Por outro lado, a financeirização da economia com uma tradição de juros altos que não foi combatida ao longo dessas duas décadas resulta atualmente numa ciranda venenosa para a economia brasileira, principalmente para as classes mais populares.

Com estas taxas de juros, as pessoas, ao fazer uma compra a crédito, gastam mais com os juros do que com o próprio valor do produto adquirido. As famílias não só se endividam muito como se endividam muito comprando pouco. De acordo com os dados do Banco Central, em março de 2005 a dívida das famílias equivalia a 19,3% da renda familiar. Em março de 2015, a dívida acumulada representava

46,5% da renda. Este grau de endividamento é inferior ao de muitas economias desenvolvidas. Mas nelas se paga juros da ordem de 2% a 5% ao ano.

Não é o imposto que é o vilão, ainda que o peso dominante dos impostos indiretos só piore a situação: é o desvio da capacidade de compra para o pagamento de juros. As famílias estão gastando muito mais, resultado do nível elevado de emprego e da elevação do poder aquisitivo da base da sociedade, mas os juros esterilizam a capacidade de dinamização da economia pela demanda que estes gastos poderiam representar. Um dos principais vetores de dinamização da economia se vê travado. O Banco Central, em nota de fevereiro de 2017, resume o tamanho do problema: o estoque da dívida das famílias e das empresas é de 3,1 trilhões de reais, pagando um juro médio de 32,8% (médio entre crédito livre e direcionado), o que significa uma extração de 1 trilhão de reais.

Outra consequência está no imenso dreno de recursos públicos através da dívida pública. Se arredondarmos o nosso PIB para 6 trilhões de reais, 1% do PIB são 60 bilhões. Quando gastamos 8,5% do PIB para pagar os juros da dívida pública, significa que estamos transferindo, essencialmente para os bancos donos da dívida, e por sua vez a um pequeno grupo de afortunados, cerca de 500 bilhões de reais ao ano, que poderiam ter sido utilizados para financiar investimentos públicos, políticas sociais e semelhantes, dinamizando a economia.

Por outro lado, a taxa real de juros para pessoa física (descontada a inflação) cobrada pelo HSBC no Brasil, por exemplo, era de 63,42%, quando era de 6,60% no mesmo banco para a mesma linha de crédito no Reino Unido. Para o Santander, as cifras correspondentes era 55,74% e 10,81%. Para o Citibank 55,74% e 7,28%. O Itaú cobrava sólidos 63,5%. Para pessoa jurídica, área vital porque se tratava de fomento a atividades produtivas, a situação é igualmente absurda. O Brasil virou literalmente uma vaca leiteira financeira. Esse foi um cenário propício para um golpe político que a tempos vinha sendo arquitetado pelos setores rentistas da economia, o monopólio midiático brasileiro que se sentia prejudicada na sua missão de alimentar o “complexo de vira-lata” dos brasileiros e setores do judiciário que querem disputar o poder político numa visão autoritária da ditadura de toga.

O golpe parlamentar/jurídico/midiático, retomou a agenda neoliberal no Brasil, em uma versão atualizada e muito mais voraz do que nos tempos de FHC. A retirada de direitos proposta pelo governo golpista, cumprindo a agenda dos setores empresariais mais ricos e conservadores, e sustentada por um parlamento, o mais conservador pós ditadura militar, muito corrupto, tendo tido suas campanhas financiadas pelos mesmos, é algo profundamente destruturador do mundo do trabalho, das condições sociais dos trabalhadores, de toda e qualquer política pública de caráter de bem estar social.

Assim pioram as condições individuais dos trabalhadores, pela retirada completa das suas garantias legais oferecidas pela CLT e Constituição. Pioram as condições individuais dos trabalhadores, pela

provável redução de sua remuneração, pelo risco do desemprego, pela piora das condições de trabalho. De outro lado pioram todas as políticas públicas de suporte ao trabalhador, à sua família, aos setores populares, pela destruição das principais políticas públicas, envolvendo a seguridade social, a aposentadoria, a assistência à saúde, o acesso à educação em todos os níveis.

Tudo feito dentro de uma lógica da direita conservadora, para além do conceito neoliberal, em que o Estado é capturado pelos interesses dos mais ricos, servindo a estes. Cortam-se os recursos para as políticas sociais, bancam-se os juros da dívida, em patamares aviltantes, se gasta naquilo que sustenta a economia dos mais ricos, não se importando com políticas de desenvolvimento sustentável de longo prazo para o país. Os próprios interesses nacionais vão pelo ralo e há conluio com os grandes conglomerados e interesses econômicos internacionais, bastando para tanto que estes facultem o lucro e a riqueza dos setores internos que dão suporte ao presente golpe que estamos vivendo.

A onda fascista tomou conta do país e se materializa de várias formas: na atuação do judiciário, com a criminalização da atividade política; na atuação articulada do judiciário com os principais meios de comunicação de modo a seletivamente destruir reputações e setores políticos e sociais que de alguma forma representam ameaça; na atuação da grande mídia não para informar, mas produzir propaganda do golpe e lhe dar sustentação; no crescimento do fanatismo, em especial o religioso, com visão conservadora, talvez pior, retrógrada, que se manifesta em absurdos como “escola sem partido”, ataques à diversidade, dentre outros.

Nem os trabalhadores podiam sonhar que tais ideias pudessem vingar, nem que fossem defendidas, pois significam um total retrocesso ao povo brasileiro, pois abre caminho não só a um sistema de exploração do trabalho, análogo ao escravagismo. Corremos sério risco de nos tornar um país de não direitos sociais e trabalhistas. Em um país subjugado aos interesses das corporações internacionais, uma vez que se estão sendo aprovadas medidas de entreguismo, como é o caso da entrega do pré-sal, da venda de terras a estrangeiros, dentre outras.

CONJUNTURA ESTADUAL

No cenário nacional Santa Catarina é considerado um estado rico e próspero, mas apesar dos indicadores econômicos e sociais, sempre houve um abismo entre estes indicadores econômicos e os investimentos em políticas públicas. Não por acaso, pois o governo de nosso estado sempre foi comandado por grupos da mesma oligarquia que direcionam os recursos públicos para os interesses de seu próprio balcão de negócios, e nosso Legislativo há muito vem atuando como um mero apêndice do governo, isolando as vozes da oposição, que hoje se resume a um partido, que se vê impotente para defender as demandas oriundas da classe trabalhadora.

O governo Colombo atua como uma verdadeira ditadura, apesar do discurso de diálogo com que se apresenta frente as forças populares. Na prática não cede a nenhuma pauta dos trabalhadores, ao

contrário, segue impondo uma política de retirada de direitos e perdas salariais aos servidores e de encolhimento das políticas públicas em especial saúde, educação e assistência social.

Os orçamentos de Saúde e Educação a cada ano vem sendo sistematicamente sangrados, sem uma atuação mais contundente do Tribunal de Contas do Estado, que aponta o desvio de recursos públicos do orçamento nestes setores, mas não pede a reprovação das contas do governo, o que perpetua os desvios.

Por isso, segundo os estudos de nossa assessoria do DIESE, *não é exagero dizer que o governo de Raimundo Colombo é um “balcão de negócios” dos grandes empresários e banqueiros, uma vez que ele subtraiu os recursos constitucionais da educação, o que gerou um prejuízo R\$ 5,97 bilhões para a educação*⁵. *No âmbito do orçamento público, o secretário de educação Eduardo Deschamps contingenciou 25% do orçamento da educação, em média, entre 2012 e 2016, deixando de aplicar um total de R\$ 4,8 bilhões*⁶, *um volume imenso de recursos que poderiam servir para atender as demandas da classe: efetivar professores, pagar os reajustes do piso e da inflação, investir nas escolas. Tudo aquilo que é negado de maneira cínica pelo secretário, sempre alegando não possuir recursos. Isso acontece porque ele segue a cartilha do Colombo, que visa enriquecer bancos e empresários por meio do sistema da dívida pública.*

O governo transfere os recursos que faltam à população que necessita das políticas públicas, para banqueiros, via sistema de dívida pública com altíssimos juros, o que pode ser piorado com a renegociação das dívidas dos estados.

Por outro lado, beneficia grandes empresários via isenções fiscais, neste ano por exemplo as isenções significarão um volume de R\$ 5,6 bilhões a menos nos cofres públicos, o que é mais do que o orçamento de qualquer secretaria de estado e que diminui a base de arrecadação do governo diminuindo mais ainda os recursos de saúde e Educação.

Já na política Educacional, o estado solenemente tem ignorado o Plano estadual de Educação, atuando com as mesmas políticas recessivas, que há tempos vem sendo implementadas. O governo aprovou metas e estratégias no plano, que nem de longe orientam as ações da SED. Tudo que se vê por parte da Secretaria de Educação, são ditames e instruções normativas que semanalmente atordoam as escolas, como no caso da distribuição de aulas entre efetivos, no cumprimento das horas atividades, (em que o governo desconsidera o fato de que nossa carga horária é definida em horas-aula e não hora-relógio), no recreio monitorado, no registro de faltas, mesmo quando o dia letivo é compensado, e até na orientação de dificultar o trabalho do SINTE nas escolas.

⁵<http://sinte-sc.org.br/problemas/governo-deixa-de-investir-5-bilhoes-na-educacao-em-15-anos/>

⁶ Considerou-se os valores liquidados da Secretaria de Educação em relação à dotação prevista na Lei Orçamentária Anual. Valores a preços de dezembro de 2016.

Para piorar a situação a SED, intempestivamente decidiu limitar o funcionamento do Ensino Médio Noturno até às 22h, com o grotesco argumento de que não pode pagar adicional noturno aos professores que trabalham a partir deste horário, orientando as escolas a iniciarem as aulas às 18h e 30min, o que certamente acarretará evasão escolar, pois é sabido que esta modalidade de ensino é frequentada por estudantes trabalhadores que não terão tempo hábil para comparecer tão cedo à escola.

O povo Catarinense não pode seguir sendo maltratado por uma elite que governa a seu bel prazer. As prioridades devem ser as políticas de atendimento às demandas do povo e para isso o foco deve ser mudado.

POLÍTICA EDUCACIONAL

A democratização do acesso à educação no Brasil ainda é muito recente, o direito à educação de qualidade sempre foi um privilégio das classes dominantes. Os movimentos pela democratização da educação no Brasil iniciaram na década de 80 e ampliou junto com as políticas sociais do estado brasileiro nas áreas de educação, saúde, moradia e outros com a Constituição de 1988. Vários movimentos ligados à educação pública construíram uma nova perspectiva afim de garantir a educação para aqueles que historicamente tiveram esse direito negado.

O SINTE/SC tem buscado fazer a luta por esses direitos. Portanto, está presente em todas as discussões que envolve a educação no Estado, tais como: a democratização do acesso à escola, a democratização na discussão dos processos de ensino-aprendizagem, na luta pela valorização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, na luta por uma gestão democrática e do financiamento público com qualidade, exigindo respeito e aplicação correta dos valores destinados à educação. No Brasil consideramos que ocorreram alguns avanços nos últimos anos, que foram importantes para mudar a educação pública brasileira. Por exemplo, a realização das conferências nacionais de educação (CONAE), que subsidiou a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que seguramente caso for implantado representará um salto de qualidade na educação brasileira. Porém, isso está sendo ameaçado pelo governo golpista que assumiu o Brasil e está a serviço da Elite e dos interesses privados, que tem como objetivo desmontar a educação Pública brasileira. Está também ameaçada a carreira dos trabalhadores da educação, o financiamento da Educação. Enfim, as mudanças que a reforma do ensino médio está proporcionando precariza ainda mais o ensino no Brasil.

Além de outras medidas tomadas pelo governo golpista, que limitou os investimentos para educação nos próximos 20 anos. O pré-sal que era uma das principais fontes de criação dos investimentos da educação foi entregue ao capital privado, o projeto de terceirização aprovado e precariza ainda mais a educação juntamente com as propostas de Reforma da Previdência e Trabalhista. A implantação do ensino médio não dá garantias de uma melhoria na educação, onde a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi discutida no primeiro momento de forma democrática, já na sua sistematização está

sendo feita de forma totalmente antidemocrática, inclusive o MEC contratou uma empresa para fazer o trabalho de supervisão, que conta ainda com apoio entidades como o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) e ainda a deslegitimação do Fórum Nacional de Educação (FNE), com a evidente demonstração de desmonte das políticas educacionais construídas de forma coletiva pela sociedade. Em Santa Catarina a política educacional nunca foi levada a sério. Os governos nunca investiram aquilo que foi orçado para a educação. Somente entre os anos de 2012 a 2016, deixou de aplicar do orçamento cerca de 25% num total de R\$ 4,8 bilhões. Além disso, continua utilizando os recursos destinados para a educação de forma irregular todos os anos como aponta os dados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Os investimentos na infraestrutura das escolas continuam sendo negados pelo estado, a maioria das escolas estão com suas estruturas precárias, muitas fechadas por não oferecerem condições de funcionamento. A proposta de implantação do ensino médio integral já foi iniciado no estado, mesmo sabendo das condições estruturais que se encontram as escolas. Essa proposta também não foi discutida amplamente com as comunidades locais, muito menos com os trabalhadores de maneira democrática. Além disso, não foi apresentado um diagnóstico preciso das escolas em tempo integral já existentes e das escolas de Ensino Médio profissionalizantes, incluindo aí os centros de educação profissionalizantes (CEDUPs). A merenda escolar continua sendo terceirizada beneficiando algumas empresas e apesar das denúncias feitas pelo Conselho Estadual de Alimentação Escolar, continuam não comprando os alimentos da produção regional exigidos por lei, prejudicando os agricultores familiares e a economia local. O Plano Estadual de Educação (PEE), foi aprovado de forma aligeirada na ALESC e sem um amplo debate com a Sociedade Catarinense. Assim, o plano ficou rebaixado, pois muitas metas são meras cópias do Plano Nacional, que em Santa Catarina deveria ter um plano mais ousado que ampliasse a participação da sociedade e a responsabilidade do Governo do Estado. Um exemplo disso é a política adotada para a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), onde o governo trabalha para que os convênios com as APAES e Congêneres, sejam feitas através de pecúnia. A eleição de diretores no estado feito por lei, não foi implementado no estado e o governo criou um decreto de forma monocrática para a escolha dos diretores, que na maioria das escolas foi para manter ou legitimar os mesmos que já estavam, que era feita através da indicação política partidária. Diante dessa realidade Educacional Catarinense existe uma postura firme da categoria para que todos os trabalhadores em educação participem ativamente dos debates em torno da educação. O estado não pode ficar nas mãos de um governo que se apropria do patrimônio público e atende apenas aos interesses daqueles que os financiam para se manterem no poder.

POLÍTICA SINDICAL

O SINTE/SC completou 50 anos de luta e resistência contra vários ataques a categoria dos trabalhadores em educação. A sua base que é formada por vários setores sempre buscou a unidade na defesa histórica das bandeiras da educação em Santa Catarina e no Brasil. Sempre mobilizou, organizou e formou seus quadros para buscar a intervenção em todos os espaços fazendo o embate e a defesa dos seus direitos.

Santa Catarina é um dos estados com um dos maiores IDH do país. Porém amarga uma grande desigualdade regional e os projetos implantados pelos sucessivos governos não tem obtido sucesso e nem garantido os direitos da população Catarinense. Assim também há uma grande desigualdade entre os servidores públicos, incluindo os trabalhadores em educação. A base do SINTE/SC é composta por professores efetivos e temporários (ACTs), AEs, ATPs, especialistas, vigias e merendeiras, que representa a metade de todos os servidores públicos do Estado e fez o embate com todos governos desde a sua constituição. Sempre defendendo a identidade da classe e mantendo os princípios de unidade em suas ações, respeitando a democracia e também a Solidariedade

O SINTE/SC tem sido parceiro de vários sindicatos e movimentos sociais na luta contra a violação de todos os direitos básicos a população Catarinense e brasileira. Em 2015 protagonizou um dos períodos mais longos de greve da história de Santa Catarina, totalizando 72 dias. Essa foi marcada por ataques e ameaças do Governo do Estado, com a retirada de direitos dos trabalhadores. A discussão ficou em torno da reivindicação da aplicação do reajuste do piso na carreira e a negação da aplicação deste na carreira de todos os trabalhadores.

A categoria sofre até hoje as consequências dessa intransigência do governo. Diante disso coube ao SINTE/SC recorrer ao judiciário, onde já obteve a liminar que obriga o governo garantir os direitos dos trabalhadores no que se refere as faltas, permitindo assim que os trabalhadores possam ter seus direitos respeitados.

O sindicato nesse momento tem a responsabilidade de continuar a organização da luta contra a retirada de direitos. Portanto, o lugar da luta é na rua e contra essa ofensiva reacionária que se intensificou nos últimos anos. Não há outra saída, mobilizar a categoria para construção de um grande movimento de massas, que assegure não somente os seus direitos conquistados, mas que tenha forças de derrubar o governo federal golpista. Temos que acumular para a resistência, esse é o ponto convergente de vários setores da classe trabalhadora Catarinense.

A luta de classes é maior que qualquer divergência interna. Para isso deve-se dar continuidade nos cursos de formação política, onde surgirão novas lideranças, que irão participar e dirigir à luta utilizando os diversos instrumentos de comunicação e agitação para informar e formar nossa categoria. Por isso, a participação em todas as greves, paralisações e mobilizações é essencial. Não poderá haver retrocesso, as ideias reacionárias de direita fascista, machistas e xenóforas, divulgadas pela grande

mídia golpista será combatida. Haverá sim, uma disputa política ideológica de defesa de nossas organizações, com princípios na unidade da classe, na unidade das forças sociais, populares e sindicais para que se cumpra o seu único e verdadeiro papel que é a luta de classe.

O SINTE/SC estará na ofensiva em Santa Catarina fazendo a denúncia de todos os desvios e desmandos do Governo do Estado golpista, corrupto e ditador. A resistência política neste momento é um desafio na atual conjuntura internacional, nacional e estadual. Mas, enquanto entidade sindical não pode haver divisão da categoria. Deve-se buscar os caminhos necessários para a unidade e que permita mobilizar para colhemos os frutos da luta e da resistência.

São grandes os desafios no próximo período, ainda mais no momento em que a classe capitalista tenta deslegitimar as entidades sindicais, que lutam pelo direito dos trabalhadores utilizando-se de vários mecanismos mentirosos e nefastos para enfraquecer a luta da classe trabalhadora. O SINTE/SC deve trabalhar para fortalecer e continuar construindo a consciência de classe. Atuar de maneira combativa para manter e conquistar os direitos e todas as conquistas com certeza serão frutos da luta de todos os trabalhadores/as. Por isso, não às terceirizações, não à reforma da Previdência, não à reforma trabalhista e fora Temer golpista.

POLÍTICAS PERMANENTES

As conquistas da classe trabalhadora, no último período foi graças a luta dos sindicatos e dos movimentos sociais, que fizeram valer seus direitos. Com o golpe do impeachment, as pautas dos movimentos sociais dos negros, das mulheres, dos direitos LGBTTs, tem sido marginalizada pelo governo federal.

Esse governo golpista vem primando por políticas de sucateamento e na extinção dos direitos da classe trabalhadora e das minorias. Já não existe mais os ministérios de Promoção da Igualdade Racial, das mulheres. Essa é uma demonstração do retrocesso, que o Brasil vive. Enquanto percebemos que há um crescimento visível da intolerância na sociedade brasileira, com o surgimento de movimentos homofóbicos, machistas, racistas e de caráter fascista. O movimento da escola sem partido é um exemplo de intolerância, que contém inclusive com apoio do Ministério da Educação (MEC), por que não influência no debate e na discussão quando esses querem a retirada de várias questões relacionadas, por exemplo a ideologia de gênero, que tenta construir uma sociedade menos preconceituosa o SINTE/SC tem um importante debate na sociedade e necessita elaborar suas políticas permanentes em conjunto com os movimentos sociais e assumir uma plataforma política, onde venha defender a promoção da igualdade étnico-racial, gênero, geracional e LGBTT na política educacional Catarinense.

Ao mesmo tempo deve se consolidar nos espaços da escola, locais de resistência contra as medidas do governo federal, que tenta subtrair as demandas históricas desses movimentos, que buscam autonomia,

a inclusão e a diversidade não apenas no currículo escolar, mas na vida prática dos trabalhadores e dos Estudantes. Nesse sentido é fundamental que esteja na agenda política do SINTE/SC a luta pela promoção da Igualdade racial e que a implementação da lei 10639/2003, seja realmente implementada pela Secretaria de Educação e que não fique apenas no papel, embora todos discutam sua importância, ela ainda não se tornou uma realidade. A reivindicação pela sua implantação deve ser pauta do sindicato, pois esse processo de negação do racismo no ambiente escolar não pode continuar sendo algo natural. Existe sim uma ideologia de dominação racial e que elas não podem nortear o dia a dia das nossas escolas, por isso é necessário a presença de conteúdos relacionados a questão negra para contribuir no debate e na mudança desse quadro.

As mulheres são a maioria no quadro dos trabalhadores em educação e a violência contra elas só tem aumentado e isso se faz sentir também no ambiente escolar. Resolver essas questões relacionadas ao gênero é de suma importância para que as mulheres e meninas tenham uma vida livre da discriminação, violência e pobreza, sem isso não pode haver um desenvolvimento humano e social pleno. O SINTE/SC deve ser a entidade fomentadora desse tema nos espaços institucionais, promovendo seminários, debates e elaborando materiais para divulgar e promover essa reflexão nas unidades escolares juntamente com outras entidades, que defendem essa questão, para que possamos resgatar e garantir uma política pública digna às mulheres. Combater e apoiar todas as lutas que visam acabar com a discriminação contra os homossexuais, afro-brasileiros e povos nativos é um papel de todos os cidadãos, mas é um dever do SINTE/SC fortalecer às campanhas de defesa das políticas afirmativas nas mais diversas áreas.

Os trabalhadores em educação enfrentam um dos quadros mais graves na questão do adoecimento. Pois, é difícil encontrarmos uma Unidade Escolar, onde não tenhamos um trabalhador ou trabalhadora afastado/a ou readaptado/a por motivo de doença. O sindicato necessita fazer um diagnóstico da situação dos trabalhadores e trabalhadoras em educação em relação a esse quadro preocupante do adoecimento da categoria e promover uma campanha com o objetivo de sensibilizar, não só os trabalhadores mais a sociedade da necessidade de mudarmos as condições de trabalho na educação, para que possamos reduzir o número de adoecimentos.

Quanto aos aposentados e aposentadas temos uma tarefa muito importante, eles são exemplos nas lutas por uma educação de qualidade e é fundamental, não apenas reconhecer a história desses trabalhadores/as, mas incentivar a participação nos eventos e nas lutas promovidas pelo SINTE/SC, na defesa da paridade e da isonomia entre os aposentados/as e os trabalhadores/as na ativa. Bem como propor políticas públicas, que garantam a qualidade de vida da população idosa. Além de continuarmos na luta contra todas as medidas que retiram direitos dos/as aposentados/as.

BALANÇO

O SINTE tem sido, nas últimas décadas, uma trincheira na defesa de uma educação pública de qualidade, um instrumento dos(as) trabalhadores(as) para promover lutas de interesse da categoria, seja por remuneração, carreira, condições de trabalho, projetos para a educação pública. Além disso, tem representado a defesa da Sociedade Catarinense, no que diz respeito às políticas para a educação, sendo um forte interlocutor e principal ator junto aos espaços institucionais do executivo, legislativo, entidades da sociedade catarinense.

A luta na construção de um plano de carreira digno, se efetivou em diferentes instâncias e momentos, e entendemos não se esgotou. Às vezes favorecido pela conjuntura e na maior parte das vezes prejudicado por ela, não fosse a atuação combativa do SINTE, o quadro atual poderia ser muito pior. Não se pode esquecer da tentativa de tirar os ACT'S da carreira, bem como dos professores de nível médio e de licenciatura curta. Só a postura combativa e articulada do SINTE, os manteve. A aplicação do piso na carreira, embora conseguida em alguns momentos foi uma grande queda de braço com o governo. O fortalecimento do governo com a reeleição e ampliação de sua base de apoio na Assembleia Legislativa, desequilibrou o embate, o que dificultou tanto a ampliação das conquistas, quanto a manutenção de direitos. Apesar das condições conjunturais desfavoráveis não faltou luta, com pressão sobre a Assembleia, mobilização da base, realização da greve de 2015. Apesar de conquistas, o governo usando força, poder, traição, tirou da cartola propostas não discutidas na mesa de negociação, e dado o cansaço e esgotamento da categoria, num rolo compressor, as aprovou na Assembleia. Aprovou-se um Plano de Carreira com diretrizes e forma de enquadramento diferentes das que havia se comprometido durante as discussões na mesa de negociação. No campo da organização do SINTE, após experiência de composição de executiva com o critério da proporcionalidade, a categoria definiu pela mudança, por entender que a direção organizada dessa forma perdia a condição de dirigir, dificultando a condução das lutas.

A partir da eleição de 2016, com o fim da proporcionalidade, a nova direção assume e intensifica o esforço nas lutas da categoria e da sociedade. Participa de todas as ações no enfrentamento da pior conjuntura política para os trabalhadores/as, que desemboca no golpe judicial/parlamentar/midiático que ainda está em curso e que tem como centro a aniquilação dos direitos dos trabalhadores/as e extinção das principais políticas públicas de um estado de bem-estar social.

Atualmente com o cenário deixando mais claro o caráter de exceção dos golpistas, a luta contra a retirada de direitos começa a se encorpar. A unidade dos trabalhadores/as é condição central no embate contra a retirada de direitos. Razão pela qual, juntamente com a CNTE, CUT e demais entidades representativas de trabalhadores/as e dos movimentos populares e sociais, estivemos presentes nos atos e ações contra o congelamento salarial por 20 anos, contra a MP 746 (Reforma do Ensino Médio), terceirização, reforma trabalhista, reforma previdenciária.

Fizemos esforços de sensibilização e mobilização da categoria, com visitas, debates, seminários, paralisações, assembleias regionais, assembleias estaduais. Desenvolvemos campanhas com materiais impressos, outdoor, trabalho de mídia, pressão sobre parlamentares e autoridades. Na esfera estadual promovemos campanha contra os inimigos da educação, através de mídia móvel com denúncia do Secretário de Educação, Governador e deputados, relativa à sua traição à categoria quando da aprovação do Plano de Carreira e Lei dos ACT'S com retiradas de direitos, tendo um forte impacto. Mantivemos permanente cobrança pelo cumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional na Carreira, pelas perdas salariais, pela retirada de faltas de greve na ficha funcional e respectivo pagamento das progressões, além de outras pautas.

No tocante a não retirada de faltas da ficha funcional, como o governo insistia em manter tal ilegalidade atuamos via judicial e recentemente conquistamos importante vitória que o obrigou a retirar as faltas da ficha funcional e conseqüentemente restituir os direitos que haviam sido sonogados. O SINTE além da sua atuação na condução das pautas de lutas da categoria e da permanente vigilância em relação a tudo o que diz respeito aos trabalhadores/as da educação, tem uma intensa atuação em diferentes fóruns onde se definem as políticas públicas da educação, como é o caso de participação em diferentes conselhos e FEE – Fórum Estadual de Educação.

No momento em que o SINTE completou 50 anos em 2016, fizemos um resgate histórico, tanto para manifestar o reconhecimento a pessoas e as conquistas históricas da entidade. Mas, mais que isso a reverência à Entidade constituiu-se numa reafirmação para a categoria e para a sociedade da importância da organização social, das lutas coletivas, da importância que uma entidade comprometida tem para a construção de uma educação de qualidade para os setores populares da população catarinense. Nesse sentido atuamos com a formação de nossas lideranças, tanto para qualificar a organização e atuação sindical, como para contribuir na estruturação de uma educação pública de maior qualidade.

PLANO DE LUTAS

Os trabalhadores em educação de Santa Catarina têm um papel importantíssimo nessa conjuntura, não apenas os servidores públicos, mas todos os trabalhadores devem ser protagonistas na luta e na defesa dos direitos da população. Por isso, destacamos que devemos: Garantir o percentual de reajuste anual do Piso Profissional Nacional dos Professores (PSPN), não apenas no início de carreira, mas para todos conforme a lei e impedir as tentativas de mudança; - Lutar para equiparar o salário dos trabalhadores e educação com os demais trabalhadores de nível superior como está no Plano Nacional de Educação (PNE); Reivindicar a implantação de uma política estadual de profissionalização para todos os funcionários/as da educação estadual; Lutar contra o processo de terceirização da merenda escolar e privatização do trabalho dos funcionários/as da Educação, exigindo a contratação de

nutricionistas pela rede estadual; Denunciar e nos colocarmos contra a gestão compartilhada entre estado e organizações sociais na educação; Continuar na luta contra a entrega de escolas públicas a polícia militar ou a outras entidades privadas; Exigir a implantação de uma formação Inicial e continuada para todos os trabalhadores/as em educação; Lutar pela implementação das metas do Plano Nacional de Educação; Posicionar contrário as políticas de meritocracia ranqueamento e esvaziamentos do caráter público da educação; Desenvolver uma campanha para a implantação em todas as redes de ensino, o ensino de história e cultura da afro brasileira e indígena; Promover campanhas e incentivar o combate contra a violência das mulheres, Juventude, negra e GLBTT; Realizar uma pesquisa e uma campanha estadual de denúncia sobre as condições de trabalho e da saúde dos trabalhadores/as da educação com o objetivo de construir novas propostas para um trabalho decente nas escolas; Buscar garantir a redução da jornada de trabalho dos trabalhadores/as na educação de acordo com o tempo de serviço na profissão; Denunciar em todos os espaços as condições da infraestrutura das escolas e cobrar maiores investimentos, para que sejam feitas a recuperação emergencial é urgente das estruturas físicas das unidades escolares; Posicionar contrário ao movimento escola sem partido, que é um verdadeiro retrocesso na educação brasileira; Combater todas as iniciativas de extinção das políticas de ação afirmativa na educação e no serviço público; Participar de todos os fóruns e movimentos que denuncie a mídia golpista, de todas as lutas pela democratização da mídia, dos meios de comunicação e incentivar um projeto de Iniciativa popular por uma mídia democrática; Participar com todos os movimentos por uma campanha de reforma política defendida pelos movimentos sociais no Brasil; Continuar na luta pela implementação das diretrizes de carreira garantindo uma tabela com diferença de no mínimo de 50% entre os não graduados e graduados, de 75% entre os não graduados especialistas (lato sensu), de 100% entre os não graduados e os mestrados(strictu sensu) e 125% entre os não graduados e doutorados (strictu sensu); Lutar contra a reenturmação e pela redução de alunos por turma respeitando a lei 170; Exigir o respeito do número de especialistas por número de alunos nas unidades escolares; Lutar contra o fechamento de escolas, a municipalização e a extinção do ensino noturno; Exigir formação continuada com frequência em período letivo para todos os trabalhadores/as em educação; Lutara revisão da Lei 16.891/2015(lei dos ACTs), com a contratação conforme o nível de formação, tempo de serviço no estado e por módulos de 10, 20, 30 e 40 horas; Exigir o concurso público para todos/as os/as profissionais da educação: orientadores de leitura, de Convivência, de laboratório do EMI, bibliotecário, professores das salas de informática, serventes vigias, merendeiras, trabalhadores/as na Fundação Catarinense de Educação Especial, CEDUPs; Exigir a implantação gratuita de programa de prevenção e reabilitação de doenças ocupacionais incluídos na jornada de trabalho dos profissionais da educação; Lutar pela implantação dos Projetos políticos Pedagógicos (PPPs) em todas as unidades escolares com acompanhamento e formação; Exigir a implantação de fato e por lei da gestão democrática na rede estadual; Participarem todos os fóruns de luta da classe trabalhadora em defesa da saúde do trabalhador/a do serviço público, contra a exploração do trabalho

infantil, por moradia, transporte público gratuito e acesso à cultura; Exigir a equiparação do vale-alimentação dos trabalhadores de educação, com os demais servidores públicos estaduais; Lutar pela aplicação dos percentuais mínimos constitucionais para a educação; Continuar a luta pela implantação da lei 10639/2003 em toda a rede estadual como obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira e indígena; Exigir do governo do estado programas para combater a opressão contra a mulher, discriminação racial, contra LGBTfobia, problemas de saúde e prevenção de doenças nas escolas (DST/aids; Defender a educação inclusiva para todos os portadores de limitações com curso de formação e capacitação para o segundo professor.

RESOLUÇÃO DO ESTATUTO

1 – **(Emenda aditiva) incluir no Título I, das disposições iniciais e finalidades, Art. 3º, o § 3º** - “O SINTE/SC poderá deixar de representar os/as ativos/as e aposentados/as, professores/as, ATPs (assistentes técnicos pedagógicos), AEs (assistentes de educação), especialistas em assuntos educacionais (orientador/a, supervisor/a ,administrador/a), consultores educacionais, vigias e merendeiras da rede municipal de educação onde exista ou for criado o Sindicato Municipal da categoria, desde que aprovado em Assembleia Geral no município da categoria”;

2 – **(Emenda modificativa no § 1º, do Art. 3º)**, que passa ter a seguinte redação: “ entende-se por trabalhador/a em educação os ocupantes dos atuais cargos e os que venham a serem criados ativos/as e aposentados/as, professores/as, ATPs (assistentes técnicos pedagógicos), AEs (assistentes de educação), especialistas em assuntos educacionais (orientador/a, supervisor/a , administrador/a), consultores educacionais, vigias e merendeiras vinculados direta e indiretamente nas redes de ensino estadual e municipal e respectivas secretarias de educação;

3– **(Emenda modificativa Art. 18)**, que passa ter a seguinte redação: “O Congresso Estadual é o órgão soberano do SINTE/SC realizado a cada 3 (três) anos com o objetivo de avaliar as situações presentes e deliberar as metas e as linhas de ação;

4 – **(Emenda modificativa no inciso I, do Art. 21)**, que passa ter a seguinte redação: “aprovar o plano de lutas trianual”;

5 – **(Emenda aditiva) incluir no Título II, dos/as filiados/as, Capítulo I, da admissão e categorias, na seção III, do conselho deliberativo, Art. 26 o Inciso XII** – “aprovar a criação, a unificação e a extinção das sedes regionais”;

6 – **(Emenda modificativa no inciso V, do Art. 31)**, que passa ter a seguinte redação: “secretário/a organização”;

7 - **(Emenda aditiva no art. 31)** incluir no Título II, Capítulo I, seção IV, da diretoria executiva: inciso XII “secretário/a de direitos humanos e gênero”; inciso XIII ”secretário/a de trabalhadores em educação admitidos em caráter temporário (ACTs); inciso XIV ”secretário/a de relações étnico raciais”; inciso XV “secretário/a da saúde dos/as trabalhadores/as em educação”; inciso XVI

“secretário/a de AEs, ATPs, especialistas em assuntos educacionais, consultores e funcionários,”; inciso XVII “secretário/a de juventude”;

8 – **(Emenda modificativa no inciso VII, do Art. 31)**, que passa ter a seguinte redação: “secretário/a de políticas sociais”;

9 – **(Emenda modificativa no Art. 39)**, que passa ter a seguinte redação: “secretário/a de políticas sociais”;

10 – **(Emenda Aditiva) incluir no Título III, Capítulo I, das instâncias estaduais, na seção IV, da diretoria Executiva, Art. 39** – As competências de cada secretaria criada, ou modifica nas emendas anteriores;

11 – **(Emenda modificativa no art. 46)** passa ter a seguinte redação: “as sedes regionais serão localizadas nos maiores municípios da região em número de trabalhadores na base”;

12– **(Emenda modificativa no art. 48)** passa ter a seguinte redação: “o conselho de representantes regionais será formado pela coordenação regional, por representante de escola e representantes das coordenações municipais”;

13 – **(Emenda aditiva) incluir no Título III, da estrutura e organização, Capítulo II, das instâncias regionais, na seção IV, da coordenação regional, Art. 52** -”As coordenações regionais terão assegurada a sua autonomia política e financeira em nível local, desde que não contrariem as disposições estatutárias e as deliberações de instâncias superiores e do conjunto da categoria”;

14 – **(Emenda modificativa no Art. 53)** passa ter a seguinte redação: “As sedes municipais serão localizadas em cada município do Estado de Santa Catarina, exceto nas sedes das coordenações regionais”;

15 – **(Emenda modificativa § 1º do Art. 57)** passa ter a seguinte redação: “as eleições das coordenações municipais serão realizadas no prazo de até 3 meses após as eleições gerais do SINTE/SC, quando ocorrer a vacância de mais de 50% dos membros da coordenação municipal, a coordenação regional convocará uma assembleia específica para a eleição da nova coordenação municipal para cumprir o restante do mandato até a próxima eleição”;

16 – **(Emenda modificativa)** todas vezes que aparecer a expressão “comissões municipais” serão modificadas para ‘coordenações municipais’

17– **(Emenda aditiva) incluir no Título III, da estrutura e organização, Capítulo III, das instâncias municipais, na seção IV, das coordenações municipais, Art. 57**, o “§ 3º - o quórum mínimo da assembleia municipal para eleição das coordenações municipais será de no mínimo 50% mais um dos filiados do município,” protocolados 30 dias antes da realização da assembleia ou constarem na consignação do mês anterior”;

18 – **(Emenda aditiva) incluir no Título III, da estrutura e organização, Capítulo III, das instâncias municipais, na seção IV, das coordenações municipais, Art. 57**, o “§ 4º - a convocação da assembleia municipal para eleição da coordenação municipal será feita pela coordenação regional e

deverá ser divulgada no mínimo com 7 (sete) dias de antecedência de sua realização em todas as escolas do município, constando: o local, data, horário e pauta específica”;

19 – **(Emenda modificativa, no § único do Art. 58)** passa a ter a seguinte redação: “a eleição dos representantes de escola será realizado em todo estado, no mês de março de cada ano, organizada pela direção executiva estadual e encaminhada pelas coordenações regionais e comissões municipais”;

20 – **(Emenda modificativa § 4º, do Art. 61)** passa ter a seguinte redação: “pode haver candidatura simultânea a diretoria executiva a coordenação Regional e ao Conselho deliberativo Estadual, é vedada a acumulação de cargos inclusive para Conselho Estadual”;

21 – **(Emenda modificativa § 8º, do Art. 61)** passa ter a seguinte redação: “para os dirigentes, será permitida apenas uma reeleição na mesma instância, em qualquer cargo da direção ou do conselho deliberativo estadual independente do tempo de exercício do cargo”;

22– **(Emenda modificativa § 2º, do Art. 62)** passa ter a seguinte redação; “a comissão eleitoral estadual e regional obrigatoriamente terá um representante de cada chapa inscrita”;

23 - **(Emenda aditiva) incluir no capítulo IV, Título V, Art. 62 das eleições gerais, o “§, 3º** - a comissão eleitoral estadual será composta por 3 (três) membros indicadas pelo Conselho deliberativo Estadual”;

24 – **(Emenda aditiva) incluir no capítulo IV, Título V, eleições gerais, Art. 62, o “§, 4º** - a comissão eleitoral Regional será composta por 3 (três) membros eleitos pelo conselho de representantes da Regional”.

Resoluções da ARTICULAÇÃO SINDICAL

CONJUNTURA INTERNACIONAL:

O mundo vive um momento de instabilidade generalizada, onde as políticas conservadoras e reacionárias ganham protagonismo central. Desde 2008 o capitalismo vive uma crise estrutural que tem atingido de forma mais contundente os países emergentes, cuja economia está baseada na financeirização internacional e na venda de *commodities*. Os Estados Nacionais perdem para grandes empresas transnacionais seu poder de controle das políticas macroeconômicas. A crise capitalista segue seu curso e se aprofunda, confirmando a análise de seu caráter prolongado, essa é a dinâmica do capitalismo globalizado, que necessita de crises para seu funcionamento.

A pauta nacionalista, conservadora e neoliberal que se espalha perigosamente em nível global, através de governos e partidos de direita e ultradireita, além de não sanar os problemas da recente crise do capitalismo tende a causar mais instabilidade socioeconômica e política no mundo com perseguições a estrangeiros, em especial a refugiados.

Na esteira do avanço do liberalismo conservador mundial, está a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, a aprovação do plebiscito que aprovou a saída do Reino Unido da União Europeia, uma vitória não só do partido nacionalista britânico, mas de alas conservadoras europeias e do resto do mundo e a eleição na França onde o candidato de centro e o de extrema direita vão disputar no segundo turno.

Diante desse cenário, pode-se afirmar que os EUA estiveram por detrás do golpe institucional no Brasil. E o assalto ao poder pelas elites locais cumpriu o papel de retomada da hegemonia neoliberal no principal país da Região, acompanhando o movimento de derrocada de projetos populares nos países vizinhos, seja por meio do voto direto, como ocorreu na Argentina, seja através de golpes institucionais, como os de Honduras, Paraguai, além do Brasil. Vitória importante da esquerda latinoamericana foi a eleição de Lenin Moreno do Equador.

Mais do que nunca faz-se necessário a união dos(as) trabalhadores(as) em torno de um projeto socialista que rompa com a lógica capitalista da mais valia e da propriedade privada.. É fundamental fortalecer o protagonismo contra hegemônico nas esferas das centrais de trabalhadores(as) internacionais como a CSI (Confederação Sindical Internacional) e CSA (Confederação Sindical das Américas), e da CUT (Central Única dos Trabalhadores/as) e CNTE alinhadas na luta contra o imperialismo e que fazem a defesa da classe trabalhadora, contrapondo-se à nefasta lógica do capital.

CONJUNTURA NACIONAL

O processo de desmonte da CF na esteira do golpe contra a democracia e a classe trabalhadora praticado pelas elites brasileiras em aliança estratégica de aparelhos e instituições de Estado – como parte expressiva dos poderes legislativo e judiciário – com o setor privado – especialmente a mídia -

representa o mais profundo retrocesso nos direitos da classe trabalhadora brasileira superior, inclusive, aos ataques neoliberais dos anos 1990 e criminaliza de forma geral a política.

A Petrobras foi adotada como símbolo da corrupção pelos golpistas e seus aliados. A classe trabalhadora é favorável à apuração e responsabilização de todos quantos prejudicaram a empresa, mas é contrária a entrega de riquezas minerais estratégicas do país a grupos econômicos estrangeiros e transferência de royalties do setor público para a iniciativa privada.

A divulgação das delações dos executivos da Odebrecht citando o pagamento de propina a vários partidos políticos a mais de 30 anos, mostra como o poder econômico irrigou o sistema político, por isso da dificuldade, do Congresso Nacional, em aprovar uma verdadeira Reforma Política com financiamento público para as eleições.

O combate à corrupção é estratégico para a classe trabalhadora porque a apropriação do Estado por pessoas e organizações representa falta de recursos para políticas públicas transversais. Embora as elites econômicas sejam as protagonistas do golpe, observa-se uma disputa oportunista pela hegemonia do Poder no país, tendo o combate à corrupção como pano de fundo.

Na esfera do Executivo federal, ainda que se questione a continuidade da gestão Temer, em função da incapacidade do governo golpista em alavancar a economia e em estabilizar a política e as relações institucionais, fato é que a pauta golpista mantém seu curso no Executivo e no Congresso sustentada no seguinte tripé:

1) Ajuste fiscal em benefício de rentistas da dívida: com o golpe se aprofundam os reflexos das medidas de ajuste fiscal como o PLP 257 (iniciadas no Governo Dilma) e EC 95 para realizar superávit e garantir o pagamento da dívida pública.

2) Entrega do patrimônio, das riquezas naturais e supressão de direitos sociais e trabalhistas: a pauta privatista e entreguista possui projetos de autoria de ministros do governo golpista, como a entrega do Pré-Sal, a lei da Terceirização irrestrita, Reforma Trabalhista e da Previdência.

3) Repressão aos movimentos sociais e ataque às liberdades individuais e à diversidade: no campo institucional o golpe se vale de medidas fascistas policiais para atacar movimentos sociais (CUT, MST e UNE) que defendem a democracia e são contrários à supressão de direitos.

Nesse sentido, nossa agenda para o próximo período deve manter a resistência contra o governo golpista, bem como impedir que um novo golpe seja orquestrado através de eleições indiretas. É fundamental lutarmos por eleições diretas com o compromisso de eleger projetos democráticos e populares pautados no desenvolvimento com inclusão social. É preciso, portanto, cerrar fileiras entre os movimentos sindical e social para a defesa da democracia, da retomada do crescimento econômico, contra o estado de exceção, em defesa dos direitos do povo, dos interesses do Brasil, contra as antirreformas neoliberais. Fora Temer! Diretas Já!

CONJUNTURA ESTADUAL

O estado de Santa Catarina é uma unidade política marcada por grande heterogeneidade cultural e histórica entre suas diversas regiões, logo é marcado por um desenvolvimento desigual. Embora esteja numa situação melhor do que a de muitos outros estados brasileiros, as desigualdades são bastante evidentes, isso é resultado de uma estrutura econômica baseada em cadeias produtivas regionalizadas, com capacidade competitiva no mercado mundial e com uma política centralizada entre famílias oligarcas que sempre colocaram o estado a serviço dos interesses do capital.

Com a velha política de ampliar o armário para garantir mais cabides o governo Colombo, mantém a mesma estrutura de governo criada por LHS, com isso garante uma assembleia legislativa lacaia que atende cegamente aos ditames da Casa da Agrônômica, exemplo disso foi arquivamento do pedido de Impeachment por crime de responsabilidade em outubro de 2016, devido ao repasse de R\$ 615 milhões da CELESC ao Fundo Social. O governo também não adota medidas mais eficazes para a cobrança de impostos sonegados, mas adota medidas de renúncia fiscal do estado em prol da iniciativa privada.

Como seu plano de governo privatizante, arrecadou recursos financeiros para sua campanha eleitoral de várias empresas, entre elas a Odebrecht, sendo citado nas delações dos executivos desta empresa em que destinaram milhões de recursos de caixa 2 com o interesse de comprar a CASAN.

Este mesmo governo deixou de investir em educação, o valor de 6 bilhões nos últimos 15 anos, não respeitando nem mesmo o previsto na CF, mesmo denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e pelo Ministério Público de Contas (MPC) o governo continua incluindo os professores aposentados – os chamados gastos com inativos – no percentual que deveria ser usado unicamente para manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ao longo da história a cada nova eleição diferentes grupos conservadores se dividem, atacando uns aos outros, para depois se unirem todos no governo, sendo a distribuição de cargos na administração pública e nas estatais o que os unifica, foi assim que se deu a aproximação do PP, PSDB e até partidos historicamente de esquerda como o PCdoB. Exceto o PT todos os outros partidos fazem reverência ao Governador, o que significa uma unidade política das forças conservadoras sem precedentes na História catarinense.

POLÍTICA EDUCACIONAL

O golpe no Brasil impõe graves retrocessos ao regime democrático e às políticas sociais, em especial à educação, uma vez que é regido por concepções privatistas e por uma agenda conservadora, autoritária, restritiva de direitos e de negação das diversidades, que tende a aprofundar preconceitos etnicorraciais, de classe, de gênero, de orientação sexual.

O debate sobre os principais desafios educacionais exige inserir a atual realidade educacional brasileira e o crescimento das diferentes formas de privatização no contexto de restauração conservadora em âmbito mundial, o que resulta em grandes ameaças na América Latina aos profissionais e aos sindicatos e movimentos sociais, de criminalização desses movimentos e com uma ameaça direta às carreiras profissionais, incluindo a docente. Em síntese, a agenda golpista do MEC contrapõe a luta em nível nacional da CNTE e de segmentos progressistas da sociedade em defesa da educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada.

A laicidade e o pluralismo de ideais dão lugar a projetos de Lei da Mordaça (Escola sem Partido), que pretendem perseguir profissionais da educação. A qualidade social é desprezada pelo reducionismo curricular, pelo economicismo orçamentário e pelo retorno da “qualidade total” das empresas na educação, a qual privilegia o desempenho de competências e habilidades dos estudantes voltados ao “mercado de trabalho”, em detrimento da aprendizagem emancipadora e libertadora para a vida e ao longo da vida. A meritocracia pauta os currículos e as políticas de valorização dos profissionais da educação.

Privatização da Educação - A principal linha de ação de todas as políticas para a educação, atualmente, caminha no sentido da privatização da educação pública. O TISA, a Lei da Mordaça, a Emenda Constitucional 95 (ajuste fiscal), o Projeto de Lei 4.597 (Pré-sal) e a Medida Provisória 746 (Ensino Médio) representam, de uma forma ou de outra, ataques do governo golpista à educação pública, gratuita e de qualidade.

Na visão dos golpistas, a gratuidade pública da oferta escolar é transferida do campo estatal para o particular, devendo os empresários e as Organizações Sociais (OSs) se apropriarem dos recursos públicos para ofertarem “gratuitamente” o “serviço educacional”. A gestão democrática é surrupiada pela gestão empresarial ou pela militarização das escolas públicas.

(Re)forma do Ensino Médio - A Reforma do Ensino Médio proposta pelo Governo Temer e aprovada, a toque de caixa pelo Congresso tem como principal componente a pavimentação do processo de privatização da educação básica, já que abre as portas para o empresariado ofertar mais de 50% do currículo da escola pública, condizente as áreas específicas de conhecimento com destaque a educação profissional. Ou seja, a escola priorizará os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (equivalente a 42% do total do currículo voltado à escola de tempo integral) e o sistema privado poderá suprir a oferta de áreas específicas que a rede pública deixar de ofertar a seus estudantes, as quais compreenderão 58% do total do currículo do ensino médio com jornada integral.

Neste caso a conta da privatização é simples, a escola ou rede pública não serão obrigadas a ofertar as cinco áreas de conhecimento (Línguas, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e a Técnica Profissional) e, caso o estudante opte outra área não ofertada pela rede ou escola, terá que procurar vaga em rede particular. E o Estado por sua vez, deverá “subsidiar” seus estudantes nas redes privadas, uma vez que a conclusão da educação básica é obrigatória. Com esta reformula o

Estado contrata menos profissionais e investe menos em suas escolas para repassar verbas astronômicas para escolas particulares.

Além disso, a (Re)forma assume um caráter de segregação entre as classes mais pobres e as mais ricas ao sugerir aos pobres a educação profissionalizante, já que várias disciplinas serão reduzidas. O objetivo é formar mão de obra barata e abundante. Certamente este processo é implantado somente nas escolas públicas, nas escolas particulares onde estudam os filhos das classes média e alta continuarão a contar com currículos recheados de diversas disciplinas que lhes darão ampla vantagem ao acesso à universidade pública. A desprofissionalização do magistério, permitindo a contratação de qualquer pessoa com “notório saber” e sem concurso público é outra tônica para o desmantelamento da escola pública.

Mesmo que esta proposta tenha prazo de implantação até 2019, SC já iniciou a implantação em 14 escolas. Isso demonstra a pressa do Governador e do Secretário da educação Eduardo Deschamps, que ocupa a Presidência do Conselho Nacional de Educação, em implementar as políticas que desmantelam a educação pública em SC. Nossa tarefa é debater com a comunidade escolar, em especial com os/as estudantes com o objetivo de evitar que a escola implante esta absurda proposta de mudança do Ensino Médio.

Em relação ao EM Noturno, o governo ao orientar a antecipação do horário de entrada para não pagar o adicional noturno, terá séria consequência aos estudantes que trabalham e que não conseguem chegar no novo horário, um forte instrumento para eles evadirem da escola ou os empurra para o EJA ou para escolas privadas, com isso vai contratar menos professores e em curto espaço de tempo as turmas do noturno serão encerradas.

Base Nacional Comum Curricular - A necessidade de “parceria” com a iniciativa privada esteve e está presente em todo o debate que acontece com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), desde o seu lançamento em 2015 pelo MEC.

No dia 5 de abril de 2017, o Ministério da Educação (MEC) enviou oficialmente ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a terceira versão da BNCC – restrita à educação infantil e ao ensino fundamental. A omissão da etapa do ensino médio na BNCC, e a opção em enviá-la posteriormente apartada da proposta de currículo do ensino fundamental – em especial dos anos finais (6º ao 9º ano) –, reforça a tendência deliberada do MEC em fragmentar o conceito de educação básica construído a partir da LDB, que considera a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio etapas indissociáveis da educação escolar em nível básico, devendo haver sintonia e padrão unitário curricular voltado à formação humanística e cidadã dos estudantes.

Também reforça o caráter fragmentário da BNCC a ausência de orientações para as diferentes modalidades de ensino e formas de oferta escolar, sobretudo para as populações do campo, de aldeias indígenas e remanescentes de quilombos.

Escola sem Partido - Outro forte ataque à concepção democrática da escola pública tem ocorrido por meio da tentativa de amordaçar os profissionais da educação e de restringir o debate escolar. Tanto no Congresso como em outras Casas Legislativas tramitam projetos de lei ultraconservadores, que visam criminalizar a discussão de temas políticos ou de assuntos controversos nas escolas sem o consentimento dos pais dos estudantes. E essa medida fascista atenta contra a laicidade, a democracia, a liberdade de cátedra dos educadores, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber nas escolas, todos princípios garantidos na Constituição Federal.

Municipalização e sucateamento das escolas – O Governo de SC continua transferindo aos municípios a responsabilidade na oferta do ensino fundamental, especialmente os anos iniciais, precarizando ainda mais a qualidade para este nível, assim como continua a política de não investir na infraestrutura das escolas, sucateando as escolas até o ponto de suspensão das aulas.

Os/As trabalhadores/as em educação e os estudantes têm promovido a resistência a todas essas ofensivas do golpe, mas ainda insuficientes. É preciso que a sociedade compreenda a gravidade da situação e tome para si a pauta em defesa da escola pública e dos direitos que ora estão sendo suprimidos.

O processo de ocupação das escolas, institutos federais e universidades pelos estudantes tem mostrado forte potencial de enfrentamento das ações governistas, mas é preciso reforçá-las. E a luta sindical deve atuar no sentido de fazer o enfrentamento e de somar forças com outros movimentos, em especial com a CUT e demais centrais sindicais, com as frentes sociais de luta, além de organizar a resistência internacional.

POLÍTICA SINDICAL

O Brasil vive um período no qual a democracia vem sendo insistentemente atacada. Com a imposição do governo golpista de Michel Temer, já está claro que as forças conservadoras trouxeram a agenda neoliberal de volta ao país, de forma ágil e radical, como forma de se contrapor aos avanços sociais e trabalhistas obtidos nas gestões Lula e Dilma. Estabelece um cenário de retrocessos com as ações de medidas de um governo sem votos, envolvido em graves denúncias de corrupção, contra os direitos da população.

Na esfera pública, a Emenda do ajuste fiscal (EC 95) e o PLP 257 visam achatar remunerações e suprimir direitos dos servidores públicos e a agenda do golpe no país tende a agravar não só o desemprego e a renda do trabalho, mas também os direitos e as relações de trabalho:

Terceirização Geral e Irrestrita - O projeto aprovado regulamenta a terceirização sem limites, nas esferas públicas e privadas. Permite expressamente que a empresa terceirizada subcontrate outras empresas (quarteirização) para “contratar, remunerar e dirigir os trabalhos de seus empregados”. Abre um precedente perigoso para permitir que lei autorize a contratação de trabalho temporário para substituir trabalhadores em greve e admite que acordo ou convenção coletiva possa dispor de outros

prazos daqueles definidos na lei - é a prevalência do negociado sobre o legislado. Prevê ainda que o período do contrato temporário possa ultrapassar os 260 dias.

Em SC a privatização da educação vai avançando a passos largos, além dos funcionários de escolas contratados pela APP, empresas servindo merenda, Sistema ACAFe para o processo de seleção de professores/as ACTs, para as salas de informática também serão atendidas por servidor de empresa terceirizada. O próximo passo será a contratação dos/as professores/as ACTs através de empresa terceirizada.

Reforma Trabalhista: A reforma trabalhista que está sendo gestada nos gabinetes dos golpistas visa aumentar a carga de trabalho de 8h para 12h diárias, retirar benefícios como 13º salário, 1/3 de férias e abonos salariais, estabelecer novas formas de contratação com vínculos temporários e/ou intermitentes – não obrigando o empregador a cumprir certas exigências do contrato permanente de trabalho –, além de sobrepor o que for negociado entre patrões e empregados sobre o legislado.

Reforma da Previdência - A reforma da previdência do governo ilegítimo de Temer, apresentada na forma da PEC 287/2016, eleva para 65 anos, sem distinção entre homens e mulheres, a idade mínima para aposentadoria conjugada com período de contribuição de até 49 anos para se ter direito a proventos integrais. A aposentadoria do magistério é extinta para os atuais professores com menos de 50 anos de idade e professoras abaixo de 45 anos, assim como para os futuros ingressos nas carreiras de magistério da educação básica pública ou privada. As mobilizações impuseram muitas mudanças, mas ainda são insuficientes e precisam continuar mais fortes.

Aqui no Estado o Governo Colombo, seguindo a lógica do Golpe em nível nacional, já criou à previdência complementar para os servidores públicos, aumentou a alíquota de descontos do servidor de 11 para 14% e implementou novas regras de pensão, sob fortes protestos de todos os servidores públicos estaduais civis e militares.

Piso Salarial Em nível nacional está cada vez mais forte o investimento dos governadores, que tem aval do MEC, para extinguir o Piso Salarial do Magistério. Este forte investimento vai impedir a regulamentação do Piso previsto no art 206 da CF, com prazo de regulamentação previsto pelo PNE até junho de 2016. Temos certeza também que este ano, caso a lei do piso não seja revogada, o recurso que está na mesa do Presidente da Câmara, que trata da forma de reajuste, se de acordo com o aumento do custo aluno ou o INPC, será submetido a votação e é óbvio que com a atual composição do Congresso, vencerá o reajuste pelo INPC.

Em SC o reajuste do Piso nacional, nunca foi implementado na carreira. O governo sempre negou esse valor do reajuste que deveria ter sido aplicado em janeiro de 2017, que é de 7,64%, mas a lei 668/15, tem uma previsão de apenas 2,5% em maio e 2,5% em novembro, que não contempla a reivindicação da categoria que não recupera nem as perdas inflacionárias do período. Sem contar que

não fez o reajuste em 2015, e aplicou apenas 5% em 2016. Por isso, umas das reivindicações mais presentes na pauta é a recuperação das perdas dos últimos anos. O governo sempre vem com a desculpa que não tem dinheiro, mas os números do próprio governo apontam que nos últimos anos deixou de aplicar 6 bilhões de reais na educação e todos os anos a Secretaria de Educação nunca aplica o valor orçado, sempre aplicando abaixo contingenciando e fazendo economia para que o governo Colombo possa aplicar no mercado financeiro pagando juros da dívida e dando incentivo fiscais aos amiguinhos que ajudam a financiar suas campanhas eleitorais.

Plano de Carreira – Em SC foram mais de 4 anos de luta para restabelecer o novo plano de carreira do Magistério. Foram meses de mesa de discussão com o governo, conquista de greve de 2015, e que após o término do prazo, o Governo envia um projeto para a ALESC que não foi o debatido na mesa. Mobilizamos e atuamos para que não fosse aprovado, mas um governo com 36 deputados no universo de 40, dificilmente ele não aprova uma matéria de seu interesse.

No início de 2017 a Secretaria de Estado da Educação modificou arbitrariamente os critérios de alteração de carga horária dos (as) professores (as) efetivos (as). Desde então, todas as Portarias de ampliação da jornada de trabalho passaram a ter um determinado dia de encerramento, a chamada “data fim”. Assim como cometeu um erro proposital no enquadramento dos servidores na tabela de valores da gratificação, não levando em consideração a habilitação em nível de pós-graduação;

Inúmeras “trapalhadas” da SED, revelando verdadeira inabilidade, imperícia e amadorismo por parte da equipe no início de 2017 promovendo várias mudanças na vida funcional dos trabalhadores, causando muitas confusões dentro das escolas, atingindo tanto os professores/as efetivos/as, quanto os ACTs.

Nem mesmo os acordos em mesa de negociação após a greve foi capaz de cumprir, como o abono e anistia das faltas de greves, paralisações, mobilizações a partir de 2012, que impediu milhares trabalhadores de usufruírem de sua licença prêmio, terem seu triênio implantado e progressão garantida. Felizmente o SINTE conseguiu ação na justiça para garantir a anistia

Mobilizações e Greve Geral,

No dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, foi um marco nas mobilizações deste ano, onde grandes manifestações de rua com a bandeira Contra a Reforma da Previdência foram realizadas não apenas nas capitais. Acertada foi a decisão do CD que decidiu realizar a assembleia estadual dia 15/03 e as regionais no dia 08 para potencializar as manifestações nas regionais

a) A greve nacional da educação a partir de 15 de Março teve a capacidade de aglutinar vários movimentos, Centrais e Frentes. O dia 15, teve resultado estrondoso em todas as capitais, conseguiu adiar a votação da reforma da Previdência na Comissão Especial, juntamente com a pressão nos Deputados federais na sua cidade e nos aeroportos.

Junto com a CUT e outras centrais sindicais empenhadas em combater o golpe político-jurídico-midiático, o SINTE têm participado ativamente de mobilizações para reafirmar a pauta em defesa da democracia e da garantia dos direitos sociais e trabalhistas – Nenhum Direito a Menos!

Reafirmamos a luta pela democracia, a defesa da soberania nacional e continuaremos a adotar o grito de “Fora Temer”, e levantar a bandeira das Diretas Já.

BALANÇO

Ao longo das últimas décadas, a SINTE tem sido a grande ferramenta de luta dos/as trabalhadores/as em educação contribuindo significativamente no debate de temas, em especial naqueles que se referem aos direitos específicos dos profissionais da educação escolar, fazendo o enfrentamento resistente a todos os atos que se caracterizassem ataques aos direitos da categoria e à oferta educacional pautada na qualidade social da educação.

Enquanto o governo criava um engodo, um simulador e ignorando o sindicato como legítimo para negociar e representar a categoria, defendendo seus direitos e interesses coletivos, inclusive em questões judiciais ou administrativas, a direção e lideranças peregrinaram escola por escola, explicando o engodo desta proposta. Foi com este trabalho que realizamos a greve de 2015, de 24 de março a 07 de junho. Esta greve mostrou-se vitoriosa quando garantiu a manutenção dos/as ACTs na tabela de vencimentos dos efetivos/as, a manutenção do Nível Médio e Licenciatura Curta na tabela Salarial. Nossa luta visava ainda a implementação da aplicação do piso nacional do magistério, aplicado e reconhecido na carreira e garantir a implementação do PEE.

Após mais de três meses de debate em mesa de negociação sobre o novo plano de carreira, que visava descompactar a tabela salarial, o governo envia a ALESC uma proposta completamente diferente da proposta discutida na mesa, tanto nas diretrizes da carreira como na forma de enquadramento. Naquele momento a composição da direção era por proporcionalidade e todas as forças políticas representadas na direção do sindicato indicaram seus representantes para esta mesa de negociação pós-greve.

Muita mobilização foi chamada para a ALESC no sentido de evitar a votação destas propostas nefastas, mas o governo que possui 35 dos 40 deputados conseguiu aprovar mesmo que vários deputados de sua base tenham votado contra.

A eleição do sindicato de 2016 foi a primeira eleição após a deliberação pelo fim da proporcionalidade. A maioria da categoria entendeu que na direção do sindicato a proporcionalidade era um dos elementos que estavam travando a luta ao invés de impulsioná-la. Após o embate e debate democrático nas escolas, a categoria decidiu que a chapa CUTista em composição com a CTB, vencesse a eleição com 58% dos votos para o triênio 2016/2019.

Concluída a eleição, com a orquestração do golpe parlamentar-jurídico-midiático que culminou no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff o SINTE se engajou ativamente contra a pauta golpista, chamou a categoria a se somar na luta em defesa da democracia e contra o Golpe, tendo a CUT, a

CNTE e as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo como protagonistas. Era preciso lutar, pois o Golpe não foi apenas contra uma Presidenta legitimamente eleita, mas contra os direitos dos trabalhadores/as. Também era preciso lutar contra a aprovação do PLP 257, proposta de renegociação da dívida dos estados com contrapartida que atacava os direitos dos servidores públicos, como o fim do concurso de ingresso e o congelamento salarial por 20 anos. O SINTE participou ativamente, em Brasília, de todas as chamadas da CUT e CNTE. Concretizado o Golpe com a destituição da Presidenta, o ilegítimo Michel Temer envia projeto de “ajuste fiscal” PEC 241/55, exigindo mais participação, em Brasília, do nosso sindicato assim como na mobilização contra a MP 746 (Reforma do Ensino Médio) e a participação no trancaço no MEC. Foram meses de idas e vindas quase que semanalmente para Brasília, ao mesmo tempo chamando e mobilizando para as paralisações durante o segundo semestre de 2016.

O SINTE completou 50 anos em 2016, é uma história de luta pelos direitos dos trabalhadores em educação, mas especialmente em defesa da escola pública gratuita e de qualidade. Muito se avançou nestes 50 anos, neste momento conjuntural de resistência é momento de lutar para não perder direitos conquistados nos 50 anos de nosso sindicato.

Também em 2016 o SINTE desenvolveu a campanha Contra os Inimigos da Educação, colocando outdoors em todas as regiões e carro de som com outdoor ambulante, causando fúria no governo e nos deputados de sua base. Fora isto se destaca a participação do SINTE nos vários fóruns e órgãos associados a educação em atividades tais como CEAE (Conselho Estadual de Educação), FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), CNE (Conselho nacional de entidade), CAE (Conselho estadual da Merenda Escolar) Fórum dos Servidores, FEE – Fórum Estadual de Educação.

Em 2017 o ilegítimo Presidente ataca com mais profundidade nossos direitos, tanto a Previdência Social como a CLT, e a Proposta de terceirização em atividade fim. O congresso da CNTE apontou o início da Greve Nacional para dia 15 de março, contra a Reforma da Previdência, sendo o dia 08, Dia Internacional da Mulher, como um forte dia de mobilização em todas as capitais, fazendo deste dia a Luta das Mulheres contra a Reforma da Previdência. Nosso sindicato, de forma acertada decide que neste dia deverão ser realizadas as assembleias regionais como forma de potencializar as mobilizações nas diversas regiões. A assembleia estadual foi agendada para dia 15, dia do início da greve nacional. Todas as regionais estavam empenhadas em construir a greve nacional, a categoria estarrecida e não acreditando na proposta, silenciou e participou muito pouco das assembleias regionais. Na assembleia estadual, todos sabiam que a participação dos trabalhadores em SC seria pequena, mas como era greve nacional de resistência, este pouco se somaria aos trabalhadores em educação de outros estados. No entanto, grupos políticos, como a Esquerda Marxista e Bloco Independentes, ao invés de ajudar a construir a greve, propõem a realização de nova assembleia em 10 dias, com isso, nossa categoria pela primeira vez não participa de greve nacional. Vale destacar que a

greve nacional e as demais mobilizações de 2017 conseguiram evitar a aprovação das Reformas da Previdência e Trabalhista e pressionou as centrais a chamar greve geral para dia 28 de abril. Nossa tarefa é construir esta greve nacional e todas as demais mobilizações chamadas pela CNTE, pela CUT e demais centrais sindicais. Só a luta consegue manter nossos direitos.

POLÍTICAS PERMANENTES

Na última década, os governos democráticos e populares implantaram políticas de inclusão social, com instrumentos importantes de transferência de renda, tirando milhões de famílias da miséria e pobreza extrema. Acumularam-se conquistas e avanços de direitos e políticas públicas em todas as esferas.

No Brasil, o preconceito de classe, de raça, de gênero e opção sexual ficou evidente no processo de retomada do poder pelas elites, sustentado por verdadeiras campanhas midiáticas. As políticas inclusivas da última década, desenvolvidas pelo executivo federal, deram protagonismo às mulheres, aos negros, à juventude, aos aposentados, aos LGBTs e aos mais pobres, que passaram a ter voz, direitos e protagonismo numa sociedade preconceituosa, individualista, consumista, egoísta e falsa moralista.

A luta pelo protagonismo das mulheres na sociedade e pela igualdade de gênero - A igualdade de gênero é a base para a construção de uma sociedade livre de preconceitos e discriminações. De acordo com o Fórum Econômico Mundial, em 2016, o Brasil ocupou a 129ª posição no ranking de igualdade de salários entre gêneros, formado por 144 nações. Concretamente, significa dizer que as mulheres em nosso país recebem em média 30% menos que os homens.

A participação das mulheres nos espaços de decisões das políticas públicas é condição fundamental para empoderar o gênero feminino na sociedade, garantindo igualdade e direitos em relação ao sexo masculino. Desta forma propomos; Lutar pela superação da sub-representação feminina promovendo a participação das mulheres nos espaços públicos de poder; Lutar pela consolidação da política de combate à violência sobre as mulheres, expressa na atualidade na conquista da Lei Maria da Penha; Lutar pela promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e não discriminatória; Lutar pela conquista da equidade de gênero no trabalho, implementação da Política de Trabalho Decente e a jornada de trabalho de 6 horas para que mulheres e homens possam desfrutar do ambiente doméstico do tempo da vida social, familiar e pessoal.

Racismo é crime e deforma a sociedade – a luta do povo negro pela igualdade racial e socioeconômica em nosso país precisa ser abraçada por todos/as como forma de elevar o bem-estar social e garantir direitos a toda população. O fim da escravidão oficial no Brasil não garantiu o acolhimento digno do povo negro na sociedade, e ainda hoje, mais de um século da abolição, a marginalização do negro nas políticas de Estado e o preconceito racial impedem a ascensão social e condenam gerações de famílias negras à miséria, à violência e ao abandono.

A luta do sindicato deve se centrar no amplo acesso da população negra à educação em todos os níveis, etapas e modalidades, bem como na promoção da cultura e da história afrodescendente através das escolas, à luz da Lei 10.639, que teve redação adaptada pela Lei 11.645/2008. Assim como a defesa da política de cotas raciais e sociais nas universidades e em concurso públicos, condição indispensável para mudar a realidade dos negros no país.

Direitos Humanos e LGBT – a retomada de pautas conservadoras pelo governo golpista e pelo Congresso, que mitigam os direitos humanos e reforçam estereótipos que criminalizam, ofendem e rebaixam a condição humana de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, deve ser a pauta do nosso sindicato.

Aposentados: a luta por direitos e dignidade – a população brasileira envelhece em ritmo acelerado e vive cada vez mais, o que exige mais e melhores políticas voltadas à saúde, à aposentadoria e à assistência social – três dimensões que integram o conceito da Seguridade Social. O sindicato deve lutar pela incorporação das orientações da Política Nacional e do Estatuto do Idoso nos currículos escolares, como forma de promover os direitos sociais do idoso, sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Saúde do/a trabalhador/a em educação – O capitalismo transformou a educação em mercadoria e o processo educativo foi, aos poucos, absorvendo ideia do setor privado. Às/aos educadores(as) “aplicou-se” regras da produtividade, da flexibilização, do aumento do ritmo de trabalho, do tipo de tarefa a ser executada, do tempo para a sua execução, da jornada e carga de trabalho necessária, da terceirização e da precarização dos vínculos de trabalho.

A violência no interior e arredor da escola, envolvendo estudantes, profissionais da educação e comunidade, a falta de formação continuada para lidar com as inovações tecnológicas e com fatores psicossociais que ganham relevo a cada dia, colocam sistematicamente em risco a saúde física e psicológica dos/as trabalhadores/as em educação.

Juventude trabalhadora em luta – A juventude tem sido protagonista nas mobilizações populares: nas greves, na ocupação de escolas e de outros prédios públicos, manifestações e diversas outras formas de luta. Precisamos organizar o coletivo de jovens educadores/as e promover encontros específicos no sentido de empoderar os/as jovens para a luta sindical.

PLANO DE LUTAS: Fora Temer, Diretas Já

No campo político-social: 1) Por uma reforma política que assegure o pluralismo partidário, fortaleça os partidos, institua o financiamento público de campanha e amplie a participação popular nas instâncias de poder; 2) Lutar pela ampliação do orçamento para a educação pública como contraposição à PEC do teto dos gastos; 3) Apoiar as ações da Plataforma Operário Camponesa em defesa da energia, contra a privatização do petróleo e da Petrobras, que acabam com o regime de partilha que garantiria recurso para a educação; 4) Combater com rigor a Terceirização e todas as formas de flexibilização e/ou precarização das relações de trabalho em curso no estado a exemplo dos

contratos com as APAES; 5) Lutar contra Reforma da Previdência e a defender a manutenção da aposentadoria especial do magistério e valorização dos aposentados e pensionistas, públicos e privados; 6) Lutar contra a Reforma Trabalhista que visa suprimir e flexibilizar direitos, como, por exemplo, o negociado sobre o legislado; 7) Diminuir e combater a violência praticada contra crianças, adolescentes, idosos, moradores de rua, LGBTs, negros, índios, deficientes, mulheres, imigrantes e profissionais do sexo; 8) Denunciar o extermínio da juventude negra; 9) Encampar a luta do SUS, em especial, à política de atenção integral à saúde da mulher.

No campo Política Educacional. 1) Lutar pela aplicação integral do FUNDEB e dos 25% da receita do estado na educação, o cumprimento do piso na carreira, descompactação da tabela salarial, reajuste com base de cálculo pelo Custo Aluno/a Ano Urbano e Implantação imediata de 1/3 hora atividade como hora aula na jornada de acordo com o parecer CNE 18/2012; 2) Lutar pela ampliação do direito à educação pública de qualidade social através de mais financiamento público, mediante os 10% do PIB para a educação pública; 3) Lutar pela regulamentação da CAQ e CAQi e todas as metas do PNE que valorizam a educação pública; 4) Garantir a aplicação de verbas públicas para educação pública, contra a mercantilização e a privatização da educação; 5) Promover a capacitação dos conselheiros da categoria que integram colegiados públicos, em especial de fiscalização do FUNDEB; 6) Lutar contra a implementação do Novo Ensino Médio e Contra a Lei da Mordaza; 7) Lutar pela profissionalização dos funcionários de escolas; 8) Denunciar as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores(as), sobretudo as relativas à infra-estrutura dos prédios escolares; 9) Cobrar projeto de lei referente à anistia das faltas para todos os fins funcionais; 10) Cobrar do governo comissão paritária para elaboração dos editais que tratam do processo seletivo de contratação de ACTs e do concurso de ingresso para todos os cargos; 11) Exigir que as provas de ACT sejam realizadas anualmente; 12) Acompanhar e participar da CONAE 2018; 13) Lutar pela Gestão Democrática no sistema de ensino de Santa Catarina, com o fortalecimento dos conselhos escolares e eleição direta para diretores de escola e a revogação do decreto do Governo do Estado sobre eleição de diretores; 14) Pela democratização do CEE/SC; 15) Pela redução do número de alunos em sala 16) Aprofundar o debate para combater com mais propriedade a violência nas escolas

No Campo Salarial: 1) Pela recuperação das perdas salariais inflacionárias (19%) e a aplicação do reajuste do Piso Nacional (7,64%) em toda a carreira. 2) Cobrar reajuste do vale alimentação; 3) Lutar pela alteração do Plano de carreira (lei 668) adequando as reais necessidades do magistério, 4) Lutar por uma tabela salarial de acordo com as diretrizes nacionais da CNTE 5) Lutar pela equiparação salarial dos profissionais da educação com os demais servidores de mesma formação. (Meta 14 do PNE).

No campo Fortalecimento do sindicato 1) Fazer uma campanha de filiação; 2) Investir na formação sindical para a preparação de lideranças. 3) Lutar para aumentar as horas de liberação da LC 58; 4) Pelo fortalecimento dos representantes de escolas e o conselho de representantes das regionais.

ESTATUTO

EMENDA SUBSTITUTIVA: artigo 12 no parágrafo único pela seguinte redação: “Aos ACTs serão assegurados para a direção, até seis meses após cessados o vínculo com o Estado, desde que tenham culpa pela não contratação sujeito a análise do conselho deliberativo, desde que não tenham culpa comprovada judicialmente pela sua não contratação. E a permanência na direção após seis meses deverá ter um vínculo mínimo de horas aulas. ”

EMENDA ADITIVA: Acrescentar parágrafo único ao artigo 18, com a seguinte redação: “Parágrafo único – No intervalo entre um Congresso Estadual e outro será realizada, bienalmente, uma Conferência Estadual Educacional. ”

EMENDA ADITIVA: no caput do artigo 31 a partir da alínea V a seguinte redação:

VI – secretário/a de relações de gênero;

VII – secretário/a de direitos humanos;

VIII - secretário/a da igualdade racial;

IX – secretário/a de juventude;

X – secretário/a de AEs, ATPs, especialistas em assuntos educacionais, consultores e funcionários;

XI – secretário/a de Políticas Sociais;

(Essas secretarias substituem as secretarias adjuntas de organização).

EMENDA SUPRESSIVA: Artigo 31 o parágrafo 6 itens 1 e 2

EMENDA ADITIVA: Acrescentar, após o artigo 39, a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Artigo 40 - À Secretaria de Relações de Gênero compete:

I - coordenar e desenvolver as atividades pertinentes às relações de gênero dos/as trabalhadores/as em educação no âmbito do SINTE/SC;

II - formulando políticas e coordenar campanhas estaduais, que visem o incentivo a organização e participação das/os trabalhadoras/es em educação.

III – interagir com as políticas de relações de gênero desenvolvidas e propostas pela CNTE, CUT e demais organizações políticas-sociais, sempre no sentido de fortalecer as ações voltadas para o tema.

EMENDA ADITIVA: Acrescentar, após o artigo 40, a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Artigo 41 - À Secretaria de Direitos Humanos compete:

I - atuar na denúncia de violações, na apuração de responsabilidades e na formação e participação em redes de solidariedade que venham a ser determinadas pelas instâncias do SINTE/SC.”

EMENDA ADITIVA: Acrescentar, após o artigo 42, a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Artigo 43 - À Secretaria da Igualdade Racial compete:

I - coordenar, propor e encaminhar política de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial desenvolvidas pelo SINTE e demais instâncias superiores às quais o sindicato for filiado;

II – fomentar a criação e o funcionamento de Coletivos Estadual e Municipais;

III - desenvolver estudos, pesquisas, projetos e publicações para subsidiar o SINTE/SC no monitoramento e implementação do Estatuto da Igualdade Racial e do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação brasileira.

EMENDA ADITIVA: Acrescentar, após o artigo 43, a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Artigo 44 - À Secretaria de Saúde dos/as Trabalhadores/as em Educação compete:

I - formular propostas de políticas públicas que visem atender as questões específicas da saúde dos/as trabalhadores/as em educação;

II - promover estudos que diagnostiquem as causas dos problemas que afetam a saúde dos/as trabalhadores/as em educação.

EMENDAS ADITIVAS: Acrescentar, após o Artigo 61, onde couber, os seguintes artigos, do regimento eleitoral renumerando-se com os demais:

“Art. - Pode votar nas eleições gerais, o filiado que esteja em dia com a contribuição financeira e filiado ao sindicato 90 (noventa) dias antes da realização do pleito, comprovando o desconto em folha.

Parágrafo único - A comprovação da filiação e da contribuição dos funcionários de escola será mediante a apresentação do depósito bancário da Agência 5201-9 – C/C nº 1471000-5 Florianópolis.”

“Art. - Pode ser votado nas eleições gerais, o filiado que tenha 120 (cento e vinte) dias de filiação e em dia com a contribuição financeira.”

“Art. - Não pode concorrer ou compor a direção do SINTE/SC, em qualquer nível, trabalhadores em educação que exerçam cargos de função de confiança ou comissionado nos governos federal, estadual ou municipal (Artº 63 do estatuto) e os Dirigentes (Coordenação Estadual, Coordenação Regional, municipais e Conselheiros) que desrespeitaram as normas estatutárias.”

“Art - Pode haver candidatura simultânea à Diretoria Executiva, à Coordenação Regional, ao Conselho Deliberativo Estadual e ao Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – caso o conselheiro eleito seja um membro nato do conselho deliberativo estadual, deverá optar por apenas uma representação.”

“Art. - As eleições serão convocadas por edital com antecedência de até 70 (setenta) dias do término do mandato vigente.

Parágrafo Único – Para assegurar a mais ampla divulgação das eleições, o edital será publicado em Jornal e outros informativos do sindicato e em um Jornal de circulação estadual.”

“Art. - A inscrição para a Diretoria Executiva será efetuada somente com a apresentação de chapa completa, contendo 17 (Dezessete) nomes para os cargos efetivos e igual número de suplentes, conforme artigo 31

Parágrafo primeiro - As chapas deverão possuir, na sua composição, representantes de pelo menos 10 (dez) Regionais.”

“Art. - A Comissão Eleitoral Estadual fará a publicação da relação nominal das chapas registradas em nível estadual, nos mesmos jornais utilizados para publicação do Edital de convocação da eleição, com prazo de 48 (quarenta e oito), após o prazo final de registro de chapas

Parágrafo Único - Fica isento da publicação a que se refere o caput do artigo, as chapas inscritas nas Comissões Eleitorais Regionais.”

“Art. - Encerrado o prazo sem que tenha havido registro de chapas, a Comissão Eleitoral providenciará a convocação da nova eleição, dentro de 48 (quarenta e oito) horas.”

Parágrafo primeiro - Não poderá ocorrer substituição de candidato ao conselho deliberativo, uma vez que trata-se de candidatura individual.”

“Art. - A não substituição de nomes com irregularidade ou impugnados pela Comissão Eleitoral, no prazo previsto pelo regimento, implica na anulação da inscrição de toda a chapa.”

“Art. Compete à Comissão Eleitoral Estadual:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente regimento eleitoral e o estatuto do SINTE/SC no que tange as eleições gerais do SINTE/SC;
- II. Coordenar todo o processo eleitoral em nível estadual;
- III. Garantir a constituição das comissões eleitorais regionais.
- IV. Subsidiar as comissões eleitorais regionais;
- V. Homologar as chapas à eleição da Diretoria Executiva Estadual inscritas;
- VI. Julgar, em 1ª (primeira) instância, os recursos interpostos à Diretoria Executiva Estadual e Conselho Fiscal;
- VII. Julgar, em 1ª (primeira) instância, os recursos interpostos pelos representantes das chapas para Coordenação Regional e dos candidatos a Conselheiro Estadual, quando da omissão ou obstrução da Comissão Eleitoral Regional;
- VIII. Organizar a coleta de voto nas regionais não organizadas;
- IX. Homologar o resultado final das eleições gerais.

“Art. - As Comissões Eleitorais Regionais serão compostas por 3 (três) membros eleitos pelo Conselho de Representante Regional convocado para este fim. A data desta reunião deve ser amplamente divulgada até o dia __/__/____ e realizada até o dia __/__/____, e, na omissão deste, em Assembléia Regional, até __/__/____.

§ 1º - No caso da inviabilização para formação da Comissão Eleitoral Regional, caberá a Comissão Eleitoral Estadual designar responsáveis para a realização da Assembléia Regional, garantindo a constituição da referida comissão até o dia __/__/____, excepcionalmente, com publicação na página do SINTE/SC no dia __/__/____.

§ 2º - Se ainda assim, não for garantida a constituição da Comissão Eleitoral Regional, caberá a Comissão Eleitoral Estadual responder pelas atribuições da comissão eleitoral regional, garantindo o processo eleitoral e designará 03 (três) representantes na regional.”

“Art. - Compete às Comissões Eleitorais Regionais

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Eleitoral e o Estatuto do SINTE/SC no que tange as eleições gerais do SINTE/SC;
- II. Coordenar as eleições em nível regional;
- III. Receber a inscrição, analisar e homologar as candidaturas para Conselheiro/a Estadual e da chapa à Coordenação Regional, bem como o resultado das respectivas eleições;
- IV. Julgar, em 1ª (primeira) instância, os recursos interpostos à eleição da Coordenação Regional e Conselheiro Estadual;
- V. Coletar e apurar os votos para a eleição da Diretoria Executiva e enviar os relatórios da apuração estadual e em forma de ata própria, até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da eleição, para a Comissão Eleitoral Estadual.
- VI. Coletar e apurar os votos para a Coordenação Regional e do Conselheiro Estadual e enviar à Comissão Eleitoral Estadual o resultado da apuração dos Conselheiros e Coordenação Regional, em forma de ata, até 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento da eleição.
- VII. Arquivar todos os documentos relativos ao processo eleitoral regional e encaminhar todos os que forem do pleito estadual, devidamente lacrados e assinados pela Comissão Eleitoral Regional à Comissão Eleitoral Estadual, para arquivamento no SINTE/SC no prazo de 72 (setenta e duas) horas após o escrutínio.”

“Art. – Se o número de votos das urnas anuladas representar 50% mais um do total dos votos colhidos, não haverá proclamação dos eleitos, cabendo a Comissão Eleitoral realizar novas eleições, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.”

“Art. – Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-á novas eleições no prazo máximo de 15 (quinze) dias, limitada às chapas em questão.”

“Art. – A fim de assegurar recontagem dos votos, as cédulas permanecerão sob a guarda da Comissão Eleitoral Regional, as que forem em nível regional e sob a guarda da Comissão Eleitoral Estadual, as que forem em nível estadual, até o termino da gestão.”

“Art. – O financiamento das eleições gerais será de responsabilidade do SINTE/SC, sendo aprovado pelo conselho deliberativo.”

EMENDA ADITIVA: Acrescentar, onde couber, a seguinte redação:

“Art. – Os membros de executiva das instâncias superiores (CUT e CNTE) às quais o SINTE/SC é filiado serão membros natos nas instâncias deliberativas do SINTE/SC, poderão participar no conselho deliberativo, congresso e conferências com direito a voz e voto.